



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

**RELAÇÕES ENTRE A MOTIVAÇÃO PARA O TRABALHO VOLUNTÁRIO E AS  
PRÁTICAS DE CIDADANIA: UMA ANÁLISE COM CONSELHEIROS DO  
ORÇAMENTO DEMOCRÁTICO DO ESTADO DA PARAÍBA**

STELLA PEREIRA LEITE

JOÃO PESSOA/PB  
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

STELLA PEREIRA LEITE

**RELAÇÕES ENTRE A MOTIVAÇÃO PARA O TRABALHO VOLUNTÁRIO E AS  
PRÁTICAS DE CIDADANIA: UMA ANÁLISE COM CONSELHEIROS DO  
ORÇAMENTO DEMOCRÁTICO DO ESTADO DA PARAÍBA**

**Área de Concentração:** Administração e Sociedade.  
**Linha de Pesquisa:** Organizações e Sociedade.

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Administração do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba, na área de Administração e Sociedade, linha de pesquisa em Organizações e Sociedade.

**Orientador:** Prof. Dr. Carlos Eduardo Cavalcante

JOÃO PESSOA/PB  
2023

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

L533r Leite, Stella Pereira.

Relações entre a motivação para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania : uma análise com conselheiros do orçamento democrático do estado da Paraíba / Stella Pereira Leite. - João Pessoa, 2023.  
130 f. : il.

Orientação: Carlos Eduardo Cavalcante.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCSA.

1. Trabalho voluntário. 2. Cidadania. 3. Conselhos.  
4. ODE - Orçamento Democrático Estadual. I. Cavalcante, Carlos Eduardo. II. Título.

UFPB/BC

CDU 005.966.2(043)

STELLA PEREIRA LEITE

**RELAÇÕES ENTRE A MOTIVAÇÃO PARA O TRABALHO VOLUNTÁRIO E AS  
PRÁTICAS DE CIDADANIA: UMA ANÁLISE COM CONSELHEIROS DO  
ORÇAMENTO DEMOCRÁTICO DO ESTADO DA PARAÍBA**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do Título de Mestra em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba. Área de Concentração: Administração e Sociedade.

Aprovada em 31 de agosto de 2023.

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente  
 **CARLOS EDUARDO CAVALCANTE**  
Data: 06/02/2024 08:56:40-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Carlos Eduardo Cavalcante  
Orientador

Documento assinado digitalmente  
 **PATRICIA TRINDADE CALDAS**  
Data: 05/02/2024 18:47:15-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Profª. Dra. Patrícia Trindade Caldas (UFCG)  
Examinadora Externa

Documento assinado digitalmente  
 **JOSE JORGE LIMA DIAS JUNIOR**  
Data: 06/02/2024 07:46:26-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. José Jorge Lima Dias Jr.  
Examinador Interno

## **AGRADECIMENTOS À CAPES E CNPQ**

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.

“O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil”.

## AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço, ao meu senhor e meu Deus. Onde através da minha fé, sempre obtive forças, sustentação e estímulos para seguir em frente no decorrer de toda a minha vida.

Ao meu filho Arthur e esposo Rodrigo, pelo apoio e compreensão nos momentos em que não pude me dedicar inteiramente à nossa família, e por me ajudarem nesta jornada quando precisei.

À minha mãe, sinônimo de força, coragem e amor.

Ao meu orientador, Carlos Eduardo Cavalcante, um profissional incansável, generoso, justo e paciente. A experiência de ter sido sua orientanda foi algo indescritível, um aprendizado que levarei para a minha vida profissional e pessoal, como um exemplo a ser seguido em termos de compromisso e dedicação.

Aos membros da banca, professores Patrícia Trindade Caldas e José Jorge Lima Dias Jr., por todas as excelentes contribuições e disponibilidade que demonstraram durante as defesas da qualificação e da dissertação.

Aos amigos, que tiveram papéis relevantes nesta trajetória e que levo para a vida desde então, em especial, Débora, Heudja, Murilo e Ricardo. Foi um privilégio enorme e essencial para a minha formação ter compartilhado cada momento com vocês.

À turma 46 do mestrado, à turma 10 do doutorado, aos membros do Grupo de Estudos do Terceiro Setor (GETS) e à todos que fazem parte do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFPB (PPGA), pelo empenho em fazer deste programa um dos melhores do país.

Aos conselheiros voluntários dos Conselhos Regionais do Orçamento Democrático do Estado da Paraíba que participaram da minha pesquisa e contribuíram com o meu processo de aprendizagem no campo da participação e controle social. E, aos membros da equipe da Secretaria Executiva do Orçamento Democrático pelo apoio institucional durante a realização desta pesquisa.

Enfim, a todos os meus familiares e amigos que aqui não mencionei, mas que acompanharam a minha trajetória.

*“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos, e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”*

(Eduardo Galeano)

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo compreender as relações entre a motivação para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania, tendo como foco os conselheiros que atuam no Orçamento Democrático no Estado da Paraíba. Esse trabalho segue um modelo de estrutura no formato de artigos, constituído por um conjunto de quatro estudos interdependentes: o Estudo I compreendeu uma revisão da literatura que investiga os principais estudos referentes a cidadania e voluntariado; o Estudo II abrange uma pesquisa sobre a motivação para o trabalho voluntário dos conselheiros; o Estudo III se debruçou sobre as ações de cidadania desenvolvidas pelos conselheiros; e, o Estudo IV contemplou uma análise sobre as relações entre a motivação para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania. O método consiste em uma revisão integrativa da literatura nas bases de dados *Web of Science*, SPELL e SciELO com o uso do *Iramuteq* para a análise qualitativa dos dados, em seguida foi adotada uma abordagem quantitativa para descrever as motivações para o voluntariado e as práticas de cidadania. A pesquisa foi desenvolvida através de questionário, aplicando uma escala a partir do Modelo Estrutural de Motivação no Trabalho Voluntário proposto por Cavalcante (2016) e outra a partir da Escala de Práticas de Cidadania proposta por Caldas (2020). Os achados são consistentes com estudos anteriores que apontam que a atuação voluntária está relacionada de forma positiva com o entendimento e exercício de uma cidadania ativa. Por outro lado, identifica as motivações altruísta e de afiliação como principais forças explicativas para o comportamento cidadão dos voluntários pesquisados, e as motivações egoístas ausentes na condução do comportamento cidadão, nas dimensões civil, política e social.

**Palavras-chave:** voluntariado; cidadania; motivação para o trabalho voluntário; conselhos; Orçamento Democrático.

## ABSTRACT

This dissertation aims to understand the relationship between motivation for volunteer work and citizenship practices, focusing on councilors who work in the Democratic Budget in the state of Paraíba. This work follows a model of structure in the format of articles, consisting of a set of four interdependent studies: Study I comprised a literature review investigating the main studies relating to citizenship and volunteering; Study II covers research into the motivation for volunteer work by councilors; Study III looked at the citizenship actions developed by councilors; and Study IV included an analysis of the relationships between motivation for volunteer work and citizenship practices. The method consisted of an integrative literature review in the Web of Science, SPELL and SciELO databases using Iramuteq for qualitative data analysis, followed by a quantitative approach to describe motivations for volunteering and citizenship practices. The research was carried out using a questionnaire, applying a scale based on the Structural Model of Motivation in Volunteer Work proposed by Cavalcante (2016) and another based on the Citizenship Practices Scale proposed by Caldas (2020). The findings are consistent with previous studies which indicate that voluntary action is positively related to the understanding and exercise of active citizenship. On the other hand, it identifies altruistic and affiliation motivations as the main explanatory forces for the citizen behavior of the volunteers surveyed, and selfish motivations as absent in the conduct of citizen behavior, in the civil, political and social dimensions.

**Keywords:** volunteering; citizenship; motivation for volunteer work; councils; Democratic Budget.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fases da revisão integrativa da literatura.....	23
Figura 2 - Análise de coocorrência de palavras-chave usadas em estudos sobre cidadania e voluntariado.....	27
Figura 3 - Árvore de similitude por coocorrência de Comunidades e Halo.....	28
Figura 4 – Modelo teórico e hipóteses de pesquisa.....	86
Figura 5 - Diagrama das dimensões e itens que compõem o construto motivação.....	93
Figura 6 - Diagrama das dimensões e itens que compõem o construto práticas de cidadania.....	97
Figura 7 - Modelo teórico de avaliação da influência da motivação para o trabalho voluntário sobre as práticas de cidadania.....	98

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Percurso metodológico da pesquisa.....	20
Quadro 2 – Protocolo da revisão integrativa da literatura.....	24
Quadro 3 - Modelo estrutural de motivação no trabalho voluntário.....	38
Quadro 4 - Indicadores do instrumento de motivação voluntária.....	40
Quadro 5 - Práticas de Cidadania.....	62
Quadro 6 – Indicadores do instrumento de práticas de cidadania.....	63
Quadro 7 – Comparação dos itens propostos por Caldas e da amostra.....	73
Quadro 8 – Parâmetros de análise para medidas de posição.....	74
Quadro 9 - Práticas de Cidadania.....	82
Quadro 10 - Modelo Estrutural de Motivação no Trabalho Voluntário.....	83
Quadro 11 – Itens de mensuração do instrumento.....	87
Quadro 12 - Resultado do teste hipóteses do modelo teórico através da regressão.....	103

## LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - Caracterização sociodemográfica da amostra.....	41
Tabela 2 - Correlação da Dimensão Altruísta.....	44
Tabela 3 - Escores fatoriais, comunalidade e variância da Dimensão Altruísta.....	45
Tabela 4 - Correlação da Dimensão Justiça Social.....	45
Tabela 5 - Escores fatoriais, comunalidade e variância da Dimensão Justiça Social.....	46
Tabela 6 - Correlação da Dimensão Afiliação.....	46
Tabela 7 - Escores fatoriais, comunalidade e variância da Dimensão Afiliação.....	47
Tabela 8 - Correlação da Dimensão Aprendizagem.....	47
Tabela 9 - Escores fatoriais, comunalidade e variância da Dimensão Aprendizagem.....	48
Tabela 10 - Correlação da Dimensão Egoísta.....	49
Tabela 11 - Escores fatoriais, comunalidade e variância da Dimensão Egoísta.....	50
Tabela 12 - Análise dos motivos de permanência, por dimensão e por indicadores.....	51
Tabela 13 - Correlação dos itens da Dimensão “Prática Cívica”.....	66
Tabela 14 - Escores fatoriais, comunalidade e variância dos itens da Dimensão “Prática Cívica”.....	66
Tabela 15 - Correlação dos itens da Dimensão “Práticas Políticas”.....	68
Tabela 16 - Escores fatoriais, comunalidade e variância dos itens da Dimensão “Práticas Políticas”.....	69
Tabela 17 - Correlação dos itens da Dimensão “Práticas Sociais”.....	70
Tabela 18 - Escores fatoriais, comunalidade e variância dos itens da Dimensão “Práticas Sociais”.....	70
Tabela 19 - Correlação dos itens da Dimensão “Práticas Ambientais”.....	71
Tabela 20 - Escores fatoriais, comunalidade e variância dos itens da Dimensão “Práticas Ambientais”.....	72
Tabela 21 - Análise das práticas de cidadania, por dimensão e por indicadores.....	74
Tabela 22 - Medidas de ajustamento do modelo de motivação.....	91
Tabela 23 - Escores fatoriais e grau de significância das dimensões da motivação.....	91
Tabela 24 - Índices para a análise de validade convergente e discriminante obtidos pelo método ML das dimensões da motivação.....	92
Tabela 25 - Teste da diferença do qui-quadrado ( $\chi^2$ ) dos construtos da motivação.....	93
Tabela 26 - Medidas de ajustamento do modelo de Práticas de Cidadania.....	94
Tabela 27 - Escores fatoriais e grau de significância das dimensões das Práticas de Cidadania.....	95
Tabela 28 - Índices para a análise de validade convergente e discriminante obtidos pelo método ML das dimensões da Prática de Cidadania.....	96
Tabela 29 - Teste da diferença do qui-quadrado ( $\chi^2$ ) das dimensões das práticas de cidadania.....	96
Tabela 30 - Medidas de ajustamento do modelo de motivação e práticas de cidadania.....	99
Tabela 31 - Análise da fiabilidade individual das variáveis manifestas.....	99
Tabela 32 - Resultados das regressões múltiplas da MEE.....	100

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANOVA	Análise de Variância
AVE	<i>Average Variance Extracted</i>
AFC	Análise Fatorial Confirmatória
AFE	Análise Fatorial Exploratória
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CROD	Conselho Regional do Orçamento Democrático
GETS	Grupo de Estudos do Terceiro Setor
GFI	<i>Goodness-of-fit index</i>
IRAMUTEQ	<i>Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires</i>
IVF	Inventário de Funções do Voluntariado
MEE	Modelagem de Equações Estruturais
MV	Máxima Verossimilhança
NFI	<i>Normed Fit Index</i>
ODE	Orçamento Democrático Estadual
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
PA	Práticas Ambientais
PB	Paraíba
PC	Práticas Cívicas
PD	Práticas Difusas
PP	Práticas Políticas
PS	Práticas Sociais
RH	Recursos Humanos
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SEODE	Secretaria Executiva do Orçamento Democrático
SPELL	<i>Scientific Periodicals Electronic Library</i>
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
WOS	<i>Web of Science</i>

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO GERAL</b>	<b>15</b>
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVAS	15
1.2 PROBLEMA, OBJETIVOS E ESTRUTURA	18
<b>2. ESTUDO I - Cidadania e voluntariado: uma revisão integrativa da literatura</b>	<b>21</b>
2.1 INTRODUÇÃO	22
2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
2.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	26
2.3.1 Coocorrência de Palavras-Chave	26
2.3.2 Árvore de Similitude	28
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
<b>3. ESTUDO II - As Motivações para o Voluntariado: Um Estudo com Conselheiros do Orçamento Democrático</b>	<b>33</b>
3.1 INTRODUÇÃO	34
3.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	36
3.2.1 Trabalho Voluntário	36
3.2.2 Motivação para o Trabalho Voluntário	37
3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	39
3.4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	41
3.4.1 Dados sociodemográficos e vínculos com o voluntariado	41
3.4.2 Análise Fatorial Exploratória (AFE)	44
3.4.3 Motivos de permanência no trabalho voluntário dos Conselhos Regionais do ODE	51
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
<b>4. ESTUDO III – Práticas de Cidadania: Um Estudo com Conselheiros do Orçamento Democrático</b>	<b>59</b>
4.1 INTRODUÇÃO	59
4.2 REFERENCIAL TEÓRICO	61
4.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	62
4.4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	65
4.4.1 Análise Fatorial Exploratória (AFE)	65
4.4.2 Práticas de Cidadania dos Conselhos Regionais do ODE	74
4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
<b>5. ESTUDO IV – Relações entre a Motivação para o Trabalho Voluntário e as Práticas de Cidadania com Conselheiros do Orçamento Democrático</b>	<b>79</b>
5.1 INTRODUÇÃO	79
5.2 REFERENCIAL TEÓRICO	81
5.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	86
5.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	90
5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>106</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>109</b>
<b>APÊNDICE - Estudos selecionados sobre Cidadania e Voluntariado na Revisão Integrativa da Literatura</b>	<b>118</b>



# 1 INTRODUÇÃO GERAL

## 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA

A ação voluntária é uma forma de alcançar a cidadania ativa e participativa e, portanto, deve ser promovida pelo Estado como forma de fomentar a participação cidadã nas necessidades coletivas. Deste modo, promover o voluntariado como manifestação da cidadania ativa está associado a estimular uma sociedade mais solidária e menos individual (Vitalis, 2015).

Uma das formas apontadas para promover ações de cidadania é o voluntariado, que geralmente é percebido como uma atividade social e comunitária que fortalece o capital social, desenvolve a comunidade e contribui para o fornecimento de serviços (Putnam, 2000).

Estudos apontam que há relação entre voluntariado e cidadania (Ferraz; Caldas; Cavalcante, 2021; Musick; Wilson, 2008). Convergentemente, Caldas (2020) defende que as motivações têm o potencial de influenciar nas práticas de cidadania que podem ser fomentadas na atuação voluntária de cada indivíduo. No entanto, identifica-se lacunas teóricas que ainda não foram supridas como a necessidade de se conhecer os aspectos motivacionais que podem influenciar no engajamento dos cidadãos e na efetivação da participação cidadã (Caetano, 2018), bem como de compreender a relação das motivações dos voluntários no exercício de sua cidadania (Amorim, 2018).

Isso oferece um campo de estudo para investigar a vinculação entre a motivação do trabalho voluntário e ações de cidadania, fomentado por estudos que vêm se debruçando sobre estas temáticas, a exemplo dos estudos de Ageu (2015), Aquino (2015), Lemos (2016), Ferraz (2017), Amorim (2018), Caldas (2020) e Vale (2021).

Além disso, dada a necessidade de ampliar a compreensão sobre as diferentes instituições participativas (Lima-Silva; Abreu; Leblanc, 2020), aliada a demanda de desenvolvimento de estudos sobre as relações entre sociedade civil e cidadania em âmbito nacional (Dagnino, 2004). Assim, considera-se relevante investigar as instituições participativas no contexto brasileiro.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 criou o cenário adequado para uma reforma do Estado incluindo o espírito participativo ao garantir meios de participação compreendidos como ferramentas que aproximam representantes e representados, a exemplo dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas e o Orçamento Participativo (OP) (BRASIL, 1988).

Nesse contexto, a primeira experiência com maior reconhecimento de Orçamento

Participativo no Brasil foi iniciada na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1989, priorizando a participação da população no formato de assembleia e audiências públicas.

De acordo com Silva Júnior (2014), o Estado da Paraíba teve a sua primeira experiência de democratização do orçamento público em 1987, por meio do instrumento “Plano de Ação Governamental” popularmente conhecido “Plano do Povo” que teve por base a escuta da população através de reuniões e assembleias locais. Adotando uma metodologia semelhante à utilizada posteriormente pelo OP de Porto Alegre, foram realizados 171 encontros municipais, com uma participação de aproximadamente 13.000 paraibanos e paraibanas, tendo cerca de 260.000 pessoas envolvidas, de forma direta ou indireta. Foram constituídas 171 comissões municipais e realizadas 4.200 reuniões de preparação para os encontros municipais. Apesar desse amplo processo de mobilização social, o programa foi extinto um ano e meio depois de sua formação.

Após 24 anos desta experiência e baseado na experiência do município de João Pessoa (PB) iniciada em 2005, o Orçamento Democrático do Estado da Paraíba (ODE) foi implantado no ano de 2011 e institucionalizado pela Lei nº 11.262, de 29 de dezembro de 2018, com o objetivo de articular e fortalecer os espaços democráticos entre o Governo Estadual e a sociedade civil, por meio do incentivo à participação em plenárias populares realizadas nas regiões geoadministrativas do Estado, que indicará as prioridades que servirão de subsídios na elaboração das leis orçamentárias (PARAÍBA, 2018). Ainda, a supramencionada lei estabelece a criação do Conselho do Orçamento Democrático Estadual, órgão deliberativo, formado a partir dos Conselhos Regionais.

O ODE está estruturado na Secretaria Executiva do Orçamento Democrático (SEODE), vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que além da equipe institucional conta com 14 (quatorze) Conselhos Regionais, compostos por representantes da sociedade civil eleitos pela população em votação digital presencial, e com 01 (um) Conselho Estadual, composto por 28 (vinte e oito) conselheiros eleitos nas reuniões regionais. Os conselheiros são eleitos para um mandato de dois anos (PARAÍBA, 2020a), onde a gestão 2020-2022 elegeu 390 conselheiros para atuarem voluntariamente nesses espaços, sendo 326 titulares e 64 suplentes, representantes das 14 regiões geoadministrativas, eleitos durante assembleias microrregionais realizadas entre os dias 15 de agosto e 31 de outubro de 2019, e empossados em junho de 2020 (PARAÍBA, 2020c).

Embora os Conselhos Regionais e Estadual do ODE, formado por membros da sociedade civil, estivessem organizados e funcionando conforme a descrição anterior, a

regulamentação do ODE é recente e se deu por meio da publicação do Decreto nº 43.459, de 07 de março de 2023. Neste decreto, o Conselho Regional do Orçamento Democrático (CROD) consiste em uma instância deliberativa, com caráter público e autônomo da sociedade civil, com participação do poder público, que visa proporcionar o direito dos cidadãos de exercer o controle social (PARAÍBA, 2023).

Cabe ressaltar que o ODE vem possibilitando a participação dos cidadãos. No ciclo de 2019, mais de 50 mil pessoas se inscreveram, indicando crescimento de 14,1% na participação social das audiências (PARAÍBA, 2020a). Entre 2019 e 2021, foram realizadas 28 audiências regionais, sendo 17 presenciais e 11 virtuais, e contou com 232 mil participantes nesses três anos (PARAÍBA, 2020b). Isso pode estar sendo possibilitado pelas ações de fomento de participação popular realizadas pelo poder público, por meio dos cursos de formação para a sociedade civil, envolvendo os movimentos sociais e criando condições cotidianas de participação ativa dos cidadãos, bem como os cursos de formação realizados com os conselheiros regionais.

O processo formativo dos conselheiros ocorre de maneira contínua, constituído de atividades de capacitação em temas como: peças orçamentárias, gestão pública, democracia participativa, controle social, transparência pública, movimentos sociais, entre outros. As formações enfatizam o papel do conselheiro enquanto representante da sociedade civil junto às instâncias de poder, através de sua atuação no exercício do controle social, possibilitando o diálogo entre a teoria e a prática desenvolvida pelos conselheiros.

Embora a metodologia adotada na formação dos conselheiros colabore com o fortalecimento e a compreensão do protagonismo dos cidadãos para a participação popular, verifica-se que há uma desistência significativa dos conselheiros voluntários ao longo do período de atuação para o qual foram eleitos. Para o período 2020-2022, foram eleitos 390 conselheiros voluntários para atuarem nos Conselhos Regionais, porém no final do primeiro semestre de 2022, estes espaços contavam com 293 conselheiros em atuação, representando uma redução de 24,87% do número de conselheiros voluntários.

Diante do exposto e justificando a relevância empírica, considera-se aceitável a investigação da relação entre as motivações do voluntariado e as práticas de cidadania no estado da Paraíba adotando como lócus de pesquisa os Conselhos Regionais do ODE.

Esta pesquisa também se justifica por sua relevância prática, uma vez que oferecerá subsídios tanto para o Estado como para a sociedade civil. O primeiro poderá entender os fatores que motivam o indivíduo a participar e, com isso, desenvolver maneiras de fomentar a participação cidadã em instituições participativas e promover o voluntariado, bem como de

auxiliar estrategicamente gestores a moldar políticas e práticas públicas. O segundo será capaz de aprimorar a integração dos cidadãos de forma ativa no processo de gestão no setor público, a partir do entendimento das motivações dos atores que neles atuam. Assim, espera-se contribuir com elementos que possibilitem um impacto positivo na cidadania local.

## 1.2 PROBLEMA, OBJETIVOS E ESTRUTURA

Conforme mencionado, foram encontradas lacunas teóricas voltadas ao campo de investigação relacionadas à compreensão da relação das motivações do voluntariado no exercício de sua cidadania (Amorim, 2018). Em seguida, Lima-Silva, Abreu e Leblanc (2020) a importância de ampliar a compreensão sobre as diferentes instituições participativas no contexto nacional.

Ainda, considerando que as práticas de cidadania tendem a desenvolver o desempenho cidadão de voluntários (Caldas, 2020) de forma a colaborar para uma atuação cidadã ativa, visto que a maioria das concepções de cidadania inclui, entre seus elementos-chave, a noção de participação na vida pública e que para ser um cidadão, é necessário a capacidade de tornar-se parte ativa no controle do próprio destino (Sim, 2011).

Deste modo, este trabalho pretende realizar um estudo acerca dos construtos motivação e cidadania por meio da percepção dos conselheiros voluntários, que atuam nos conselhos regionais do Orçamento Democrático Estadual (ODE), sobre sua motivação para se voluntariar e suas práticas de cidadania. Para tanto, adotou-se um viés funcionalista-positivista, por meio de uma pesquisa quantitativa sobre as relações entre motivação do trabalho voluntário e cidadania, com o intuito de solucionar a seguinte problemática: quais as relações entre a motivação para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania?

Este trabalho tem como objetivo geral **compreender as relações entre a motivação para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania, tendo como foco os conselheiros que atuam no orçamento democrático no Estado da Paraíba**. Para tanto, são definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever o que está sendo pesquisado sobre cidadania e voluntariado;
- b) Identificar a motivação para o trabalho voluntário dos conselheiros que atuam no ODE;
- c) Analisar as práticas de cidadania desenvolvidas por conselheiros que atuam no ODE;
- d) Analisar as relações entre a motivação para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania dos conselheiros que atuam no ODE.

A revisão da literatura servirá para averiguar o que está sendo estudado sobre

voluntariado e cidadania (objetivo específico 1), em seguida a identificação dos motivos para se voluntariar (objetivo específico 2) e análise das práticas de cidadania (objetivo específico 3) serão necessárias para analisar as relações entre as motivações para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania (objetivo específico 4).

Para tanto, esta dissertação segue um modelo de estrutura no formato de artigos, constituído por um conjunto de estudos interdependentes que contribuem para a construção de uma dissertação. Além desta introdução, seguem quatro capítulos estruturados em formato de artigos interdependentes, oriundos dos objetivos específicos.

O capítulo 1 (Estudo I) compreende a revisão da literatura e apresenta os principais estudos referentes à cidadania e voluntariado.

O capítulo 2 (Estudo II) abrange uma pesquisa sobre a motivação para o trabalho voluntário dos conselheiros que atuam no ODE a partir do Modelo Estrutural de Motivação no Trabalho Voluntário proposto por Cavalcante (2016).

O capítulo 3 (Estudo III) se debruça sobre as ações de cidadania desenvolvidas por conselheiros que atuam no ODE a partir da Escala de Práticas de Cidadania proposta por Caldas (2020).

O capítulo 4 (Estudo IV) contempla uma análise sobre as relações entre a motivação para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania a partir da modelagem de equações estruturais (MEE).

Cada um desses estudos foi composto por seções de introdução, onde delimita-se a problemática, o objetivo e a justificativa da necessidade de realização do estudo proposto, seguido do referencial teórico que alicerça a pesquisa, a seção dos procedimentos metodológicos, que apresenta o percurso para a operacionalização de cada um dos estudos, conforme Quadro 1. Seguida das análises dos resultados e, finalizado com as considerações finais.

Quadro 1 – Percurso metodológico da pesquisa

<b>PROBLEMA:</b> Quais as relações entre a motivação para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania?			
<b>OBJETIVO GERAL:</b> Compreender as relações entre a motivação para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania, tendo como foco os conselheiros que atuam no orçamento democrático no Estado da Paraíba.			
<b>ARTIGOS</b>	<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	<b>MÉTODO DE COLETA</b>	<b>MÉTODO DE ANÁLISE</b>
Artigo 1 - Cidadania e voluntariado: uma revisão integrativa da literatura	Descrever o que está sendo pesquisado sobre cidadania e voluntariado;	- Revisão integrativa da literatura;  - Busca nas bases de dados: Web of Science, SPELL e SciELO;	Pesquisa Qualitativa: análise bibliométrica e de conteúdo;
Artigo 2 - Motivações para o Voluntariado: Um Estudo com Conselheiros do Orçamento Democrático do Estado da Paraíba	Identificar a motivação para o trabalho voluntário dos conselheiros que atuam no ODE;	- Aplicação de questionário de Cavalcante (2016);	Pesquisa Quantitativa: análise fatorial exploratória (AFE) e estatística descritiva;
Artigo 3 - Práticas de Cidadania: Um Estudo com Conselheiros do Orçamento Democrático do Estado da Paraíba	Analisar as ações de cidadania desenvolvidas por conselheiros que atuam no ODE;	- Aplicação de questionário de Caldas (2020);	Pesquisa Quantitativa: análise fatorial exploratória (AFE) e estatística descritiva;
Artigo 4 - Motivação no Trabalho Voluntário e Práticas de Cidadania: Um Estudo com Conselheiros do Orçamento Democrático do Estado da Paraíba	Analisar as relações entre a motivação para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania dos conselheiros que atuam no ODE.	- Aplicação dos questionários de Cavalcante (2016) e Caldas (2020).	Pesquisa Quantitativa: análise fatorial confirmatória (AFC) e modelagem de equações estruturais (MEE).

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Além desta introdução e dos quatro capítulos mencionados, que serão operacionalizados no formato de artigos, esta dissertação ainda apresenta as considerações finais no capítulo cinco. A seguir, será apresentado o capítulo 1, com a revisão da literatura.

## 2 ESTUDO I - Cidadania e voluntariado: uma revisão integrativa da literatura

### RESUMO

O objetivo deste artigo é descrever o que está sendo pesquisado sobre cidadania e voluntariado. O método consiste em uma revisão integrativa da literatura nas bases de dados *Web of Science*, *SPELL* e *SciELO* com o uso do *Iramuteq* para a análise qualitativa dos dados, por meio de uma análise de coocorrência de palavras-chave e da árvore de similitude. As descobertas são consistentes com estudos anteriores que revelam a cidadania sob a perspectiva de um sistema democrático e reforçam a evolução do voluntariado. Por outro lado, evidenciam os conceitos de cidadania vivida e voluntariedade. Este estudo retrata os principais campos de pesquisa relacionados a cidadania e voluntariado, e reforça a evolução do tema frente às novas tendências de pesquisas no que se refere ao conceito e teoria da voluntariedade, desenvolvendo o modelo de terceiros e identificando novas maneiras pelas quais podem melhorar o voluntariado, a partir da voluntariedade e recrutabilidade. Este trabalho contribui para o estudo da cidadania e voluntariado por apresentar uma revisão integrativa de literatura atualizada e utilizar metodologia e técnicas de análises robustas, além de apontar oportunidades para pesquisas futuras.

**Palavras-chave:** Cidadania; Voluntariado; Voluntário; Revisão Integrativa de Literatura; Iramuteq.

### ABSTRACT

The aim of this article is to describe what is being researched on citizenship and volunteering. The method consists of an integrative literature review in the *Web of Science*, *SPELL* and *SciELO* databases, with the use of *Iramuteq* for qualitative analysis of the data, through an analysis of the co-occurrence of keywords and the similarity tree. The findings are consistent with previous studies that reveal citizenship from the perspective of a democratic system and reinforce the evolution of volunteering. On the other hand, they highlight the concepts of lived citizenship and volunteering. This study portrays the main fields of research related to citizenship and volunteering, and reinforces the evolution of the subject in the face of new research trends regarding the concept and theory of voluntariness, developing the third-party model and identifying new ways in which volunteering can be improved, based on voluntariness and recruitability. This work contributes to the study of citizenship and volunteering by presenting an integrative review of up-to-date literature and using robust methodology and analysis techniques, as well as pointing to opportunities for future research.

**Keywords:** Citizenship; Volunteering; Volunteer; Integrative Literature Review; Iramuteq.

## 2.1 INTRODUÇÃO

O papel dos cidadãos na organização do Estado é influenciado pela participação cidadã que se reflete na qualidade da cidadania de uma sociedade (Yani; Hidayat, 2018). O estudo de Bartels, Cozzi e Mantovan (2013) indica que é provável que o voluntariado diminua quando a intervenção governamental diminui e que é necessária uma abordagem colaborativa para sustentar o voluntariado.

À medida que o voluntariado e seus benefícios se tornam mundialmente reconhecidos, os formuladores de políticas sociais podem manter e aumentar o voluntariado por meio de políticas sociais, leis e outros tipos de envolvimento (Haski-Leventhal *et al.*, 2018), potencializando uma cidadania ativa. A cidadania ativa pode ser descrita como participação na sociedade, desde atividades culturais, políticas e sociais até atividades ambientais regionais, nacionais e até globais. (Yani; Hidayat, 2018). Para Putnam (1993) a cidadania ativa refere-se ao engajamento cívico e visa construir capital social para construir valores compartilhados entre as pessoas.

O papel dos cidadãos em compartilhar a responsabilidade na condução das políticas públicas desenvolvidas pelo governo é uma agenda importante para promover a participação cidadã e o voluntariado. Em alguns países, o setor de voluntariado foi integrado às políticas públicas, resultando em uma maior confiança no tempo, comprometimento e habilidades do voluntário (Zappala, 2002; Kendall; Knapp, 1994; Blackmore, 2005). Com isso, o voluntariado passa a ser considerado importante tanto para a sociedade civil (Haski-Leventhal; Meijs; Hustinx, 2010) como para o Estado, que apresenta limitações no papel dominante.

Haski-Leventhal, Meijs e Hustinx (2010) sugerem que quando os governos incentivam o voluntariado em nível macro, aumentando as oportunidades para combinar voluntários com outras demandas da vida e criando políticas para apoiá-los, possibilitam a tendência dos indivíduos e organizações contribuírem positivamente para a sociedade, por meio do voluntariado.

Nesse sentido, este estudo tem o objetivo de descrever o que está sendo pesquisado sobre cidadania e voluntariado, por meio de uma análise de coocorrência de palavras-chave e da árvore de similitude.

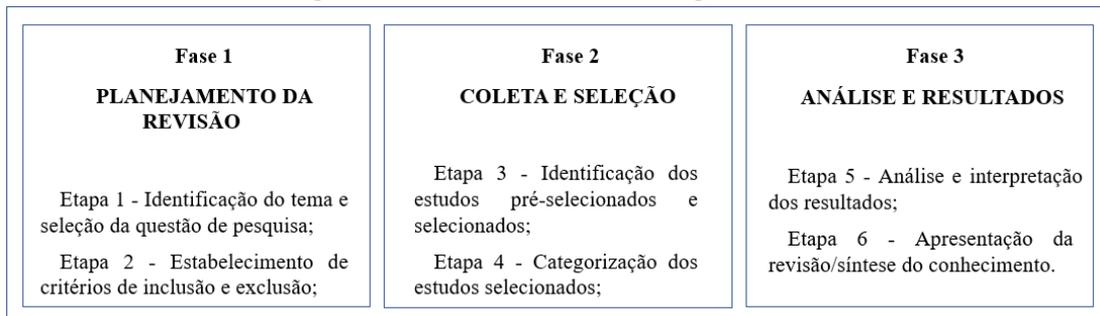
Este artigo está estruturado em quatro seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados; a terceira seção destaca os resultados e discussões; e a última seção traz as considerações finais. A seção seguinte discorre sobre os procedimentos metodológicos.

## 2.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método utilizado pode ser categorizado como uma revisão integrativa da literatura, pois visa sintetizar e analisar um tema por meio de estudos já realizados (Botelho; Cunha; Macedo, 2011). A revisão integrativa possibilita que alguns métodos principais de pesquisa se tornem práticas baseadas em evidências, aumentando a credibilidade do estudo (Whittemore; Knafl, 2005).

Assim, optou-se por seguir as etapas descritas por Botelho, Cunha e Macedo (2011), são elas: (i) identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; (ii) estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; (iii) identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; (iv) categorização dos estudos selecionados; (v) análise e interpretação dos resultados; e (vi) apresentação da revisão/síntese do conhecimento. A Figura 1 apresenta as fases da pesquisa.

Figura 1 – Fases da revisão integrativa da literatura



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

A primeira etapa do trabalho consistiu na escolha do tema e na definição da questão a ser respondida na pesquisa. Para Mendes, Silveira e Galvão (2008), esta etapa é a que vai auxiliar o pesquisador na condução da revisão e na elaboração das demais etapas. Assim, a seleção dos textos teve o intuito de abarcar os principais estudos referentes aos construtos cidadania e voluntariado, com o objetivo de responder à seguinte questão: o que está sendo pesquisado sobre cidadania e voluntariado?

Nesta revisão foi realizado um protocolo de investigação, conforme detalhado no Quadro 2, em seguida foram estabelecidos os critérios de inclusão e exclusão, como segunda etapa da revisão. Adotou-se como critérios de inclusão: (i) estudos publicados na forma de artigo científico; (ii) trabalhos disponíveis na íntegra; (iii) tratar sobre cidadania e/ou voluntariado. Os critérios de exclusão foram: (i) trabalhos repetidos na base de dados; (ii) artigos não disponíveis na íntegra; e (iii) assuntos sem relação direta com a área de pesquisa.

Quadro 2 – Protocolo da revisão integrativa da literatura

BUSCA	I	II	III	IV
Base de dados	<i>Web of Science</i>		SPELL	SciELO
Palavras-chave pesquisadas	“PARTICIPAÇÃO” OR “PARTICIPATION” AND “VOLUNTARIADO” OR “VOLUNTEERING” OR “TRABALHO VOLUNTÁRIO” OR “VOLUNTEER WORK” OR “VOLUNTÁRIO” OR “VOLUNTARY” AND “CIDADANIA” OR “CITIZENSHIP”		VOLUNTARIADO OU MOTIVAÇÃO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO OU VOLUNTÁRIO OU MOTIVAÇÃO OU CIDADANIA	
Operador booleano	OR e AND		OU	
Tipos de documento	Artigo			
CrITÉRIOS de seleção	As palavras-chave precisavam estar citadas no título dos artigos.			
Idioma	Sem o filtro “idioma”			
Áreas de pesquisa	<i>Government Law; Social Sciences Other Topics; Public Administration; Social Issues; Social work</i>	<i>Public administration</i>	Administração	Sociologia; Social; Work; Administration; Ciências sociais aplicadas
Anos de publicação	2018 - 2022	Sem o filtro “período de publicação”		
Artigos após aplicação de critérios	565	75	76	33
Artigos após leitura dos resumos	21	15	13	6
Total de artigos selecionados para análise	55			

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A terceira etapa se refere a identificação e seleção dos estudos, foi realizada busca por artigos nas bases de dados *Web of Science* (WOS), *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

A WOS foi selecionada para compor o escopo desse estudo por ser considerada a maior base de dados internacional (Wen *et al.*, 2021), bem como as suas publicações serem revisadas

por pares e consideradas altamente confiáveis e relevantes devido à robustez na indexação de pesquisas científicas (Aguilar-Barbosa; Fumi Chim-Miki, 2020; Liu *et al.*, 2014). O acesso na WOS foi realizado entre fevereiro e abril de 2022 e atualizado em janeiro de 2023, sem o filtro “idioma”, a primeira busca com período de publicação de 2018 – 2022 e a segunda sem o filtro “período de publicação”. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão e a leitura dos resumos, restaram 36 trabalhos selecionados para análise.

Ainda, foram escolhidas as bases SPELL e SciELO para subsidiar a composição desse trabalho, devido a relevância que apresentam para a academia brasileira (Aguilar; Cunha, 2017). O acesso às bases foi realizado em agosto e setembro de 2022 e atualizado em janeiro de 2023, sem o filtro “idioma” e “período de publicação”, resultando em 13 e 6 artigos, respectivamente.

A quarta etapa da revisão integrativa consiste na categorização dos estudos selecionados (ver apêndice), com o objetivo de sistematizar e documentar as informações extraídas dos trabalhos selecionados nesta revisão buscando evidenciar o que está sendo abordado no sobre cidadania e voluntariado. A seleção dos trabalhos realizada nas três bases de dados resultou em 55 artigos e, devido ao número de trabalhos apresentados, não foi possível discorrer sobre cada um individualmente, porém todos foram lidos na íntegra.

Esta revisão integrativa utilizou uma análise de dados qualitativos assistidos pelo software Interface de R pour Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (IRAMUTEQ) para apoiar a análise dos dados desta pesquisa, a fim de identificar lacunas de pesquisa dos construtos cidadania e voluntariado. Este software permite vários processamentos e análises estatísticas de textos produzidos, sendo possível realizar cinco tipos de análises: estatísticas textuais clássicas; pesquisa de especificidades de grupos; classificação hierárquica descendente; análises de similitude e nuvem de palavras (Camargo; Justo, 2013).

Esta pesquisa consiste em uma abordagem qualitativa, fundamentada na análise de dados bibliométricos que objetiva identificar pontos emergentes de um campo de estudo e mensurar as redes de citações e coocorrência de palavras-chave mais relevantes para um determinado tema (Chen, 2006).

Neste estudo, para o processamento de dados utilizou-se dois tipos de análises: nuvem de palavras e árvore de similitude. Na primeira, as palavras são agrupadas e organizadas graficamente de acordo com a sua frequência, o que possibilita facilmente a sua identificação, a partir de um único arquivo, denominado corpus, que reúne os textos selecionados para análise (Camargo; Justo, 2013). A partir das palavras mais frequentes fornecidas nos segmentos de texto, foi realizada a análise lexical.

Na etapa seguinte, realizou-se uma análise da árvore de similitude, permitindo a

identificação de coocorrências e conexões entre palavras do corpus do texto (Marchand; Ratinaud, 2012). Os parâmetros utilizados para representar esta técnica foram o tamanho do segmento de texto e o estilo da comunidade igual a 10, e o uso da opção halo para priorizar a identificação do núcleo central e seus ramos. Além disso, a similitude é baseada na teoria dos grafos e no vocabulário, identificando núcleos semânticos reconhecidos pela coocorrência entre palavras e mostrando suas conexões com base no grau de relevância hierárquica entre elas (Salviati, 2017). Essas conexões permitem diagnosticar a estrutura do conteúdo exibido como um gráfico de árvore (Molina Neira, 2017).

Na seção seguinte, será abordada a quinta etapa desta revisão integrativa que compreende a análise geral com as discussões sobre o que está sendo abordado sobre o tema.

## 2.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 2.3.1 Coocorrência de Palavras-Chave

Na análise da coocorrência de palavras-chave constantes nos 55 estudos investigados, a nuvem de palavras é formada pelas palavras-chave dos trabalhos referentes a cidadania e voluntariado. Nesta etapa, percebe-se na Figura 2 que as palavras estão dispostas aleatoriamente de modo que as palavras mais frequentes aparecem maiores que as demais, demonstrando sua importância no corpus de análise da pesquisa. Deste modo, verifica-se que as palavras mais encontradas nos estudos sobre cidadania e voluntariado foram: ‘cidadania’ (f = 164), ‘voluntário’ (f = 148), ‘voluntariado’ (f = 114), ‘social’ (f = 82), ‘motivação’ (f = 45), ‘cidadão’ (f = 38), ‘ativo’ (f = 38), ‘gestão’ (f = 35), ‘participação’ (f = 26), ‘democracia’ (f = 18), ‘urbano’ (f = 17), ‘governo’ (f = 16), ‘governança’ (f = 14), ‘comportamento’ (f = 14), ‘global’ (f = 11), ‘participativo’ (f = 11), ‘comunidade’ (f = 11), ‘rh’ (f = 9), ‘envolvimento’ (f = 8), ‘retenção’ (f = 7), ‘rotatividade’ (f = 7), ‘voluntariedade’ (f = 7), ‘capacidade’ (f = 6), ‘reconhecimento’ (f = 6), ‘recrutamento’ (f = 6), ‘treinamento’ (f = 6), ‘incentivo’ (f = 4), ‘individual’ (f = 4). A figura 2 ressalta que as palavras cidadania, voluntário e voluntariado se encontram entre as de mais destaque no corpus analisado.

Figura 2 - Análise de coocorrência de palavras-chave usadas em estudos sobre cidadania e voluntariado



Fonte: Elaborada pela autora a partir dos resultados do IRAMUTEQ (2023).

Para fins deste estudo, a palavra ‘cidadania’ foi utilizada 164 vezes no corpus textual. Nas palavras-chave é citada isoladamente ou composta as palavras ativa, social, global, urbana e vivida. Nos resumos a palavra ‘cidadania’ compõe frases e conceitos que traduzem a cidadania como um valor central de um sistema democrático que molda o comportamento político dos membros da comunidade que participam ativamente na tomada de decisões (Yani; Hidayat, 2018), enfocando a compreensão do potencial para a transformação positiva da cidadania ativa na governança (Mattijssen *et al.*, 2019) e o surgimento de espaços de cidadania urbana em duas experiências europeias onde a marginalidade e a exclusão social são combatidas através da participação social, da apropriação do espaço e da construção de um senso de pertença baseado no lugar (Angelucci, 2019).

Embora as políticas participativas de promoção da cidadania ativa continuem a ser dominadas pelo conceito territorial, o mundo em que as pessoas reconhecem e agem como cidadãos é espacialmente multifacetado. Nesse sentido, Kallio, Wood e Hakli (2020) introduzem o conceito de cidadania vivida como uma interface onde podem ser encontradas múltiplas conexões espaciais características da vida transnacional e da administração territorialmente perpetuada.

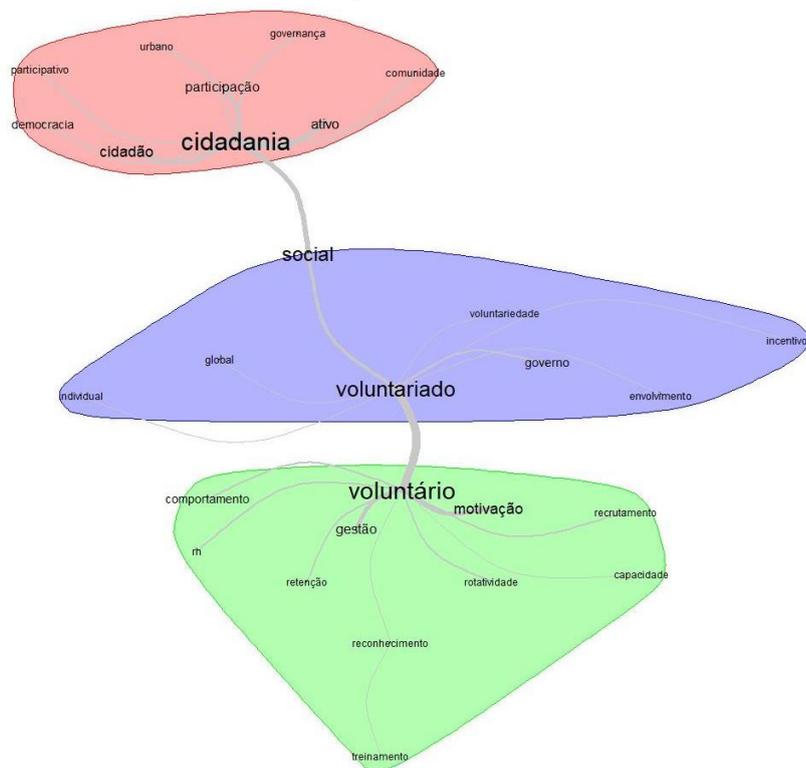
Já a palavra ‘voluntariado’ foi empregada 114 vezes no corpus textual. Nas palavras-chave aparece composta as palavras ambiental e imigrante, mas geralmente são mencionadas de forma isolada. No primeiro caso, o voluntariado tornou-se um recurso importante na solução

de problemas ambientais locais de importância global (Woosnam *et al.*, 2019). No segundo caso, Ambrosini e Artero (2022) apontam que o voluntariado permite que o imigrante se apresente como sujeito ativo, contrarie estereótipos degradantes e expresse seu compromisso político, apoiando uma forma de cidadania que enriquece com novas ideias de direito.

### 2.3.2 Árvore de Similitude

Esta técnica sintetiza as classes destacadas e permite tanto a identificação de coocorrências quanto a análise da relação entre as palavras do corpus textual e suas respectivas estruturas (Marchand; Ratinaud, 2012). O corpus textual para a análise de similitude foi constituído a partir da análise do título, palavras-chaves e resumo extraídos dos 55 artigos científicos sobre cidadania e voluntariado, com procedimentos estabelecidos, por meio de escore de coocorrência com comunidades e halo. Isso possibilitou a apresentação da árvore com a interligação das palavras em grupos, proporcionando uma melhor robustez na interpretação dos resultados. A Figura 3 mostra expressões derivadas de palavras comuns à composição e conecta os tópicos abordados na literatura.

Figura 3 - Árvore de similitude por coocorrência de Comunidades e Halo



Fonte: Elaborada pela autora a partir dos resultados do IRAMUTEQ (2023).

Os resultados da árvore de similitude forneceram evidências de associação entre palavras e ajudaram a identificar a estrutura indicada pela correlação de palavras associadas aos construtos cidadania e voluntariado. A análise aponta a palavra cidadania como de maior destaque, bem como examina expressões como voluntariado, voluntário e voluntariedade.

Na Figura 3, verifica-se as principais coocorrências entre as palavras e a conexidade entre os termos presentes nos textos do corpus, o gráfico gerado apresentou três comunidades de palavras, sendo que os mais expressivos revelaram uma forte relação entre os termos ‘cidadania’, ‘voluntariado’ e ‘voluntário’, com destaque para a comunidade vermelha, representada pela palavra ‘cidadania’. As conexões mais relevantes que derivam dessa comunidade são: participação, cidadão e comunidade, que destaca os trabalhos que examinam a relação entre a cidadania e participação no desenvolvimento da comunidade local. Além disso, este eixo apresenta forte conexidade com o vocábulo ‘voluntariado’ seguido de ‘voluntário’.

O termo ‘voluntariado’ integra a comunidade lilás da árvore de similitude, associando-se com forte conexidade ao termo central ‘cidadania’ e outros termos de menor conexidade como ‘voluntariedade’, ‘governo’, ‘envolvimento’ e ‘individual’. Frente ao conceito e a teoria da voluntariedade, compreendido como a capacidade de um indivíduo de superar obstáculos relacionados e ser voluntário, com base em sua vontade, capacidade e disponibilidade, Haski-Leventhal *et al.* (2018) debatem a respeito de como as pessoas podem ser assistidas para superar as barreiras para maximizar seu potencial voluntário e, assim, aumentar o voluntariado.

Finalmente, os termos ‘voluntário’, ‘motivação’, ‘gestão’, ‘rh’, ‘capacidade’, ‘recrutamento’, ‘treinamento’, ‘retenção’, ‘rotatividade’ e ‘comportamento’ constituem a comunidade verde. Nesse grupo fica bem descrita a dificuldade de se gerenciar voluntários e a importância da gestão de recursos humanos (RH) para investigar o efeito de duas práticas de RH - treinamento e reconhecimento - sobre a rotatividade de voluntários (Walk; Zhang; Littlepage, 2019), bem como a necessidade de planejamento estratégico e intencional na gestão de voluntários para enfrentar a retenção de voluntários e melhorar outros resultados (Walk; Scott; Littlepage, 2021).

No que se refere à motivação, termo também apontado na comunidade verde, Aquino *et al.* (2020) analisa os motivos que levam os voluntários a se engajarem em atividades voluntárias, entre os achados, destaca-se a predominância do perfil altruísta, seguido do perfil de justiça social, do perfil de aprendizado, do perfil de afiliação e do perfil egoísta, tanto nas expectativas prévias quanto no momento da adesão ao trabalho voluntário. Nesse mesmo caminho, Alves, Pereira e Cavalcante (2018) buscaram entender os fatores motivacionais que influenciam indivíduos a exercerem atividades voluntárias, utilizando o Volunteer Functions

Inventory, desenvolvido por Clary et al. (1998), que elenca seis fatores motivacionais: valores, compreensão, aperfeiçoamento, carreira, social e protecionismo. Verificou-se que os participantes da pesquisa possuem motivações relacionadas tanto a valores altruístas como egoístas.

Ainda, considerando o mesmo inventário proposto por Clary *et al.* (1998), Silva *et al.* (2020) desenvolveu um estudo voltado para descrever o perfil sociodemográfico e identificar os principais fatores motivacionais que influenciam os voluntários, encontrando nos seus resultados que os motivos que mais influenciam os voluntários estão relacionados a: valores e realização pessoal; manutenção de espírito positivo; participação em atividades valorizadas socialmente; aquisição de conhecimentos e de habilidades pessoais.

Resumidamente, as vinculações entre estas três comunidades expostas na árvore de similitude reforçam o que vem sendo debatido na literatura sobre cidadania referente a participação ativa na tomada de decisões, enfocando a compreensão do potencial para a transformação positiva da cidadania ativa, o surgimento de espaços de cidadania urbana e, ainda introduz o conceito de cidadania vivida (Kallio; Wood; Hakli, 2020; Mattijssen *et al.*, 2019; Angelucci, 2019; Yani; Hidayat, 2018), e sobre o voluntariado, considera-se a teoria da voluntariedade e a gestão de voluntários (Walk; Scott; Littlepage, 2021; Walk; Zhang; Littlepage, 2019; Haski-Leventhal et al., 2018; Santos *et al.*, 2015; Bartels; Cozzi; Mantovan, 2013; Haski-Leventhal; Meijs; Hustinx, 2010). Um outro ponto é a motivação para o trabalho voluntário, onde as pesquisas vêm se debruçando sobre os motivos que levam os indivíduos a envolverem-se e permanecerem no voluntariado (Silva; Rodrigues; Pinho, 2020; Silva et al., 2020; Aquino et al., 2020; Alves; Pereira; Cavalcante, 2018; Orsini; Souza, 2018; Mainardes et al., 2017).

## 2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A última etapa do processo de revisão integrativa da literatura se refere à síntese do conhecimento, que compreende a descrição passo a passo de todas as fases percorridas pela pesquisadora e apresenta os principais resultados obtidos.

Este trabalho realizou uma análise da coocorrência de palavras-chave e da árvore de similitude formada a partir do título, resumo e palavras-chave dos artigos sobre cidadania e voluntariado, a fim de identificar os temas já consolidados neste campo de pesquisa, bem como as novas tendências.

Os estudos sobre cidadania e voluntariado vem recebendo atenção dos pesquisadores,

desde a abordagem de políticas participativas de promoção da cidadania ativa dominadas pelo conceito territorial até suas contribuições incluíram novas perspectivas analíticas, reforçando que o mundo onde as pessoas se identificam e atuam como cidadãos é espacialmente multifacetado (Kallio; Wood; Hakli, 2020) e reforçam a evolução do voluntariado frente às novas tendências de pesquisas (Haski-Leventhal *et al.*, 2018).

No que se refere aos resultados desta pesquisa, se por um lado, os artigos analisados são consistentes com estudos anteriores que investigam a cidadania sob a perspectiva de um sistema democrático que molda o comportamento político dos membros da comunidade que participam ativamente na tomada de decisões (Yani; Hidayat, 2018), considerando a relação entre a cidadania e participação no desenvolvimento da comunidade local (Buijs *et al.*, 2019), discutem sobre as alterações nas estruturas da participação e as escalas de mudança da cidadania (Makinen, 2021), enfocando a compreensão do potencial para a transformação positiva da cidadania ativa (Mattijssen *et al.*, 2019) e enfrentando a marginalidade e a exclusão social através da participação social, da apropriação do espaço e da construção de um senso de pertença baseado no lugar (Angelucci, 2019). Por outro lado, evidenciam o conceito de cidadania vivida (Kallio; Wood; Hakli, 2020).

Além disso, considerando os achados referente ao voluntariado, Haski-Leventhal *et al.* (2018) reforçam a evolução do voluntariado frente às novas tendências de pesquisas no que se refere ao conceito e teoria da voluntariedade, desenvolvendo o modelo de terceiros e identificando novas maneiras pelas quais podem melhorar o voluntariado, a partir da voluntariedade e recrutabilidade.

De modo geral, a literatura demonstra preocupação quanto aos motivos que levam o indivíduo a ingressar e permanecer no voluntariado, considerando a relevância da temática para a adoção de práticas de incentivo ao voluntariado e gestão dos voluntários.

Em suma, os diagnósticos da coocorrência de palavras e comunidades derivados das análises geradas através do IRAMUTEQ foram convergentes. Assim, conclui-se que ambas as técnicas utilizadas nesta pesquisa, nuvem de palavras e árvore de similitude, apresentaram resultados convergentes e retratam os principais campos de pesquisa relacionados a cidadania e voluntariado.

Ao realizar a leitura na íntegra dos artigos, verificou-se que vem aumentando a produção técnico-científica sobre cidadania e voluntariado, no entanto a análise permitiu identificar algumas lacunas que ainda não foram supridos como: avançar na compreensão profunda da relação entre os gastos públicos e o voluntariado (Bartels; Cozzi; Mantovan, 2013); abordar o potencial do voluntariado para ajudar a prestação de serviços dos governos locais (Adamtey;

Amoako; Doe, 2021); testar os potenciais efeitos moderadores da qualidade da comunicação entre as percepções das práticas de RH e os resultados dos voluntários, bem como explorar a relação entre a motivação voluntária e as percepções das práticas de recursos humanos (RH) (Walk; Scott; Littlepage, 2021).

Além disso, identificou-se oportunidades de estudos voltados para repensar a cidadania e a sociedade civil (Hakli, 2018); analisar e mapear a qualidade da cidadania de uma determinada comunidade como uma consideração na formulação e implementação de políticas públicas para ajudar os tomadores de decisão (Yani; Hidayat, 2018); focar nas experiências e emoções daqueles que implementam políticas de cidadania ativa, assim como daqueles que são submetidos a elas (Hoekstra, 2019); aprimorar novos insights sobre como os cidadãos formam suas concepções normativas de cidadania (Robison, 2022).

Haski-Leventhal *et al.* (2018) sugerem que há espaço para o desenvolvimento de políticas sociais na área de voluntariado, que precisa ser baseada em evidências, e se concentrar na voluntariedade ou no potencial de voluntariado, incluindo a necessidade de testar a eficácia das intervenções políticas e seu impacto resultante na participação voluntária usando a estrutura de voluntariado. Ainda, discutir as razões por trás do voluntariado, o potencial do voluntariado para ajudar a preencher lacunas de recursos humanos e financeiros, e as condições para o sucesso do voluntariado (Adamtey; Amoako; Doe, 2021); averiguar as percepções descritivas e avaliativas das motivações e disposições para voluntários, especificamente, investigar quantitativamente as percepções dos voluntários e testar se (e até que ponto) as relações com resultados relacionados ao trabalho, tais como satisfação, compromisso ou rotatividade (Walk; Scott; Littlepage, 2021).

### 3 ESTUDO II - Motivações para o Voluntariado: Um Estudo com Conselheiros do Orçamento Democrático

#### RESUMO

O presente estudo tem como objetivo identificar a motivação para o trabalho voluntário dos conselheiros que atuam no Orçamento Democrático. Por meio de uma abordagem quantitativa, buscou-se descrever as motivações para o voluntariado em função de variáveis tanto sociodemográficas como atitudinais mais específicas. A amostra é composta por 245 conselheiros voluntários, que atuaram nos conselhos regionais do Orçamento Democrático do Estado da Paraíba, no período de 2020-2022. A coleta dos dados foi realizada através de questionário pesquisando dados sociodemográficos e características específicas de voluntariado, aplicando uma escala a partir do Modelo Estrutural de Motivação no Trabalho Voluntário, que explica as motivações de permanência em atividades voluntárias em cinco dimensões: altruísta, justiça social, afiliação, aprendizagem e egoísta. Os resultados apontaram as maiores médias para os motivos de aprendizagem e de afiliação, o que mostra que as razões para continuar a trabalhar como voluntários nos conselhos regionais estão relacionadas com o autodesenvolvimento e o pertencimento a um grupo que busca contribuir com o bem-estar da sociedade.

**Palavras-chave:** voluntariado; motivação no trabalho voluntário; motivação; conselho; Orçamento Democrático.

#### ABSTRACT

This study aims to identify the motivation for volunteer work of councilors who work in the Democratic Budget. Through a quantitative approach, we sought to describe the motivations for volunteering according to both sociodemographic and more specific attitudinal variables. The sample consisted of 245 volunteer councilors, who served on the regional councils of the Democratic Budget State of Paraíba, in the period 2020-2022. The data was collected through a questionnaire researching sociodemographic data and specific volunteer characteristics, applying a scale based on the Structural Model of Motivation in Volunteer Work, which explains the motivations for staying in volunteer activities in five dimensions: altruistic, social justice, affiliation, learning and selfish. The results showed the highest averages for the learning and affiliation motives, which shows that the reasons for continuing to work as volunteers in the regional councils are related to self-development and belonging to a group that seeks to contribute to the well-being of society.

**Keywords:** volunteering; motivation in volunteer work; motivation; council; Democratic Budget.

### 3.1 INTRODUÇÃO

O voluntariado apresenta benefícios tanto para a sociedade como para o indivíduo que realiza atividades voluntárias. Estes benefícios podem possibilitar desde a melhoria da vida do voluntário até da sociedade e dos governos, devido o voluntariado produzir importantes contribuições tanto na esfera econômica como na social e contribuir para a uma sociedade mais coesa, por meio da construção de uma relação de confiança e de reciprocidade entre as pessoas.

As organizações internacionais, a exemplo das Nações Unidas, e os governos têm demonstrado crescente interesse no voluntariado (Haski-Leventhal *et al.*, 2010; Haski-Leventhal *et al.*, 2018), por este possibilitar a redução de custos, manutenção dos serviços mais acessíveis e economia do dinheiro do contribuinte (Bovaird *et al.*, 2015). Para o alcance de metas de políticas públicas, os governos estão cada vez mais envolvidos no voluntariado, de forma direta ou indireta, por meio de uma variedade de ações: desde o desenvolvimento de legislação até o engajamento de voluntários na prestação de serviços públicos (Holmes, 2009; Haski-Leventhal *et al.*, 2018).

A depender da nação, a participação voluntária pode ser maior ou menor (Musick; Wilson, 2008) e, uma vez que, a participação voluntária não é estática, e há espaço para aumentar ou diminuir os níveis de participação (Haski-Leventhal *et al.*, 2018), evidências apontam que existem indivíduos que podem ser atraídos a se voluntariar se receberem os incentivos certos.

Nesse sentido, uma das experiências que vem se destacando no voluntariado diz respeito à participação voluntária em espaços de discussão, acompanhamento e fiscalização de políticas públicas. No contexto nacional, as instituições caracterizadas pela participação vem se destacando pelo crescimento de estudos nessa área, no entanto se identifica lacunas teóricas que ainda não foram supridas como a necessidade apontada por Avritzer (2012) e Bishop e Davis (2002) de ampliar a compreensão sobre as diferentes instituições participativas (Lima-Silva; Abreu; Leblanc, 2020), considerando o voluntariado como uma das formas de participação e a necessidade de se conhecer os aspectos motivacionais que podem influenciar no engajamento dos cidadãos (Caetano, 2018). Assim, identifica-se um campo de pesquisa propício para investigar a motivação do trabalho voluntário, fenômeno em expansão no Brasil, com vários estudos desenvolvidos pelo Grupo de Estudos do Terceiro Setor (GETS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como os de Ageu (2015), Aquino (2015), Lemos (2016), Ferraz (2017), Amorim (2018), Caldas (2020) e Vale (2021).

Leite (2022) aponta que existem formatos institucionais de participação surgindo em

nossa sociedade. No contexto brasileiro, principalmente, após a inclusão de mecanismos de participação na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), a exemplo dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas e o Orçamento Participativo (OP), surge a primeira experiência de Orçamento Participativo no Brasil que foi iniciada na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1989, priorizando a participação da população no formato de assembleia e audiências públicas.

Semelhante a experiência do OP de Porto Alegre e tendo como base a experiência do município de João Pessoa, no estado da Paraíba, iniciada em 2005, o Orçamento Democrático Estadual (ODE) teve início no ano de 2011. O ODE está estruturado em uma secretaria executiva, vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, que além da equipe institucional conta com 14 (quatorze) Conselhos Regionais, compostos por representantes voluntários da sociedade civil eleitos pela população em votação digital presencial, e com 01 (um) Conselho Estadual, composto por 28 (vinte e oito) conselheiros eleitos nas reuniões regionais. Os conselheiros são eleitos para um mandato de dois anos (PARAÍBA, 2020).

Diante da efetivação do CROD e ponderando os apontamentos de Leite (2022) referente a necessidade de uma maior publicização das experiências e dos conhecimentos gerados sobre os conselhos criados no âmbito dos orçamentos participativos, considera-se aceitável a investigação das motivações do voluntariado adotando como lócus de pesquisa os Conselhos Regionais do ODE.

Nesse sentido, este artigo tem o objetivo de identificar a motivação para o trabalho voluntário dos conselheiros que atuam no Orçamento Democrático Estadual (ODE) da Paraíba, a partir do Modelo Estrutural de Motivação no Trabalho Voluntário proposto por Cavalcante (2016).

Esta pesquisa se justifica por sua relevância prática, uma vez que o ODE existe a 12 anos e para a gestão 2020-2022 foram eleitos 390 conselheiros voluntários nos conselhos regionais (PARAÍBA, 2020a), entretanto no final do segundo semestre de 2022 contava com apenas 293 conselheiros, representando uma redução de 24,87% do número de conselheiros voluntários. Diante disso, ao conhecer os fatores que motivam o indivíduo a participar de forma voluntária das ações governamentais, espera-se auxiliar estrategicamente os gestores a moldar e executar políticas públicas, a partir do fomento à participação e promoção do voluntariado, bem como contribuir na gestão de voluntários de forma mais eficiente, podendo possibilitar a redução da saída dos voluntários das atividades.

Este artigo está estruturado em cinco seções, sendo a primeira esta introdução. A

segunda seção contempla o referencial teórico; a terceira apresenta os procedimentos metodológicos adotados; a quarta seção destaca os resultados e suas análises; e a última seção traz as considerações finais. A seção seguinte discorre sobre as principais abordagens do trabalho voluntário e as motivações dos indivíduos a participar do voluntariado.

## 3.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 3.2.1 Trabalho Voluntário

O voluntariado é um fenômeno que vem ganhando força no âmbito acadêmico, político e social, principalmente a partir do ano de 2001 institucionalizado como o ano do voluntariado pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2001).

Um dos primeiros modelos de voluntariado que foi desenvolvido considerava dois motivos para se voluntariar, altruístas e egoístas (Frisch; Gerrard, 1981). Estudos seguintes adaptaram a abordagem para além do discurso altruísta-egoístico, incluindo indivíduos que espontaneamente desenvolvem trabalho por motivos intrínsecos e extrínsecos (Musick; Wilson, 2008; Cavalcante, 2016).

O termo voluntariado apresenta várias definições e normalmente inclui quatro componentes: livre arbítrio, ajudando estranhos/beneficiários, sem recompensa monetária, e através de uma organização ou diretamente com os beneficiários (Wilson, 2012).

Salamon e Sokolowski (2016) desenvolvem o conceito de voluntariado considerando os três critérios elencados pela ONU (2001), são eles: ser praticado sem visar ganho financeiro; ser realizado por vontade própria; e, trazer benefícios tanto para quem recebe a ajuda quanto para aquele que executa a atividade. Os autores ainda incluem as seguintes características, que o voluntário pode realizar o trabalho de forma individual e informal, assim não necessita estar filiado a uma organização, que o trabalho voluntário não deve ser irregular ou temporário e a atividade não deve ser destinada a beneficiar familiares.

O voluntariado compreende a motivação dos indivíduos para se voluntariar por seus próprios esforços, tempo e recursos para um propósito. Isto está de acordo com as ideias de Adamtey, Amoako e Doe (2021) que define o voluntariado como o ato de livre vontade de uma pessoa ou de um grupo, que dá seu tempo, seu trabalho e sua experiência para fornecer serviços comunitários para ajudar a melhorar a vida da sua comunidade sem receber remuneração. Entretanto, reconhece-se que alguns voluntários recebem alguma forma de apoio financeiro para o desenvolvimento de algumas atividades (Cavalcante, 2016).

Nesse sentido, Cavalcante (2016) conceitua o trabalho voluntário como uma atividade em que um indivíduo doa seu tempo ou conhecimento, que pode ter benefícios financeiros limitados ao custo de realização da atividade; de escolha individual, mesmo que estimulado a realizar uma tarefa; que permite receber benefícios, mentais ou físicos; de natureza eventual ou permanente; e que pode ou não ser executado sob a orientação de uma organização.

O voluntariado apresenta benefícios para i) o voluntário individual, pois pode melhorar a vida do voluntário (Haski-Leventhal *et al.*, 2018); ii) a organização de voluntários, pois fornece recursos humanos a um custo subsidiado e beneficia os destinatários dos serviços ou os clientes dessas organizações (Haski-Leventhal *et al.*, 2011); e iii) a sociedade em geral e os governos, pois ajuda a reduzir custos, mantém os serviços acessíveis e economiza o dinheiro do contribuinte (Bovaird *et al.*, 2015).

Uma vez conceituado o trabalho voluntário e apresentados os benefícios do voluntariado no âmbito individual, organizacional e social, torna-se relevante entender as razões pelas quais os indivíduos tendem a se voluntariar, dado que as motivações influenciam o comportamento humano, inclusive no engajamento e desempenho dos cidadãos para o voluntariado.

Para o alcance do objetivo deste estudo, a motivação foi escolhida como construto pelo qual vai identificar as razões para se voluntariar. A próxima seção aborda de forma mais detalhada o construto motivação.

### **3.2.2 Motivação para o Trabalho Voluntário**

A Teoria Funcional combinada ao fenômeno social do voluntariado, deu origem ao Inventário de Funções do Voluntariado (IVF) (*Volunteer Functional Inventory*) desenvolvido por Clary *et al.* (1998). Este instrumento identifica as motivações individuais subjacentes à prática de atividades voluntárias e permite caracterizá-las. As pessoas se voluntariam e permanecem voluntárias desde que o voluntariado satisfaça seus motivos pessoais (Clary *et al.*, 1998), deste modo as razões para o voluntariado podem ser altruístas, orientadas para os outros, e/ou egoístas, orientadas a si (Clary *et al.*, 1998; Clary; Snyder, 1999). Alguns modelos assumem dois motivos: egoísmo versus altruísmo (Frisch; Gerrard, 1981), ou os fatores intrínsecos e extrínsecos (Finkelstein, 2009).

Segundo Musick e Wilson (2008) a teoria de motivação voluntária de Clary *et al.* (1998) é a mais conhecida e sofisticada nesse campo, e consiste em um modelo multidimensional que identifica seis motivos diferentes para o engajamento voluntário e que podem ser medidos por meio do IVF, são eles: valores, social, carreira, intelecto, proteção e estima. Clary *et al.* (1998;

1994) argumentam que ao abordar essas motivações possibilita convencer mais pessoas a participar de trabalho voluntário. Esse modelo é amplamente aceito e citado por pesquisadores, todavia vem recebendo críticas devido a limitação de considerar apenas os benefícios do voluntariado e não demonstrar outros fatores no processo de tomada de decisão em voluntariar (Cavalcante, 2016).

Deste modo, Cavalcante (2016) desenvolveu o “Modelo Estrutural de Motivação do Trabalho Voluntário”, que considera cinco dimensões motivacionais: altruísta, justiça social, afiliação, aprendizagem e egoísta. Assim, esse estudo contempla o construto motivação a partir deste modelo desenvolvido por Cavalcante (2016), caracterizado por uma abordagem quantitativa, multidimensional e validado no contexto nacional. Este instrumento busca mensurar quantitativamente as motivações de expectativas (para postulantes à prática do voluntariado), entrada (para voluntários com até um ano de prática na atividade voluntária), permanência (para voluntários com mais de um ano de prática na atividade voluntária) e saída (para aqueles que se afastaram da atividade voluntária) do trabalho voluntário. A seguir, o Quadro 3 apresenta as principais características de cada dimensão motivacional para o trabalho voluntário de acordo com o estudo de Cavalcante (2016):

Quadro 3 - Modelo estrutural de motivação no trabalho voluntário (continua)

<b>Dimensão</b>	<b>Características</b>
<b>Altruísta</b>	Representa o auto sacrifício percebido subjetivamente pelo voluntário associado ao risco, insalubridade e periculosidade, sob a perspectiva da consciência de espécie ou questões acerca das condições gerais de vida humana. Nesse caso, há uma consciência social e uma personalidade universal.
<b>Justiça Social</b>	Reúne motivos relativos ao sentimento de auxílio a sujeitos e comunidades em situações de exceção, via fornecimento e apoio direto aos menos aptos e prósperos, tais como idosos, crianças, desabilitados e pacientes em hospitais, estando o voluntário interessado no resgate da cidadania, em uma perspectiva local.
<b>Afiliação</b>	Contempla os motivos vinculados à avaliação subjetiva de contribuição para o bem-estar social e, particularmente, de desafortunados, sob perspectiva amistosa, em que o voluntário se sente compartilhando algo de si mesmo com alguém em dado espaço organizacional. Almeja a afiliação a um grupo por meio da atividade voluntária.
<b>Aprendizagem</b>	Reúne motivos de uma forma específica de aprimoramento social não centrada em temas cruciais ou aflitivos, mas que, de alguma forma, transmitem ao voluntário a sensação de estar, simultaneamente, promovendo a si e a vida do receptor sob a perspectiva da interação grupal. Busca o autodesenvolvimento através de ações que estimulem o intelecto via voluntariado.

Quadro 3 - Modelo estrutural de motivação no trabalho voluntário (conclusão)

Dimensão	Características
<b>Egoísta</b>	Congrega motivos centrados na sensação de privilégios, de status e de proteção, estando o voluntário interessado na construção e projeção da autoimagem ou na promoção pessoal junto a indivíduos e coletividades. Trata-se de um posicionamento centrado no eu, na satisfação própria através do trabalho voluntário. Portanto, é inerentemente egoísta.

Fonte: Caldas (2020) baseado em Cavalcante (2016).

Conforme os fatores elencados no Quadro 3, um voluntário pode apresentar cinco dimensões motivacionais (altruísta, justiça social, afiliação, aprendizagem e egoísta) para determinar as motivações para o voluntariado e traçar o perfil do voluntário com base nos motivos de entrada, permanência, expectativas e saída. De acordo com Cavalcante (2016), os motivos variam desde o egoísmo, voltados para a satisfação individual, até o altruísmo, que estão voltados às questões mais coletivas.

A seguir serão apresentadas as escolhas metodológicas que foram adotadas no percurso desta pesquisa.

### 3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo investigou a motivação para o trabalho voluntário dos conselheiros que atuam no Orçamento Democrático. Para o alcance deste objetivo, foi realizada a coleta dos dados entre novembro de 2022 e janeiro de 2023, por meio de um questionário elaborado e distribuído, a partir do *Google Forms*, por meio de aplicativo de mensagens instantâneas, e via chamada telefônica, devido os respondentes apresentarem dificuldades no uso de tecnologias digitais. O questionário foi norteado pelo instrumento desenvolvido por Cavalcante (2016) para identificar a motivação para o trabalho voluntário, neste estudo optou-se por considerar as motivações de permanência na ação voluntária e se dividiu em duas partes.

Na primeira parte, perguntou-se “por que eu permaneci no conselho regional do ODE?” e foram apresentados em forma de questões os 21 indicadores dos cinco perfis de motivação, nos quais em uma escala de *Likert* variam os níveis de discordância ou concordância, atribuindo valores entre 0 e 10. E, na segunda parte, apresentou 6 perguntas com o objetivo de traçar o perfil sociodemográfico dos voluntários, bem como 2 questões para investigar os possíveis vínculos existentes entre eles e a atividade voluntária. A seguir, apresenta-se o quadro 4 com

os indicadores do instrumento de motivação voluntária.

Quadro 4 - Indicadores do instrumento de motivação voluntária

<b>Dimensão</b>	<b>Indicador</b>	<b>Item de mensuração</b>
<b>Altruísta (ALT)</b>	ALT_1	Permaneci porque tenho conseguido ajudar pessoas.
	ALT_2	Permaneci porque tenho conseguido mudar a vida das pessoas.
	ALT_3	Permaneci porque tenho levado esperança aos menos favorecidos.
	ALT_4	Permaneci porque vejo que as pessoas a que ajudo têm tido oportunidade de viver melhor.
	ALT_5	Permaneci porque considero meu trabalho importante.
<b>Justiça Social (JUST)</b>	JUST_1	Permaneci porque sinto que estou ajudando as comunidades.
	JUST_2	Permaneci porque estou corrigindo injustiças sociais nas comunidades.
	JUST_3	Permaneci porque estou melhorando a qualidade de vida das comunidades.
	JUST_4	Permaneci porque estou colaborando na busca dos direitos sociais nas comunidades.
<b>Afiliação (AFIL)</b>	AFIL_1	Permaneci porque estou com pessoas com os mesmos interesses.
	AFIL_2	Permaneci porque sinto que estou fazendo parte de um grupo.
	AFIL_3	Permaneci porque estou fazendo novos amigos.
<b>Aprendizagem (APREN)</b>	APREN_1	Permaneci porque estou aprendendo a lidar com pessoas.
	APREN_2	Permaneci porque estou aprendendo novos conhecimentos.
	APREN_3	Permaneci porque estou tendo novos desafios e experiências.
	APREN_4	Permaneci porque estou aprendendo algo.
<b>Egoísta (EGO)</b>	EGO_1	Permaneci porque estou preenchendo o tempo livre.
	EGO_2	Permaneci porque estou sendo reconhecido.
	EGO_3	Permaneci porque estou me sentindo melhor como pessoa.
	EGO_4	Permaneci porque estou com boa autoestima.
	EGO_5	Permaneci porque me sinto importante fazendo esse trabalho.

Fonte: Adaptado de Cavalcante (2016).

O estudo foi realizado com a colaboração dos conselheiros voluntários dos Conselhos Regionais do ODE do estado da Paraíba, que contavam com 390 conselheiros e constituem o universo da pesquisa, e da equipe técnica que faz parte da Secretaria Executiva do ODE, que contribuiu no processo de articulação com os sujeitos da pesquisa.

A amostra foi composta por 245 conselheiros que atuaram voluntariamente nos 14 Conselhos Regionais do ODE do estado da Paraíba no período de 2020-2022.

Os dados da seção empírica sociodemográfica serviram para examinar e criar um perfil desses voluntários. Após traçar o perfil geral dos conselheiros voluntários, a próxima parte, se debruçou sobre a estrutura fatorial da escala mais adequada por dimensão, realizando a Análise Fatorial Exploratória (AFE). E, por fim, foi realizada a análise estatística dos dados por meio da média, coeficiente de variação e desvio-padrão, buscando as razões de permanência em atividades voluntárias. A partir dos gráficos gerados pelo *Google Forms*, foi traçado o perfil sociodemográfico dos respondentes. Já a AFE e a estatística descritiva foram realizadas utilizando o software RStudio.

### 3.4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para a apresentação e discussão dos resultados, definiram-se três linhas: (1) perfil sociodemográfico dos sujeitos da pesquisa e seus possíveis vínculos com o voluntariado; (2) Análise Fatorial Exploratória (AFE) e (3) identificação dos motivos de permanência na atividade voluntária.

#### 3.4.1 Dados sociodemográficos e vínculos com o voluntariado

O perfil sociodemográfico desta amostra foi evidenciado por meio de análises das medidas descritivas das variáveis, com base em dados relacionados a gênero, estado civil, idade, escolaridade, renda familiar e ocupação, bem como possíveis vínculos entre eles, seus familiares e a atividade voluntária. A seguir, a Tabela 1 apresenta a descrição das características sociodemográficas da amostra para os indicadores supramencionados.

Tabela 1 - Caracterização sociodemográfica da amostra (continua)

<b>Gênero</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Masculino	144	58,8
Feminino	100	40,8

Tabela 1 - Caracterização sociodemográfica da amostra (conclusão)

<b>Gênero</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Outro	1	0,4
<b>Estado Civil</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Solteiro	78	31,8
Casado	130	53,1
União Estável	16	6,5
Separado(a)/Divorciado(a)	14	5,7
Viúvo	7	2,9
<b>Idade</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Entre 18 e 29 anos	37	15,2
Entre 30 e 39 anos	59	24,2
Entre 40 e 49 anos	60	24,6
Entre 50 e 59 anos	52	21,3
Acima de 60 anos	36	14,8
<b>Escolaridade</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Analfabeto	0	0
Fundamental Incompleto (1ºGrau)	36	14,7
Fundamental Completo (1º Grau)	17	6,9
Médio Incompleto (2º Grau)	16	6,5
Médio Completo (2º Grau)	115	46,9
Superior Completo	50	20,4
Pós-Graduação Completo	11	4,5
<b>Renda familiar mensal</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Até R\$ 1.000,00	44	18
Acima de R\$ 1.000,00 até R\$3.000,00	174	71
Acima de R\$ 3.000,00 até R\$5.000,00	22	9
Acima de R\$ 5.000,00 até R\$8.000,00	4	1,6
Acima de R\$ 8.000,00	1	0,4
<b>Ocupação</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Autônomo	26	10,6
Estudante	17	6,9
Servidor Público	96	39,2
Empregado de empresa privada	12	4,9
Aposentado	23	9,4
Agricultor	54	22
Dona de casa	4	1,6
Outra	13	5,3
<b>Algum familiar fez/faz trabalhos voluntários?</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Sim	154	62,9
Não	91	37,1
<b>Já havia feito outro trabalho voluntário antes desse?</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Sim	222	90,6
Não	23	9,4

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Pode ser definido que o perfil-padrão da amostra pesquisada é do sexo masculino (58,8%), casado (53,1%), entre 40 e 49 anos (24,6%) seguido da faixa etária entre 30 e 39 anos (24,2%), com ensino médio completo (46,9%) e com renda entre R\$ 1.000,00 e R\$ 3.000,00 (71%).

Esses resultados estão em linha com os encontrados em Haski-Leventhal *et al.* (2018), que também concluíram em suas pesquisas que os indivíduos mais propensos a serem voluntários estão em trabalho em tempo integral, com ocupações profissionais e casados. Embora estas características estejam associadas às pessoas mais propensas a ter tempo livre limitado, elas são capazes de acomodar restrições de tempo para se voluntariarem, mesmo que por uma quantidade de horas reduzidas.

Também pode ser observada a ocupação dos envolvidos, de modo que entre os voluntários destacou-se servidor público, compreendendo 39,2% da amostra. Nessa perspectiva, Holt (2019) afirma que os trabalhadores do setor público são mais propensos a se envolverem em comportamentos destinados a ajudar outras pessoas, como o voluntariado, sugerindo que este perfil se enquadra nas características previstas na literatura.

No que se refere ao gênero, o achado de que os conselheiros voluntários, na amostra analisada, são na sua maioria formada por homens, apresenta um resultado que contradiz pesquisas que se debruçaram sobre o voluntariado, onde em linhas gerais se percebe uma participação voluntária mais frequente de mulheres (Alves; Pereira; Cavalcante, 2018; Lemos *et al.*, 2019; Amorim, 2018; Aquino *et al.*, 2020; Lemos *et al.*, 2020). Isso pode ocorrer devido estes trabalhos terem sido realizados em contextos diferentes, em organizações não governamentais, e o estudo em tela se deu com voluntários de uma instituição governamental, os conselhos regionais do ODE. Outro ponto que também pode ser considerado é o espaço institucional abordado nesse estudo, os conselhos, que garantem a participação popular nas decisões políticas e na elaboração de políticas públicas, neste caso, no contexto paraibano, ainda são influenciados pelo processo histórico do patriarcado.

Finalizando o perfil da amostra, os respondentes foram indagados sobre possíveis vínculos com o trabalho voluntário, verificou-se que seus familiares também fazem/fizeram atividades voluntárias (62,9%) e que eles já realizaram atividades voluntárias anteriormente (90,6%). Esses resultados nos fazem refletir que tanto o envolvimento dos familiares no voluntariado como o deles outros trabalhos voluntários anteriores podem levá-los a vincular-se na atividade voluntária nos conselhos.

Após a descrição e análise do perfil da amostra e dos possíveis vínculos existentes entre eles, seus familiares e o voluntariado, realizou-se a análise fatorial exploratória.

### 3.4.2 Análise Fatorial Exploratória (AFE)

Conforme os procedimentos recomendados por Hair *et al.* (2009), verificou-se a adequação da amostra para análise fatorial, por meio do KMO e do teste de esfericidade de Bartlett. Em seguida, foram realizadas várias rodadas da AFE, utilizando o software RStudio, de modo a verificar a estrutura fatorial da escala mais adequada, realizada por dimensão.

A estrutura escolhida segue o modelo teórico defendido por Cavalcante (2016), cujas motivações para permanência no trabalho voluntário seriam atreladas a cinco fatores: altruísta, justiça social, afiliação, aprendizagem, egoísta. Seguem as AFEs para esta amostragem, analisadas por dimensão.

#### Altruísta

A dimensão altruísta está relacionada à consciência social e caráter universalista. Para essa amostragem, cinco itens (ALT\_1, ALT\_2, ALT\_3, ALT\_4 e ALT\_5) compõem esse fator. Analisando inicialmente as correlações entre os itens da dimensão altruísta, a partir da Tabela 2, observa-se que a correlação desses itens apresenta bons resultados e correlações acima de 0,3. Dos itens estudados, a correlação mais baixa é entre os itens ALT\_1 e ALT\_5, que é de 0,478, e os itens que apresentam maior correlação são ALT\_3 e ALT\_4, que é de 0,846.

Tabela 2 - Correlação da Dimensão Altruísta

	ALT_1	ALT_2	ALT_3	ALT_4	ALT_5
ALT_1	1,000	0,744	0,667	0,719	0,478
ALT_2	0,744	1,000	0,791	0,801	0,511
ALT_3	0,667	0,791	1,000	0,846	0,532
ALT_4	0,719	0,801	0,846	1,000	0,594
ALT_5	0,478	0,511	0,532	0,594	1,000

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Para verificar a adequação da amostra, foi realizado o teste de esfericidade de Bartlett, que apresentou o seguinte resultado ( $X^2 = 911,1836$ ;  $df = 10$ ;  $p = 0,000$ ) e o  $KMO = 0,87$ . Este resultado indica que a amostra apresenta uma boa adequação. O alpha de Cronbach foi de 0,90, representando uma confiabilidade aceitável dessa escala de itens.

Após verificar a correlação dos itens e a adequação da amostra, vamos seguir para a análise fatorial. A seguir, verificamos na Tabela 3, os resultados dos itens da dimensão altruísta e os

resultados dos escores fatoriais foram bons e o teste mostrou que um fator é suficiente para os itens analisados. A comunalidade dos itens mostrou resultado satisfatório, onde a menor comunalidade foi de 0,374. A variância explicada também apresentou resultado satisfatório, que foi de 0,685. Então, no geral, os itens que compõem esta dimensão apresentaram resultados significativos, mostrando ser satisfatório.

Tabela 3 - Escores fatoriais, comunalidade e variância da Dimensão Altruísta

	Escores	Comunalidade
ALT_1	0,782	0,612
ALT_2	0,877	0,770
ALT_3	0,898	0,806
ALT_4	0,930	0,865
ALT_5	0,612	0,374
Variância	0,685	0,685

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

### Justiça Social

A dimensão justiça social se vincula aos motivos relativos ao sentimento de auxílio a sujeitos e comunidades menos favorecidas. Quatro itens compõem essa dimensão: JUST\_1, JUST\_2, JUST\_3 e JUST\_4. Analisando a Tabela 4, observa-se que a correlação desses itens apresentou resultados melhores que a dimensão anterior. Dos itens estudados, a correlação mais baixa é entre os itens JUST\_1 e JUST\_4, que é de 0,660, e os itens que apresentam maior correlação são JUST\_1 e JUST\_3, que é de 0,846.

Tabela 4 - Correlação da Dimensão Justiça Social

	JUST_1	JUST_2	JUST_3	JUST_4
JUST_1	1,000	0,749	0,846	0,660
JUST_2	0,749	1,000	0,825	0,698
JUST_3	0,846	0,825	1,000	0,708
JUST_4	0,660	0,698	0,708	1,000

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Para verificar a adequação da amostra, foi realizado o teste de esfericidade de Bartlett, que apresentou o seguinte resultado ( $X^2 = 779,5886$ ;  $df = 6$ ;  $p = 0,000$ ) e o  $KMO = 0,83$ . Este resultado indica que a amostra apresenta uma boa adequação. O alpha de Cronbach foi de 0,92, representando uma confiabilidade aceitável dessa escala de itens.

Já que os resultados da adequação da amostra foram satisfatórios e as correlações dos itens foram boas, vamos seguir para a análise fatorial. Na tabela 5, verificamos os resultados

dos itens da justiça social. Os resultados dos escores fatoriais foram excelentes, com menor escore no item JUST\_4 que foi de 0,756, e o teste mostrou que um fator é suficiente para os itens analisados. A comunalidade dos itens também mostrou bons resultados, onde a menor comunalidade foi de 0,571. A variância explicada também apresentou resultado satisfatório, que foi de 0,752. Então, essa dimensão apresentou resultados melhores que a altruísta, mas no geral ambas apresentaram resultados significativos, mostrando ser relevantes.

Tabela 5 - Escores fatoriais, comunalidade e variância da Dimensão Justiça Social

	Escores	Comunalidade
JUST_1	0,881	0,776
JUST_2	0,868	0,753
JUST_3	0,953	0,907
JUST_4	0,756	0,571
Variância	0,752	0,752

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

### Afiliação

A dimensão afiliação está voltada à busca por relações sociais com sujeitos em situação semelhante. Esse fator é composto por três itens (AFIL\_1, AFIL\_2 e AFIL\_3). A correlação desses itens apresentou resultados bons, semelhantes com a dimensão altruísta, no que se refere a menor correlação. Dos itens analisados, conforme a Tabela 6, a correlação mais baixa é entre os itens AFIL\_1 e AFIL\_3, que foi de 0.491, e os itens que apresentam maior correlação são AFIL\_1 e AFIL\_2, que é de 0,675.

Tabela 6 - Correlação da Dimensão Afiliação

	AFIL_1	AFIL_2	AFIL_3
AFIL_1	1,000	0,675	0,491
AFIL_2	0,675	1,000	0,542
AFIL_3	0,491	0,542	1,000

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Para verificar a adequação da amostra, foi realizado o teste de esfericidade de Bartlett, que apresentou o seguinte resultado ( $X^2 = 241,8716$ ;  $df = 3$ ;  $p = 0,000$ ) e o  $KMO = 0,68$ . O resultado do teste de Bartlett foi significativo. Já o KMO foi baixo comparado com as dimensões anteriores, mas ainda está em um nível aceitável. O alpha de Cronbach foi de 0,79, também representando uma confiabilidade satisfatória para esta dimensão.

Após os resultados da adequação da amostra apresentarem resultados bons, mesmo com o KMO apresentando valor baixo quando comparado com as dimensões anteriores, a análise fatorial mostrou resultados bons nos escores fatoriais e na comunalidade. Com a aplicação da análise fatorial, o teste mostrou que um fator é suficiente para os itens analisados. Na Tabela 7, verificamos os resultados dos itens da afiliação. Os resultados dos escores fatoriais foram bons, com menor escore no item AFIL\_3 que foi de 0,628 e o maior foi no AFIL\_2, 0,863. A comunalidade dos itens também mostrou bons resultados, onde a menor comunalidade foi de 0,395. A variância explicada também apresentou resultado aceitável, que foi de 0,584. Então, essa dimensão apresentou resultados bons mesmo quando comparado com as dimensões anteriores que tiveram variâncias melhores, mas no geral ambas apresentaram resultados significativos, mostrando ser importantes.

Tabela 7 - Escores fatoriais, comunalidade e variância da Dimensão Afiliação

	Escores	Comunalidade
AFIL_1	0,782	0,612
AFIL_2	0,863	0,745
AFIL_3	0,628	0,395
Variância	0,584	0,584

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

## Aprendizagem

A dimensão aprendizagem se relaciona com o interesse no autodesenvolvimento através da procura de competências e habilidades. Esta dimensão abrange quatro itens (APREN\_1, APREN\_2, APREN\_3 e APREN\_4). Ao verificar as correlações das quatro variáveis (ver Tabela 8). Identifica-se que os itens APREN\_2, APREN\_3 e APREN\_4 apresentaram bons resultados com alta correlação. A menor correlação entre esses itens foi de 0,519 entre APREN\_1 e APREN\_4, enquanto a maior correlação foi de 0,880 entre APREN\_2 e APREN\_3.

Tabela 8 - Correlação da Dimensão Aprendizagem

	APREN_1	APREN_2	APREN_3	APREN_4
APREN_1	1,000	0,608	0,598	0,520
APREN_2	0,608	1,000	0,881	0,850
APREN_3	0,598	0,881	1,000	0,837
APREN_4	0,520	0,850	0,837	1,000

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Para verificar a adequação da amostra, foi realizado o teste de esfericidade de Bartlett, que apresentou o seguinte resultado ( $X^2 = 822,901$ ;  $df = 6$ ;  $p = 0,000$ ) e o valor de *KMO* foi de 0,83. O resultado do teste de Bartlett foi significativo, indicando que a amostra é adequada. O valor de *KMO* mostrou boa adequação, estando em um nível acima do aceitável. O alpha de Cronbach foi de 0,90, representando uma confiabilidade excelente para a dimensão. A dimensão mostrou resultados significativos, indicando que a amostra está adequada.

Com a aplicação da análise fatorial, os resultados foram consideráveis, indicando que a dimensão tem itens significativos. Na tabela 9, verificamos os resultados dos itens da dimensão aprendizagem. A variância foi de 0,741 e a maior comunalidade foi de 0,899, ambos sendo resultados relevantes para a dimensão. Os escores fatoriais também foram favoráveis, com o menor escore no item APREN\_1 sendo de 0,629 e o maior no APREN\_2, 0,948, ambos acima do aceitável. Portanto, esta dimensão apresentou resultados excelentes quando comparado com os construtos anteriores que tiveram variâncias semelhantes. No geral, a dimensão apresentou resultados significativos, mostrando que seus itens em conjunto são expressivos.

Tabela 9 - Escores fatoriais, comunalidade e variância da Dimensão Aprendizagem

	Escores	Comunalidade
APREN_1	0,629	0,396
APREN_2	0,948	0,899
APREN_3	0,932	0,869
APREN_4	0,894	0,799
Variância	0,741	0,741

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

## Egoísta

A dimensão egoísta incorpora motivos centrados no eu e na satisfação própria. Inicialmente, a dimensão abrange 5 itens (EGO\_1, EGO\_2, EGO\_3, EGO\_4 e EGO\_5). A Tabela 10 apresenta a correlação desses itens. O item EGO\_1 obteve resultados muito baixos com os outros itens, com a correlação mais alta sendo de apenas 0,245 com o item EGO\_4 e o menor valor sendo de 0,042 com o item EGO\_5. Com isso, o item EGO\_1 não apresenta boa relação com os demais e é um candidato para exclusão das análises. Já as correlações dos outros itens, excluindo EGO\_1, apresentam bons resultados, com valores altos acima de 0,3. A menor correlação entre esses itens foi de 0,459 entre EGO\_4 e EGO\_5, enquanto a maior correlação foi de 0,650 entre EGO\_2 e EGO\_4. De modo geral, as correlações desses itens foram

significativas, exceto para o item EGO\_1. A seguir, vamos verificar se a amostra está adequada para realizar a análise exploratória.

Tabela 10 - Correlação da Dimensão Egoísta

	EGO_1	EGO_2	EGO_3	EGO_4	EGO_5
EGO_1	1,000	0,159	0,143	0,245	0,042
EGO_2	0,159	1,000	0,474	0,650	0,541
EGO_3	0,143	0,474	1,000	0,638	0,501
EGO_4	0,245	0,650	0,638	1,000	0,459
EGO_5	0,042	0,541	0,501	0,459	1,000

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Para verificar a adequação da amostra, foi realizado o teste de esfericidade de Bartlett, que apresentou o seguinte resultado ( $X^2 = 389,422$ ;  $df = 10$ ;  $p = 0,000$ ) e o valor de *KMO* foi de 0,74. O resultado do teste de Bartlett foi significativo, indicando que a amostra é adequada, bem como o valor de *KMO* mostrou-se significativo, demonstrando estar em um nível aceitável. O alpha de Cronbach foi de 0,75, representando uma boa confiabilidade entre os itens na dimensão, estando em um nível aceitável. Mesmo com o item EGO\_1 apresentando correlações baixas, a dimensão mostrou resultados significativos, indicando que a amostra está adequada.

Na Tabela 11, verificamos os resultados dos itens da dimensão egoísta. A primeira extração apresenta os resultados com todos os itens da dimensão. Os escores fatoriais nessa primeira extração foram satisfatórios, exceto para o item EGO\_1. No entanto, a variância ficou baixa quando comparada com os outros construtos e em um nível abaixo do aceitável, onde a variância precisa ser acima de 0,5 para demonstrar que os itens são significativos para a dimensão. Para estar em um nível aceitável, a comunalidade precisa ser acima de 0,2. Os itens dessa dimensão apresentaram comunalidades boas, porém no item EGO\_1 a comunalidade foi de 0,053, indicando que o item não contribui para a dimensão. O item EGO\_1 foi o que apresentou escore e comunalidade baixos, já os demais itens tiveram escores fatoriais e comunalidades consideráveis, com o maior escore e comunalidade no item EGO\_4 sendo de 0,851 e 0,724, respectivamente.

Tabela 11 - Escores fatoriais, comunalidade e variância da Dimensão Egoísta

	Extração 1		Extração 2	
	Escores	Comunalidade	Escores	Comunalidade
EGO_1		0,053		
EGO_2	0,752	0,565	0,755	0,570
EGO_3	0,723	0,523	0,725	0,526
EGO_4	0,851	0,724	0,841	0,707
EGO_5	0,614	0,378	0,625	0,391
Variância	0,449	0,449	0,549	0,549

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

O item EGO\_1 foi o que apresentou escore e comunalidade muito baixos. Este item foi adicionado às outras dimensões e também apresentou escore e comunalidade muito baixos, então ele será removido da análise. Como este item não pode ser adicionado a nenhuma outra dimensão, isso indica que ele precisa ser modificado.

Diante do exposto, optou-se pela exclusão do item EGO\_1 para a realização da segunda extração. Desta forma, observou-se que o teste de Bartlett apresentou um resultado de ( $X^2 = 373,089$ ;  $df = 6$ ;  $p = 0,000$ ) e o valor de *KMO* foi de 0,73. Tanto o resultado do teste de Bartlett como o valor do *KMO* foram semelhantes ao da primeira extração e continuou significativo. Já o alpha de Cronbach foi de 0,82, e melhorou quando comparado com a primeira extração, mostrando que os itens da dimensão na segunda extração são mais significativos. Isso mostra que a remoção do item EGO\_1 melhorou a adequação da amostra.

Em seguida, foi verificado os escores fatoriais, comunalidade e variância, estando as mesmas apresentadas na Tabela 10. A variância passou de 0,449 para 0,549, demonstrando que a nova formatação da dimensão apresenta itens que, em conjunto, têm o poder de explicar a dimensão. Nessa extração, o escore fatorial foi semelhante a primeira, sendo o menor de 0,625 e o maior de 0,841, enquanto a comunalidade variou e melhorou quando comparada com a primeira extração, o valor mínimo foi de 0,391, que é satisfatório, e o maior foi de 0,707. Essa nova formatação apresentou melhora na comunalidade e na variância, isso indica que ela é significativa para a dimensão estudada.

Deste modo, dado esta AFE, a seguir serão apresentados os motivos de permanência no trabalho voluntário da amostra da presente pesquisa.

### 3.4.3 Motivos de permanência no trabalho voluntário dos Conselhos Regionais do ODE

Os motivos de permanência envolvem dimensões referentes às razões que estimulam os voluntários dos Conselhos Regionais do ODE a se manterem na atividade voluntária. A Tabela 12 expõe as médias, coeficientes de variação e desvios-padrão de cada dimensão.

Tabela 12 - Análise dos motivos de permanência, por dimensão e por indicadores.

Dimensão	Indicador	Média	Variância	Desvio-Padrão
Altruísta	<b>Altruísta</b>	<b>8,370</b>	<b>4,457</b>	<b>2,111</b>
	ALT_1	8,290	5,149	2,269
	ALT_2	7,996	5,053	2,248
	ALT_3	8,167	4,705	2,169
	ALT_4	8,131	4,163	2,040
	ALT_5	9,265	2,237	1,496
Justiça Social	<b>Justiça Social</b>	<b>8,250</b>	<b>4,159</b>	<b>2,039</b>
	JUST_1	8,637	3,773	1,942
	JUST_2	7,747	4,542	2,131
	JUST_3	8,302	4,031	2,008
	JUST_4	8,314	3,930	1,982
Afiliação	<b>Afiliação</b>	<b>8,641</b>	<b>4,162</b>	<b>2,040</b>
	AFIL_1	8,584	4,096	2,024
	AFIL_2	8,751	3,565	1,888
	AFIL_3	8,588	4,842	2,200
Aprendizagem	<b>Aprendizagem</b>	<b>8,737</b>	<b>4,202</b>	<b>2,050</b>
	APREN_1	8,106	5,718	2,391
	APREN_2	8,914	3,907	1,977
	APREN_3	8,988	3,274	1,810
	APREN_4	8,939	3,427	1,851
Egoísta	<b>Egoísta</b>	<b>7,676</b>	<b>7,770</b>	<b>2,787</b>
	EGO_2	6,535	9,783	3,128
	EGO_3	8,184	5,487	2,342
	EGO_4	7,318	7,669	2,769
	EGO_5	8,665	5,560	2,358

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

De acordo com a Tabela 12, percebe-se que a dimensão “altruísta” apresentou a terceira maior média nas respostas dos voluntários dos Conselhos, que corresponde a 8,370. Além disso, trouxe um desvio-padrão de 2,111, o quarto entre os cinco fatores, e um coeficiente de variação de apenas 4,457, o que aponta respostas homogêneas com relação à média, sem oscilações que devam ser levadas em consideração. Isso significa que os conselheiros voluntários que atuam

nas 14 regiões geoadministrativas do Estado consideram que a doação de si mesmos sem esperar retornos pessoais é uma razão que influencia notadamente a permanência no voluntariado dos conselhos regionais.

O indicador 5, que obteve média 9,265 – a maior dentro do perfil altruísta –, diz respeito ao indicador ALT\_5 “porque considero meu trabalho importante”, o que manifesta a percepção de relevância do trabalho voluntário quando os sujeitos avaliam a permanência no conselho.

Já o indicador que apresentou menor média (7,996) foi a que representa ALT\_2 (“porque tenho conseguido mudar a vida das pessoas”), com desvio-padrão de 2,248. Contudo, percebe-se que a distância entre a média mais alta e a mais baixa entre os indicadores do perfil é razoável, e ambas apresentam desvio-padrão e coeficientes de variação baixos, o que demonstra que não existem oscilações consideráveis entre as respostas. Isso indica que, os sujeitos têm consciência de que sua continuação no serviço voluntário, tem trazido melhorias à vida das pessoas.

Percebe-se que a dimensão altruísta demonstra um alinhamento com os preceitos voltados à promoção do bem-estar que norteiam as ações dos Conselhos Regionais, como realizar um trabalho importante que ajude as pessoas. Isso se evidencia pelo fato de a dimensão trazer a terceira maior média (8,370) entre as cinco dimensões de motivação.

Esse resultado reforça o fato de que é comum encontrar características altruístas entre os indivíduos que realizam o trabalho voluntário (Ferraz, 2017). Nesse sentido, alguns estudos (Amorim, 2018; Orsini; Souza, 2018; Aquino *et al.*, 2018; Ferraz, 2017; Lemos, 2016; Ageu, 2015; Aquino, 2015; Cavalcante, 2012) que desenvolveram pesquisas relacionadas à motivação voluntária, identificaram em seus resultados o altruísmo como uma das maiores médias presentes nos voluntários. Isso corrobora com os resultados deste estudo, uma vez que também apresentou uma elevada média altruísta, indicando que o voluntariado exercido pela amostra em questão se relaciona com a vontade de promover o bem-estar coletivo.

Para a gestão pública, é importante que os motivos dos conselheiros estejam em consonância com os dela, pois a identificação dos voluntários com os princípios que orientam a gestão pública servirá de estímulo à permanência no voluntariado.

No que diz respeito a dimensão “justiça social”, conforme apresentado na Tabela 12, essa dimensão traz a quarta maior média entre as cinco dimensões, correspondendo a 8,250, desvio-padrão de 2,039 e coeficiente de variação de 4,159 (o menor com relação aos demais). Tal coeficiente permite perceber uma variação menor com relação às respostas dessa dimensão se comparado a dimensão “altruísta”, por exemplo. Constatou-se uma baixa dispersão dos valores, ou seja, as informações fornecidas pelos voluntários se apresentaram de forma mais homogênea; assim, os resultados possibilitam afirmar que há uma coesão entre os sujeitos da

amostra no que diz respeito a concordarem que motivos relacionados a dimensão “justiça social” são relevantes para a permanência no voluntariado.

Como é possível notar, dentro da dimensão “justiça social” o indicador JUST\_1 (“porque estou ajudando as comunidades”) obteve a maior média (8,637) e o menor desvio-padrão (1,942), com coeficiente de variação de 3,773. Isso mostra que os voluntários consideram que o auxílio oferecido às comunidades tem influência significativa para o prosseguimento na ação voluntária.

Já o indicador JUST\_2 (“porque estou corrigindo injustiças sociais nas comunidades”) teve a menor média do fator (7,747) e o maior desvio-padrão (2,131) e variância (4,542), apontando que as respostas relacionadas a esse indicador foram mais heterogêneas que as outras dentro dessa dimensão. Aqui se percebe que não há um consenso dos voluntários da amostra no que tange ao seu papel como sujeito ativo no processo de correção de injustiças na sociedade.

De modo geral, embora a média do fator justiça social (8,250) tenha se apresentado menor do que a média do fator altruísta (8,370), pode-se considerar um resultado expressivo para a amostra. Isso corrobora com estudos anteriores como os de Aquino *et al.* (2018) e Ferraz (2017) também apontaram motivos ligados à ‘justiça social’ em grupos de voluntários. Nesse estudo, percebe-se que os conselheiros voluntários apresentam um nível de motivação voltada para a melhoria de vida da comunidade na qual estão inseridos e para o auxílio àqueles que se encontram em maiores necessidades.

No que concerne a dimensão “afiliação”, a média obtida foi 8,641 – a segunda maior entre os fatores –, desvio-padrão de 2,040 e coeficiente de variação de 4,162. Quando se associa esse desvio-padrão à média apresentada, apreende-se que há uma baixa variação nas respostas, principalmente naquelas referentes aos indicadores AFIL\_1 (“porque estou convivendo com pessoas com os mesmos interesses”) e AFIL\_3 (“porque estou fazendo novos amigos”), que apontaram médias mais baixas e praticamente iguais com 8,584 e 8,588, respectivamente, e os desvios-padrão mais altos do perfil – 2,024 e 2,200, respectivamente.

Nota-se certa homogeneidade com relação ao indicador AFIL\_2 (“porque sinto que estou fazendo parte de um grupo”), que trouxe média 8,751 e desvio-padrão de 1,888 menor com relação à média e em relação aos indicadores AFIL\_1 e AFIL\_3.

Pode-se concluir que os indicadores AFIL\_1 e AFIL\_3, que tratam de fazer novas amizades e conviver com pessoas com os mesmos interesses, foram os elementos que contribuíram para maior oscilação das respostas do perfil “afiliação”, não sendo considerados tão importantes para a permanência no trabalho voluntário do Conselho. Por outro lado, os motivos que versam sobre fazer parte de um grupo e a respeito do sentimento de afiliação a esse

grupo, são avaliados como relevantes para a continuidade no voluntariado, concordando com o estudo desenvolvido por Clary *et al.* (1998) que aponta que fazer parte de um grupo é um fator que pode motivar pessoas a realizarem atividades voluntárias.

A afiliação em um grupo se constitui um dos motivos presente nos indivíduos para a realização do trabalho voluntário, estudos realizados em organizações não governamentais no contexto do Estado da Paraíba (Aquino, 2015; Ageu 2015; Ferraz, 2017) têm identificado que este fator, no entanto não se estabelece como as razões primárias pelas quais as pessoas se envolvem no voluntariado. Estes resultados se contrapõem aos achados nesse trabalho, uma vez que o fator afiliação obteve a segunda maior média (8,641) entre os motivos apresentados pelos conselheiros voluntários, sendo considerado um motivo para a atuação no trabalho voluntário.

Destaca-se aqui que 39,2% dos envolvidos nas atividades dos conselhos atuam no serviço público. Isso pode ser particularmente interessante para a organização, uma vez que os voluntários se mostram motivados a continuar na atividade pelo motivo de fazerem parte de um grupo que acompanha e fiscaliza a execução de ações promovidas pelo Estado, podendo utilizar essas atividades para melhorar os vários processos existentes dentro da gestão pública.

Os conselheiros voluntários são reunidos em 14 grupos – denominados de Conselhos Regionais do ODE – de acordo com as 14 regiões geoadministrativas do Estado. Se um indivíduo reside em uma cidade que faz parte de determinada região, ele poderá atuar junto a outros indivíduos da mesma região. Isso pode fazer com que ele se sinta mais harmonizado com o grupo, o que o levará a ter um interesse maior em permanecer na ação voluntária. Fazer parte de um grupo foi apontado pelos pesquisados como sendo a razão mais importante desse perfil para continuar atuando na ação voluntária (indicador AFIL\_2).

Em concordância com a necessidade de afiliação, sentimento de fazer parte do grupo e valorização do indivíduo, apontada pelos respondentes, Silva, Rodrigues e Pinho (2020) destacam o sentimento de pertencimento, o acolhimento e a identificação com o grupo fortemente relacionados à motivação voluntária, contribuindo para a retenção dos indivíduos no voluntariado.

A dimensão que obteve maior média, quando consideradas todas as suas variáveis, foi a “aprendizagem”. Percebe-se que os indicadores APREN\_2 (“porque estou aprendendo novos conhecimentos”), APREN\_3 (“porque estou tendo novos desafios e experiências”) e APREN\_4 (“porque estou aprendendo algo”) alcançaram médias muito aproximadas, desvios-padrão relativamente pequenos e coeficientes de variação baixos, sendo os três considerados motivos significativos para permanecer no voluntariado dos conselhos regionais. Os coeficientes de variação de 3,907, 3,274 e 3,427 apontados na Tabela 12 demonstram que há entre os

voluntários consenso razoável quanto à importância dos motivos apresentados nos indicadores mencionados.

Esses resultados convergem com outros achados, como Haski-Leventhal *et al.* (2010; 2018) que fundamentaram seus estudos afirmando que as habilidades, competências e conhecimentos podem despertar níveis mais altos de voluntariado. Ainda, Silva, Rodrigues e Pinho (2020) apresentam como fator motivacional os aspectos relacionados ao desenvolvimento de habilidades e competências. Considerando a relevância da dimensão aprendizagem para a amostra, também podem ser observados resultados semelhantes a apreciação pela aprendizagem por Piccoli e Godoi (2012) que concluíram, entre seus pesquisados, que há oportunidade de aprender, ter novas experiências, possibilidade de colocar em prática conhecimentos e habilidades, desafios e perspectivas novas.

A média mais baixa entre os indicadores pertence ao indicador APREN\_1 (“porque estou aprendendo a lidar com pessoas”), que corresponde a 8,106, com desvio-padrão mais alto da dimensão “aprendizagem” (2,391). Observando o coeficiente de variação desse indicador (5,718), nota-se que nas respostas referentes a essa questão houve uma divergência maior do que nas demais questões da dimensão; contudo, ainda assim há que se considerar a relevância desse motivo por parte da maioria dos pesquisados.

Por fim, no que tange a dimensão “egoísta”, foi a menor média entre as cinco dimensões de motivação para permanência no serviço voluntário, com 7,676, e apresentou o maior desvio-padrão de 2,787, com um elevado coeficiente de variação de 7,770. Isso revela que as respostas fornecidas pelos pesquisados são bastante heterogêneas e mostram grandes oscilações. Conclui-se que, na percepção dos conselheiros voluntários, os motivos apresentados por esse perfil, em sua maioria, são menos importantes para a permanência no voluntariado quando comparado com os demais perfis.

O indicador EGO\_2 (“porque estou sendo reconhecido”) obteve a menor média (6,535), o que mostra que a maioria dos voluntários considera que a falta de reconhecimento não é impedimento para se manter na atividade.

Já o indicador EGO\_5 (“porque me sinto importante fazendo esse trabalho”) apresenta a maior média do fator (8,665). E ainda que o desvio-padrão (2,358) tenha alguma significância, não descaracteriza completamente a relevância desse motivo, o que permite inferir que o sentimento de importância produzido pelo trabalho voluntário leva a pessoa a continuar as atividades.

O resultado do fator egoísta apresentou a menor média dentre as demais motivações para o trabalho voluntário, concordando com os resultados das pesquisas de Souza *et al.* (2012)

e de Ageu (2015). Além disso, corroborando com os achados de Amorim (2018) embora a média deste fator se apresentou acima de 7 indicando um valor considerável, assumindo que os voluntários desta amostra têm motivações para o trabalho voluntário que permeiam desde questões altruístas até as egoístas.

A análise dos resultados mostra que os motivos altruísta, justiça social, afiliação, aprendizagem e egoísta têm relevância na motivação dos indivíduos para permanecerem em atividades voluntárias. As dimensões altruísta, justiça social, afiliação e aprendizagem apresentam médias com intensidade moderada-alta em todos os itens e resultados satisfatórios de variância e desvio padrão. Já a dimensão egoísta mostra uma menor intensidade em relação às demais, com maior dispersão em um dos itens, porém mantém resultados aceitáveis.

Por fim, a partir dos dados obtidos, percebe-se que os conselheiros voluntários que permaneceram atuando nos Conselhos Regionais do Orçamento Democrático do Estado da Paraíba têm desenvolvido o trabalho voluntário, movidos por motivações relacionadas a aprendizagem, afiliação, altruísmo, justiça social e egoísmo, respectivamente nesta ordem. Todavia, este grupo de voluntários apresentam níveis medianos de motivações voltadas para o egoísmo, sendo esta razão considerada, mas não determinante.

Diante disso, pode-se concluir que os conselheiros voluntários não esperam que o reconhecimento pessoal, satisfação ou uma melhoria na autoestima sejam razões fundamentais para continuar no trabalho voluntário nos Conselhos; entretanto, valorizam a sensação de contentamento gerada pelo trabalho voluntário, por meio de valores de aprendizagem e de afiliação.

### 3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo identificar a motivação para o trabalho voluntário dos conselheiros que atuam no ODE a partir do Modelo Estrutural de Motivação no Trabalho Voluntário proposto por Cavalcante (2016). A análise realizada busca responder: quais os motivos para a prática do voluntariado no contexto dos conselhos regionais do ODE? Para alcançar esse objetivo, foi traçado o perfil sociodemográfico dos sujeitos da pesquisa e seus possíveis vínculos com o voluntariado. Em seguida, foi realizada a AFE para verificar a estrutura fatorial da escala mais adequada. E, finalmente, procurou-se conhecer os motivos que levam o indivíduo a permanecer atuando no voluntariado.

O perfil geral do voluntário dos conselheiros regionais é o de homens adultos e casados, na faixa entre 30 e 49 anos, com renda mensal entre R\$ 1.000,00 e R\$ 3.000,00. A escolaridade

apontada foi ensino médio completo e atuação no serviço público. Normalmente, algum familiar já realizou/realiza trabalho voluntário. E, comumente, eles já participaram desta natureza de trabalho anteriormente.

A AFE mostrou que o preenchimento do tempo livre não contribui para a dimensão egoísta. Este item foi adicionado às outras dimensões e também não apresentou contribuições significativas, então ele foi removido da análise. Assim, prosseguiu-se para as análises seguintes com a escala contendo 20 itens.

Ressalta-se que, embora os voluntários tenham revelado que as razões encontradas nas dimensões “aprendizagem” e “afiliação” são mais significativas para continuarem no trabalho voluntário, as demais dimensões também apresentaram indicadores que explicitam outros motivos considerados relevantes pelos indivíduos da amostra.

A noção de ajudar a melhorar a qualidade de vida da comunidade, inerente à dimensão “justiça social”, pertencer a um grupo que partilha interesses comuns, que é a razão subjacente à dimensão “afiliação”, e o sentimento de se sentir importante produzido pela atividade voluntária, que caracteriza a dimensão “egoísta”, são estímulos para que os indivíduos se mantenham na prática voluntária e também devem ser considerados pelos gestores públicos, inclusive os da Secretaria Executiva do ODE.

De forma geral, a partir das informações obtidas e analisadas neste estudo, pode-se concluir que os motivos que levam os indivíduos a permanecer atuando no trabalho voluntário dos Conselhos Regionais do ODE são predominantemente relacionados com o pertencimento a um grupo que busca contribuir para o bem-estar social e o autodesenvolvimento. Motivos como aprender novos conhecimentos e vivenciar novos desafios e experiências andam de mãos dadas com o sentimento de ajudar as pessoas a mudarem de vida e levar esperança aos menos afortunados. Portanto, percebe-se que as razões apresentadas pelos sujeitos como sendo mais relevantes para manter-se na atividade estão centradas tanto em ajudar a si mesmo como aos outros.

Uma limitação deste estudo é a tentativa de capturar um fenômeno altamente subjetivo por meios quantitativos. No entanto, os resultados mostraram que a escala utilizada pode originar resultados que auxiliem os gestores públicos e os conselhos regionais do ODE a um melhor acompanhamento dos seus voluntários, bem como alcançar melhores resultados nas atividades voluntárias, por meio da diminuição de problemas relacionados a desistência dos conselheiros e planejamento com relação a gestão das pessoas que atuam nos conselhos.

Embora Ageu (2015), Aquino (2015), Lemos (2016), Ferraz (2017), Amorim (2018), Caldas (2020) e Vale (2021) tenham validado a escala anteriormente, essas validações

ocorreram em contextos de organizações não governamentais. Isso pode não permitir maior amplitude de entendimento do sentimento dos pesquisados no contexto governamental. Sob estas limitações seguem as sugestões de estudos futuros.

Quanto a novas pesquisas deve ser destacada a necessidade de elaboração de um novo instrumento voltado para a mensuração da motivação do trabalho voluntário no primeiro setor, considerando que o instrumento em tela foi desenvolvido e validado no contexto do terceiro setor. Outro ponto, refere-se ao item da dimensão “egoísta” – “porque estou preenchendo meu tempo livre” – ter se apresentado sem significância para análise. Apesar deste item ter sido comprovado seu nível de valor na dimensão egoísta em outros estudos realizados no contexto não governamental, essa interpretação parece ser insuficiente. Isso, faz considerar pertinente uma análise futura para o entendimento do fato dos voluntários da amostra não considerarem o preenchimento do tempo livre como elemento motivador para conservar-se no trabalho voluntário.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para fornecer aos gestores públicos de voluntários e a sociedade civil informações para que a gestão de voluntários seja realizada de forma mais eficiente e suavize alguns dos impactos associados à saída dos voluntários das atividades. Ainda, forneça subsídios para os governos que estão buscando cultivar programas de voluntariado para melhor envolver os indivíduos na produção de serviços no setor público, uma vez que esses resultados contribuem para a compreensão dos fatores motivacionais que influenciam o engajamento voluntário e fornecem percepções importantes para a pesquisa nessa área.

## 4 ESTUDO III – Práticas de Cidadania: Um Estudo com Conselheiros do Orçamento Democrático

### RESUMO

Esta pesquisa busca analisar as ações de cidadania desenvolvidas por conselheiros voluntários, por meio de uma abordagem quantitativa, com a coleta dos dados realizada no contexto dos conselhos regionais do Orçamento Democrático do Estado da Paraíba, através da amostra de 245 conselheiros voluntários que atuaram no período de 2020-2022. Este processo foi executado através de questionário, a partir da Escala de Práticas de Cidadania. Os resultados apontaram que as ações de cidadania encontradas foram de intensidade alta-moderada, considerando a ordenação das práticas nos âmbitos civil, social, político e difusa. Para estudos futuros destaca a necessidade de buscar um melhor refinamento da escala utilizada.

**Palavras-chave:** cidadania; escala de práticas de cidadania; práticas de cidadania; conselho; Orçamento Democrático.

### ABSTRACT

This research seeks to analyze the citizenship actions developed by volunteer councilors, through a quantitative approach, with data collection carried out in the context of the regional councils of the Democratic Budget of the State of Paraíba, through the sample of 245 volunteer councilors who worked in the period 2020-2022. This process was carried out using a questionnaire based on the Citizenship Practices Scale. The results showed that the citizenship actions found were of high-moderate intensity, considering the ordering of practices in the civil, social, political and diffuse spheres. Future studies would highlight the need to seek a better refinement of the scale used.

**Keywords:** citizenship; scale of citizenship practices; citizenship practices; council; Democratic Budget.

#### 4.1 INTRODUÇÃO

O exercício da cidadania é um processo participativo, individual e coletivo que empodera as pessoas e sociedades, conscientemente baseado em valores relacionados a uma maior mudança social, intervenção e transformação social para o bem e a justiça. Indivíduos que se organizam socialmente, formam grupos, desenvolvem um senso de responsabilidade cívica e, conseqüentemente, participam ativamente dos assuntos sociais, representando assim uma expressão de cidadania (Dias, 2014).

A cidadania é um fenômeno complexo que consiste em múltiplos tipos de relações com

os concidadãos e a comunidade. Nesse sentido, a cidadania diz respeito à participação cidadã na democracia, construindo uma identidade coletiva, bem como relações multidirecionais de poder, inclusão e exclusão (Makinen, 2021).

Yani e Hidayat (2018) apontam a importância do envolvimento dos cidadãos no sucesso da formulação e implementação de políticas. Nesse sentido, uma experiência exitosa que envolve a participação dos cidadãos nas proposições das políticas públicas vem sendo desenvolvida no Estado da Paraíba, o Orçamento Democrático Estadual (ODE), que foi implantado no ano de 2011 e conta com 14 (quatorze) Conselhos Regionais, compostos por representantes da sociedade civil. Este espaço vem despertando a participação dos cidadãos tanto nas audiências públicas, que no período de 2019 a 2021 teve a participação de 232 mil cidadãos (PARAÍBA, 2020b), como nos Conselhos Regionais Orçamento Democrático Estadual, que contaram com 390 conselheiros que atuaram voluntariamente na gestão 2020-2022, representantes das 14 regiões geoadministrativas do Estado (PARAÍBA, 2020c).

Considerando que o voluntariado fomenta as práticas de cidadania possibilitando a desenvolver o desempenho do cidadão (Caldas, 2020) de forma a colaborar para uma atuação cidadã ativa, este estudo tem por objetivo analisar as ações de cidadania desenvolvidas pelos conselheiros voluntários do ODE a partir da Escala de Práticas de Cidadania proposta por Caldas (2020).

Deste modo, justifica-se investigar as práticas de cidadania desenvolvidas pelos conselheiros voluntários atuantes no Orçamento Democrático do Estado da Paraíba, uma vez que estes acompanham as ações, serviços e obras realizadas pelo Governo do Estado da Paraíba (PARAÍBA, 2020) e, considerando que o exercício da cidadania consiste em um processo participativo que empodera os indivíduos e tem por base valores relacionados a uma maior mudança social, intervenção e transformação social para o bem estar social. Assim, as práticas de cidadania desenvolvem no indivíduo um senso de responsabilidade cívica, colaborando para a participação ativa em assuntos sociais.

Este artigo está estruturado em cinco seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda seção contempla o referencial teórico; a terceira apresenta os procedimentos metodológicos adotados; a quarta seção destaca os resultados e suas análises; e a última seção traz as considerações finais. Assim, a seção seguinte discorre sobre o construto cidadania e as práticas de cidadania do modelo proposto por Caldas (2020).

## 4.2 REFERENCIAL TEÓRICO

Não há uma definição única de cidadania, pois muitos estudiosos a definiram com base em suas perspectivas (Yani; Hidayat, 2018). Diferentes entendimentos sobre cidadania surgiram em vários momentos ao longo da história da humanidade, incluindo a Grécia e Roma antigas e a Europa medieval. Para Heater (2004), a percepção de como o mundo vive e compreende a cidadania atualmente, está diretamente relacionada com as formas de participação social. Com isso, o conceito de cidadania como conhecemos faz parte do novo contexto da Modernidade e da estruturação do Estado-nação.

Para Ayola Betancourt (2021), o conceito de cidadania representa os vínculos dos cidadãos com seus pares e nações e constitui a base da transferência de poder no sistema político moderno. Esta relação dá origem ao reconhecimento das jurisdições nacionais e, posteriormente, das jurisdições internacionais.

A partir do estudo clássico de T.H. Marshall, a compreensão de cidadania incorpora e descreve a extensão dos direitos civis, políticos e sociais para toda a população de uma nação. A abordagem formulada por Marshall (1967), define a cidadania como um status concedido àqueles que são membros de uma comunidade, que detém a igualdade de direitos e obrigações, e afirma que o cidadão pleno seria aquele que desfrutasse dos três direitos: (i) civis, voltados à liberdade individual, de expressão, de pensamento, de liberdade religiosa e de propriedade; (ii) políticos, que diz respeito ao direito de participação no exercício do poder político da sociedade; e (iii) sociais, formados pelo conjunto de direitos relativos ao bem-estar econômico e social, desde a segurança até a garantias de padrões de vida (Marshall, 1967; Carvalho, 2016).

A obra Marshalliana é considerada a referência básica e mais citada sobre o assunto (Clemente, 2015; Caldas, 2020), todavia o conceito de cidadania de Marshall (1967) vem sendo criticado e alterado com base nas transformações sociais ocorridas ao longo do tempo devido a crescente diversidade da população (Caldas, 2020). Com isso, alguns estudos alertam para a necessidade de ampliar esse conceito para atender os novos direitos, deveres e anseios da sociedade atual (Reis, 1999; Dagnino, 2004; Caldas, 2020).

Nesse sentido, Caldas (2020) parte do conceito de cidadania de Marshall (1967) considerando as três áreas abordadas pelo autor – civil, política e social, e adiciona um outro fator, as práticas ambientais, para mensurar a composição da cidadania a partir das práticas no nível individual.

As práticas civis (PC) de cidadania representam ações individuais que apoiam as relações civilizadas e respeitam a liberdade individual e a vida em sociedade.

As práticas políticas (PP) de cidadania referem-se às ações pelas quais os indivíduos se envolvem e participam no exercício do poder político.

As práticas sociais (PS) da cidadania estão associadas à atuação dos indivíduos frente ao Estado voltada à luta por direitos e deveres sociais que garantam condições mínimas de justiça social, segurança e bem-estar.

As práticas ambientais (PA) de cidadania representam uma tentativa de ampliar o conceito tradicional de cidadania assumido por Marshall (1967) para abordar questões ambientais, particularmente o consumo coletivo consciente.

Diante disso, esse estudo contemplará o construto cidadania a partir do instrumento desenvolvido e validado por Caldas (2020) no contexto brasileiro, que considera as Práticas Cívicas (PC), as Práticas Políticas (PP), as Práticas Sociais (PS) e as Práticas Ambientais (PA) de cidadania. O Quadro 5 sintetiza os quatro fatores e descreve cada um deles.

Quadro 5 - Práticas de Cidadania

<b>DIMENSÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>Práticas Cívicas (PC)</b>	Práticas que representem o envolvimento dos indivíduos em prol de relações civilizadas, relacionadas aos direitos e deveres necessários à liberdade individual e à vida em sociedade.
<b>Práticas Políticas (PP)</b>	Práticas que demonstrem a participação declarada dos indivíduos no exercício do poder político ou no governo da sociedade.
<b>Práticas Sociais (PS)</b>	Práticas que focam na justiça social e se relacionam aos direitos e deveres sociais, no sentido de dar condições mínimas de segurança e bem-estar principalmente aos desafortunados e oprimidos.
<b>Práticas Ambientais (PA)</b>	Práticas que demonstrem a participação dos indivíduos na sustentabilidade ambiental da localidade onde vivem e envolvem direitos e deveres transindividuais, relacionados ao meio ambiente.

Fonte: Caldas (2019; 2020).

Partindo do conceito de cidadania e da escala desenvolvida por Caldas (2020) para mensurar as práticas de cidadania, segue a descrição da metodologia empregada neste trabalho.

#### 4.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o alcance do objetivo geral que norteia esta pesquisa, optou-se por adotar o paradigma funcionalista-positivista e uma abordagem quantitativa. Uma vez que a pesquisa positivista tem como escopo a explicação da ocorrência de um dado fenômeno, utilizando

métodos quantitativos para representar uma realidade temporal observada (Dalmoro *et al.*, 2007).

Quanto à natureza da pesquisa, é classificada como aplicada, pois busca gerar conhecimento para aplicação prática e imediata, dirigidos à solução de problemas específicos. E, no que se refere aos procedimentos técnicos utilizados, este trabalho se caracteriza como sendo uma pesquisa de campo.

Quanto ao objetivo da pesquisa, este estudo é descritivo, pois se propõe a descrever as características e analisar a percepção dos conselheiros voluntários sobre as suas práticas de cidadania.

O universo deste estudo foi composto por 390 conselheiros voluntários, membros dos 14 Conselhos Regionais do ODE no estado da Paraíba. A amostra foi composta por 245 conselheiros que atuaram voluntariamente no período de 2020-2022.

Para a coleta de dados foi utilizado o questionário, que continha questões sociodemográficas, além das quatro dimensões da escala de práticas de cidadania. As dimensões e seus respectivos itens estão presentes no Quadro 6. As dimensões foram mensuradas por meio de escala tipo *Likert* (variando de 0 a 10).

Quadro 6 – Indicadores do instrumento de práticas de cidadania (continua)

<b>Dimensão</b>	<b>Indicador</b>	<b>Descrição do Item</b>
<b>Práticas Cívicas (PC)</b>	PC_1	Procuro meios para mudar leis injustas.
	PC_2	Utilizo minha liberdade de expressão em prol de interesses coletivos: para participar, cobrar e opinar sem denegrir terceiros, por exemplo.
	PC_3	Associo-me com outras pessoas para procurar soluções de problemas coletivos.
	PC_4	Engajo-me em ações de proteção e enfrentamento à discriminação humana (de gênero, raça, idade, credo ou classe social).
	PC_5	Participo de discussões sobre temas que influenciam a integridade humana (aborto, desarmamento, pena de morte etc.).
<b>Práticas Política (PP)</b>	PP_1	Participo de ações que possam influenciar políticos ou representantes, como: protestos, manifestos, audiências públicas, conselhos etc.
	PP_2	Fiscalizo as ações realizadas por gestores públicos ou representantes da minha comunidade.
	PP_3	Participo ativamente do debate de propostas e da tomada de decisão em organizações políticas, públicas ou sociais.
	PP_4	Utilizo a internet para me envolver em ações políticas, como discussões, movimentos sociais, protestos, petições etc.

Quadro 6 – Indicadores do instrumento de práticas de cidadania (conclusão)

<b>Dimensão</b>	<b>Indicador</b>	<b>Descrição do Item</b>
<b>Práticas Sociais (PS)</b>	PS_1	Participo de ações sociais que atendam desafortunados e oprimidos.
	PS_2	Engajo-me em ações que busquem melhorias sociais para os grupos trabalhistas dos quais faço parte.
	PS_3	Engajo-me em ações que protegem os direitos humanos em prol da dignidade e igualdade entre as pessoas.
	PS_4	Denuncio quando os serviços sociais públicos não estão sendo bem ofertados, como nos casos de saúde, educação ou segurança.
	PS_5	Participo de discussões sobre questões sociais públicas, relacionadas a educação, saúde, segurança, transporte etc.
<b>Práticas Ambientais (PA)</b>	PA_1	Reutilizo, reaproveito e reciclo tudo o que for possível.
	PA_2	Realizo práticas de consumo consciente, como: comprar apenas o necessário, preferir produtos recicláveis ou sem utilização de mão-de-obra escrava etc.
	PA_3	Pratico ações de consumo colaborativo: troco, empresto ou compro produtos usados, evitando adquirir peças novas.

Fonte: Adaptado de Caldas (2020).

A coleta de dados foi realizada de novembro de 2022 a janeiro de 2023, sendo o instrumento disponibilizado por aplicativo de mensagens - *WhatsApp*, estruturado na plataforma *Google Forms*, e no caso dos conselheiros que apresentaram dificuldades no manuseio de novas tecnologias, foi garantida a sua participação por meio de chamada telefônica para obtenção das respostas, e foram obtidas 245 respostas.

Na caracterização da amostra verificou-se que a maior parcela dos respondentes se autodeclarou adulto, tendo 48,8% idade entre 30 e 49 anos, 58,8% se declaram do gênero masculino, 40,8% do feminino e 0,04% outro. Em relação ao estado civil foi verificado que 53,1% são casados, 31,8% são solteiros, 6,5% união estável, 5,7% separado/divorciado e 2,9% viúvo. Considerando o nível de escolaridade, a maioria dos respondentes têm ensino médio completo (46,9%), 24,9% possuem ensino superior completo ou pós-graduação e somando fundamental incompleto, fundamental completo e ensino médio incompleto obtemos 28,1%. A renda familiar de 71% dos respondentes se concentrou na faixa entre R\$ 1.000,00 e R\$ 3.000,00. Já na ocupação, observa-se que a maioria é servidor público com 39,2% dos respondentes e em segundo lugar os profissionais autônomos com 10,6%. No que se refere ao envolvimento em trabalhos voluntários, 62,9% afirmam que algum familiar atua ou já atuou como voluntário, enquanto 90,6% já realizaram trabalhos voluntários antes de atuarem nos

conselhos.

Após o processo de coleta, os dados foram exportados para uma planilha do Excel, na qual procedeu-se uma análise exploratória dos dados, a qual confirmou as 245 respostas válidas.

Em seguida, as análises posteriores foram realizadas com o uso do *RStudio*, por meio do qual realizou-se a análise fatorial exploratória (AFE) e utilizou-se as médias, coeficientes de variação e desvios-padrão para identificar as práticas de cidadania dos conselheiros. Os procedimentos foram realizados baseados na literatura especializada de Hair *et al.* (2009).

#### 4.4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para a apresentação e discussão dos resultados, definiram-se duas linhas: (1) Análise Fatorial Exploratória (AFE) e (2) identificação das práticas de cidadania dos conselheiros.

##### 4.4.1 Análise Fatorial Exploratória (AFE)

Seguindo os procedimentos recomendados, foram realizadas várias rodadas da AFE para verificar o comportamento da estrutura fatorial mais adequada, utilizando o software *RStudio*. Os procedimentos utilizados nessa etapa foram: análise da correlação, adequação da amostra (por meio do KMO e do teste de esfericidade de Bartlett), análise da variância extraída, dos escores fatoriais, comunalidades e confiabilidade.

A estrutura escolhida segue o modelo teórico defendido por Caldas (2020), cujas ações de cidadania foram vinculadas a quatro variáveis: práticas civis (PC), as práticas políticas (PP), as práticas sociais (PS) e as práticas ambientais (PA). Seguem as AFEs para esta amostragem, analisadas por dimensão.

##### **Práticas Civis (PC)**

A dimensão, práticas civis, é composta por 5 (cinco) itens: PC\_1, PC\_2, PC\_3, PC\_4 e PC\_5. Ao analisar as correlações das cinco variáveis, conforme Tabela 13, verificamos inicialmente que os itens PC\_1 e PC\_5 apresentam um resultado muito bom entre eles. Porém, as correlações de ambos com os demais itens são muito baixas e, por isso, esses itens são candidatos a ser removidos dessa dimensão, pois eles não contribuem para a mesma. Quando analisamos os itens PC\_2 com PC\_3 e PC\_4, eles apresentam bons resultados com correlações médias acima de 0,4, representando correlações com resultados interessantes.

Tabela 13 - Correlação dos itens da Dimensão “Prática Cívica”

	PC_1	PC_2	PC_3	PC_4	PC_5
PC_1	1,000	0,201	-0,014	0,138	0,704
PC_2	0,201	1,000	0,417	0,488	0,162
PC_3	-0,014	0,417	1,000	0,493	-0,092
PC_4	0,138	0,488	0,493	1,000	0,139
PC_5	0,704	0,162	-0,092	0,139	1,000

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Para verificar a adequação da amostra, foi realizado o teste de esfericidade de Bartlett, que apresentou o seguinte resultado ( $\chi^2=334,632$ ;  $df=10$ ;  $p=0,000$ ) e o  $KMO=0,60$ . O resultado do teste de Bartlett é significativo, indicando que a amostra é adequada. Já o  $KMO$  apresenta um resultado um pouco abaixo do aceitável, pois para estar em um nível aceitável, seu valor precisa ser acima de 0,7. O  $\alpha$  de Cronbach foi de 0,64, também estando um pouco abaixo do aceitável. Portanto, a confiabilidade desses itens precisa de cuidado e verificação. Mesmo com esses resultados, vamos seguir para a análise exploratória para verificar se os itens PC\_1 e PC\_5 continuarão na dimensão e se os resultados de adequação da amostra serão alterados.

Após verificar a correlação dos itens e a adequação da amostra, vamos seguir para a análise fatorial. Na Tabela 14, verificamos os resultados dos itens da dimensão Práticas Cívicas. A análise indicou que a dimensão precisa ser separada em 2 fatores. Então, na extração 1, verificamos os dois fatores, seus escores fatoriais e a comunalidade. Note que a separação foi entre os itens PC\_1 e PC\_5, que ficaram no fator 2 com os demais itens. Os resultados dos escores e comunalidades foram acima dos níveis aceitáveis, e a variância extraída apresentou um valor bom. Porém, essa variância está considerando os dois fatores e, para este trabalho, precisamos que a dimensão tenha apenas um fator que possa explicar toda a dimensão. Então, mesmo na extração 1 os resultados sendo interessantes, os itens PC\_1 e PC\_5 serão retirados da dimensão. Vale salientar que foram feitos mais testes com a retirada de apenas um item, mas ainda apresentavam resultados que dividiam o construto em dois.

Tabela 14 - Escores fatoriais, comunalidade e variância dos itens da Dimensão “Prática Cívica” (continua)

Itens	Extração 1		Extração 2		
	Escores		Comunalidade	Escores	Comunalidade
	Comp 1	Comp 2			
PC_1		0,736	0,550		
PC_2	0,637		0,431	0,642	0,412

Tabela 14 - Escores fatoriais, comunalidade e variância dos itens da Dimensão “Prática Cívica” (conclusão)

Itens	Extração 1			Extração 2	
	Escore		Comunalidade	Escore	Comunalidade
	Comp 1	Comp 2			
PC_2	0,637		0,431	0,642	0,412
PC_3	0,688		0,486	0,649	0,421
PC_4	0,734		0,554	0,760	0,578
PC_5		0,953	0,909		
<b>Variância</b>	0,586			0,470	

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Na segunda extração, temos o resultado da análise fatorial dos itens que compõem o construto sem os itens PC\_1 e PC\_5. Nos itens que permaneceram, não houve mudanças significativas entre os escores fatoriais e comunalidades, onde os mesmos permaneceram acima do aceitável. Os escores variaram de 0,642 a 0,760 e suas comunalidades tiveram valores de 0,412 a 0,578. Já a variância foi o resultado que teve alteração quando comparado com a primeira extração, onde seu valor foi de 0,586 para 0,470 na extração 2. Mesmo sendo um valor abaixo do nível aceitável, este valor é próximo. Como a dimensão precisa de itens que em conjunto têm o poder de explicação e precisa evitar divisão em fatores na análise fatorial, mesmo a segunda extração apresentando variância um pouco abaixo do aceitável, essa formatação ainda apresenta bons resultados.

Vale salientar que itens de outras dimensões foram acrescentados nessa extração, porém só essa formatação apresentou resultados significativos. Também é importante mencionar que os itens PC\_1 e PC\_5 foram acrescentados em outra dimensão, apresentando resultados melhores na outra dimensão.

Com essa formatação, realizou-se novamente o teste de esfericidade de Bartlett que apresentou o seguinte resultado ( $\chi^2=146,731$ ;  $df=3$ ;  $p=0,000$ ), o KMO=0,68 e o alpha de Cronbach foi de 0,72. Então, verificamos que no teste de Bartlett a amostra na nova formação continuou adequada. No KMO, houve uma melhora, ficando mais próximo de 0,7 e o alpha de Cronbach foi onde apresentou melhora significativa, sugerindo que a nova formatação apresenta uma boa confiabilidade e apresenta melhores resultados na adequação da amostra.

Assim, observa-se que a estrutura fatorial da AFE dessa amostragem foi confirmada com os três itens PC2, PC3 e PC4, no fator —Práticas Cívicas. Seguem os resultados da AFE para a dimensão práticas políticas.

## Práticas Políticas (PP)

Os 4 (quatro) itens que compõem a dimensão práticas políticas são: PP\_1, PP\_2, PP\_3 e PP\_4. Na Tabela 15 são apresentadas as correlações desses itens. Verificamos inicialmente que o item PC\_4 apresenta um resultado um pouco abaixo de 0,3 entre os outros itens. Porém, as correlações dos outros itens são boas. Assim, as correlações dessa dimensão são interessantes. No caso do item PC\_4, suas correlações podem indicar a necessidade de cuidado com esse item e dependendo da análise fatorial o item pode ser retirado da dimensão.

Tabela 15 - Correlação dos itens da Dimensão “Práticas Políticas”

	PP_1	PP_2	PP_3	PP_4
PP_1	1,000	0,286	0,408	0,226
PP_2	0,286	1,000	0,421	0,223
PP_3	0,408	0,421	1,000	0,282
PP_4	0,226	0,223	0,282	1,000

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Para verificar a adequação da amostra, foi realizado o teste de esfericidade de Bartlett, que apresentou o seguinte resultado ( $\chi^2 = 122,354$ ;  $df = 6$ ;  $p = 0,000$ ) e o  $KMO = 0,70$ . O resultado do teste de Bartlett é significativo, indicando que a amostra é adequada. Já o  $KMO$  apresenta um resultado aceitável, e o alpha de Cronbach foi de 0,63, estando um pouco abaixo do aceitável. Portanto, a confiabilidade desses itens precisa de cuidado e verificação. Embora apresentem esses resultados, vamos seguir para a análise exploratória.

Após verificar a correlação dos itens e a adequação da amostra, vamos seguir para a análise fatorial. Na Tabela 16, verificamos os resultados dos itens da dimensão Práticas Políticas. Na primeira extração, verificamos que tanto os escores como a comunalidade apresentam resultados bons, com menor escore no item PP\_4 e o maior no item PP\_3. Como o item PP\_4, apresentou a comunalidade abaixo do aceitável, isso indica a necessidade de remoção desse item da dimensão. Ainda, a variância extraída da dimensão foi abaixo do aceitável, contribuindo para uma nova formatação na dimensão.

Então, como o item PP\_4 apresentou correlação baixa quando comparado com os demais e sua comunalidade também foi baixa, esse item será retirado da dimensão. Vale salientar que esse item foi adicionado em outras dimensões e o item não foi aceito em nenhuma dimensão, pois apresentava correlações e comunalidade baixas. Quando foi refeita a análise do construto sem o item PP\_4, os escores e comunalidades ficaram em um nível aceitável;

porém a variância ficou muito abaixo do aceitável. Então para melhorar o resultado da dimensão, foi verificado itens de outras dimensões para ser adicionado nesta dimensão e o item PS\_5 apresentou correlações boas com os itens da dimensão e ele será adicionado na dimensão e seus resultados seguem na segunda extração, conforme Tabela 16.

Tabela 16 - Escores fatoriais, comunalidade e variância dos itens da Dimensão “Práticas Políticas”

	Extração 1		Extração 2	
	Escore	Comunalidade	Escore	Comunalidade
PP_1	0,540	0,292	0,571	0,326
PP_2	0,554	0,307	0,472	0,223
PP_3	0,752	0,565	0,786	0,617
PP_4	0,389	0,151		
PS_5			0,924	0,854
Variância	0,329		0,505	

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Na segunda extração, foi removido o item PP\_4 da dimensão e adicionado o item PS\_5, inicialmente verificamos que a variância extraída foi de 0,505, apresentando um bom resultado para a dimensão, contribuindo para a nova formatação. Os escores fatoriais também apresentaram resultados bons com menor valor no item PP\_2 e maior valor no PS\_5. As comunalidade também apresentaram resultados bons com maior valor no item PS\_5. Isso indica que a nova formatação é significativa para a dimensão estudada.

Nessa nova formatação, com a remoção do item PP\_4 e adição do item PS\_5, o teste de esfericidade de Bartlett apresentou o seguinte resultado ( $\chi^2 = 321,396$ ;  $df = 6$ ;  $p = 0,000$ ), o *KMO* (0,71), o alpha de Cronbach (0,77), as correlações e as demais medidas apresentaram resultados satisfatórios. Então, verificamos que a nova formatação apresenta resultados melhores na adequação da amostra.

Diante dos resultados, pode-se observar que a estrutura fatorial ficou diferente da realizada por Caldas (2020), removendo o item PP\_4 e incluindo o PS\_5, abrangendo 4 (quatro) itens (PP1, PP2, PP3 e PS5) para a dimensão práticas políticas. Seguem os resultados da AFE para a dimensão práticas sociais.

### **Práticas Sociais (PS)**

A dimensão Práticas Sociais abrange 5 (cinco) itens: PS\_1, PS\_2, PS\_3, PS\_4 e PS\_5.

Na Tabela 17, examinamos as correlações desses itens, que apresentam bons resultados. A correlação mais baixa é entre os itens PS\_2 e PS\_5 e a correlação mais alta entre os itens PS\_1 e PS\_3. Então esses itens apresentam resultados muito bons que contribuem para a dimensão.

Tabela 17 - Correlação dos itens da Dimensão “Práticas Sociais”

	PS_1	PS_2	PS_3	PS_4	PS_5
PS_1	1,000	0,526	0,625	0,590	0,556
PS_2	0,526	1,000	0,591	0,477	0,452
PS_3	0,625	0,591	1,000	0,490	0,600
PS_4	0,590	0,477	0,490	1,000	0,507
PS_5	0,556	0,452	0,600	0,507	1,000

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Para verificar a adequação da amostra, foi realizado o teste de esfericidade de Bartlett, que apresentou o seguinte resultado ( $\chi^2 = 500,162$ ;  $df = 10$ ;  $p = 0,000$ ) e o *KMO* (0,85), indicando que a amostra é adequada. O alpha de Cronbach foi de 0,85 sendo um resultado muito bom, indicando que a confiabilidade desses itens é significativa. Então com esses resultados, vamos seguir para a análise exploratória.

Após verificar a correlação dos itens e a adequação da amostra, seguiu-se para a análise fatorial. Na Tabela 18, verificamos os resultados dos itens da dimensão Práticas Sociais. Na primeira extração, verificamos que os escores e a comunalidade apresentam resultados bons. E a variância extraída da dimensão foi de 0,545, onde esse valor é muito bom e está acima do aceitável, assim mostrando que os itens contribuem para a dimensão.

Tabela 18 - Escores fatoriais, comunalidade e variância dos itens da Dimensão “Práticas Sociais”

	Extração 1		Extração 2	
	Escore	Comunalidade	Escore	Comunalidade
PS_1	0,792	0,628	0,802	0,643
PS_2	0,687	0,472	0,702	0,492
PS_3	0,799	0,638	0,780	0,609
PS_4	0,686	0,470	0,684	0,468
PS_5	0,717	0,514		
Variância	0,545		0,553	

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Na segunda extração, retiramos o item PS\_5 da dimensão. Note que esse item mostra resultados bons na dimensão, porém a dimensão Práticas Políticas apresentou resultados ruins

e, quando verificadas as correlações gerais, verificamos que o item PS\_5 apresentava resultados muito importantes para a dimensão Práticas Políticas. Se analisarmos o escore fatorial e a comunalidade do item PS\_5 em ambas as dimensões, note que esse item na dimensão Práticas Políticas apresenta resultados melhores e a dimensão Práticas Sociais sem esse item mantém seus resultados, assim permitindo a remoção do item.

Nessa segunda extração, tanto os escores fatoriais como a comunalidade continuaram com resultados bons. Já a variância teve o valor de 0,553 e, ao comparar com a primeira extração, percebemos um pequeno aumento no valor. Então a remoção do item não prejudicou o resultado da dimensão e, como esse item apresentou resultados significativos em outra dimensão, isso reforça que é uma boa escolha essa alteração.

Nessa nova formatação, o teste de esfericidade de Bartlett apresentou o seguinte resultado ( $\chi^2 = 360,002$ ;  $df = 6$ ;  $p = 0,000$ ), o  $KMO = 0,79$  e o alpha de Cronbach foi de 0,83. Então, verificamos que os testes apresentaram resultados semelhantes com a primeira extração, indicando que a amostra continuou adequada.

Diante dos resultados, observa-se que essa estrutura fatorial ficou um pouco diferente da apresentada por Caldas (2020), descartando o item PS5. Seguem os resultados da AFE para a última dimensão – práticas ambientais.

### Práticas Ambientais (PA)

A dimensão Práticas Ambientais é composta por 3 (três) itens: PA\_1, PA\_2 e PA\_3. Na Tabela 19, verificamos as correlações desses itens, que apresentam bons resultados. A correlação mais baixa é entre os itens PA\_1 e PA\_3 e a correlação mais alta ocorre entre os itens PA\_1 e PA\_2. Então, esses itens apresentam resultados muito bons que contribuem para a dimensão.

Tabela 19 - Correlação dos itens da Dimensão “Práticas Ambientais”

	PA_1	PA_2	PA_3
PA_1	1,000	0,639	0,458
PA_2	0,639	1,000	0,570
PA_3	0,458	0,570	1,000

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Para verificar a adequação da amostra, foi realizado o teste de esfericidade de Bartlett, que apresentou o seguinte resultado ( $\chi^2 = 227,908$ ;  $df = 3$ ;  $p = 0,000$ ) e o  $KMO (0,67)$ . O resultado do teste de Bartlett é significativo, o  $KMO$  mesmo apresentando um resultado um

pouco abaixo do nível aceitável, ainda é considerado bom, indicando que a amostra é adequada. O alpha de Cronbach foi de 0,78, sendo um resultado bom, indicando que a confiabilidade desses itens é significativa. Então, com esses resultados, seguimos para a AFE.

Conforme a Tabela 20, verificamos os resultados dos itens da dimensão Práticas Ambientais. Na primeira extração, verificamos que os resultados dos itens que compõem essa dimensão, os seus escores fatoriais e a comunalidade apresentaram bons resultados. E a variância extraída da dimensão apresentou um valor muito bom e acima do aceitável, assim mostrando que os itens contribuem para a dimensão.

Tabela 20 - Escores fatoriais, comunalidade e variância dos itens da Dimensão “Práticas Ambientais”

	Extração 1		Extração 2	
	Escore	Comunalidade	Escore	Comunalidade
PA_1	0,717	0,514	0,681	0,463
PA_2	0,892	0,796	0,858	0,736
PA_3	0,639	0,408	0,624	0,390
PC_1			0,819	0,670
PC_5			0,746	0,557
Variância	0,573		0,563	

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Na segunda extração, adicionamos os itens PC\_1 e PC\_5. Note que os itens da dimensão PA mostram resultados bons na dimensão, porém a dimensão Práticas Cívicas apresentou resultados ruins e, quando verificadas as correlações gerais, verificamos que os itens PC\_1 e PC\_5 apresentaram resultados relevantes para a dimensão Práticas Ambientais. Então, foi proposta uma nova formatação, adicionando os dois itens e apresentando os resultados da análise fatorial na segunda extração.

Com a incorporação de itens que vão além dos relacionados às questões ambientais, como os itens PC\_1 e PC\_5 na dimensão Práticas Ambientais, optamos pela renomeação da dimensão para Práticas Difusas, uma vez que estas estão relacionadas às ações que demonstram a participação dos indivíduos na luta por novas demandas sociais (Caldas, 2020).

Nessa segunda extração, os escores fatoriais e a comunalidade continuaram com bons resultados, e a variância apresentou uma pequena redução. Ainda, os itens incluídos apresentaram boas correlações com a dimensão. Então, essa nova formatação dos itens não prejudicou o resultado da dimensão e, como esses novos itens apresentaram resultados muito ruins em outra dimensão, isso mostra que é uma boa escolha essa alteração.

Com essa nova formatação, o teste de esfericidade de Bartlett apresentou o seguinte resultado ( $\chi^2 = 571,492$ ;  $df = 10$ ;  $p = 0,000$ ), o  $KMO = 0,83$  e o alpha de Cronbach foi de 0,85. Então, verificamos que a amostra continuou adequada, o  $KMO$  apresenta uma melhora significativa. E o Alpha de Cronbach também indica uma confiabilidade boa na nova formatação da dimensão. Assim, esses resultados mostram que a nova formatação apresenta resultados bons na adequação da amostra.

Diante de todos os resultados expostos, o Quadro 7 reúne os itens aprovados pela AFE efetivada tanto no modelo de Caldas (2020) como na amostragem deste estudo, possibilitando comparações em todas as quatro dimensões de práticas de cidadania.

Quadro 7 – Comparação dos itens propostos por Caldas e da amostra

PRÁTICAS CIVIS		PRÁTICAS POLÍTICAS		PRÁTICAS SOCIAIS		PRÁTICAS AMBIENTAIS/DIFUSAS	
Modelo de Caldas (2020)	Amostra	Modelo de Caldas (2020)	Amostra	Modelo de Caldas (2020)	Amostra	Modelo de Caldas (2020)	Amostra
PC_1	PC_2	PP_1	PP_1	PS_1	PS_1	PA_1	PA_1
PC_2	PC_3	PP_2	PP_2	PS_2	PS_2	PA_2	PA_2
PC_3	PC_4	PP_3	PP_3	PS_3	PS_3	PA_3	PA_3
PC_4		PP_4	PP_5	PS_4	PS_4		PC_1
PC_5				PS_5			PC_5

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Conforme o comparativo do Quadro 7, de um modo geral, a estrutura fatorial verificada anteriormente, no modelo validado por Caldas (2020), sofreu alterações em todas as composições das dimensões analisadas. Na dimensão Práticas Cívicas foram removidos dois itens (PC\_1 e PC\_2), na dimensão Práticas Políticas foi removido PP\_4 e adicionado PS\_5, na dimensão Práticas Sociais foi removido PS\_5 e na dimensão Práticas Ambientais foram incorporados dois itens (PC\_1 e PC\_5). Realizada a AFE, a escala passa a ser composta por 16 itens, excluindo o item PP\_4 (Utilizo a internet para me envolver em ações políticas, como discussões, movimentos sociais, protestos, petições etc.).

Com a incorporação de itens que vão além dos relacionados as questões ambientais, como os itens PC\_1 (Procurar meios para mudar leis injustas) e PC\_5 (Participo de discussões sobre temas que influenciam a integridade humana (aborto, desarmamento, pena de morte etc.)), na dimensão Práticas Ambientais, optamos pela renomeação da dimensão para Práticas Difusas, considerando a proposição inicial do modelo de Caldas (2020), uma vez que estas estão relacionadas às ações que demonstram a participação dos indivíduos na luta por novas

demandas sociais (Caldas, 2020).

#### 4.4.2 Práticas de Cidadania dos Conselhos Regionais do ODE

As práticas de cidadania envolvem dimensões: civis, políticas, sociais e ambientais, que estimulam as ações dos indivíduos em prol do bem-estar da coletividade.

Seguindo as recomendações de Caldas (2020), para a análise dos resultados das médias de práticas de cidadania, utilizaram-se os seguintes parâmetros: medidas até 3,9 indicam intensidade baixa da prática (coloridos em vermelho), de 4,0 até 6,9 indicam intensidade baixa-moderada (coloridos em amarelo), de 7,0 até 9,9 indicam intensidade moderada-alta (coloridos em verde) e acima de 10 representam intensidade muito elevada (coloridos em azul). O Quadro 8 ilustra esses parâmetros.

Quadro 8 – Parâmetros de análise para medidas de posição

Parâmetros de Corte	Interpretação	Coloração
Até 3,9	Intensidade Baixa	
De 4,0 a 6,9	Intensidade Baixa-Moderada	
De 7,0 a 9,9	Intensidade Alta-Moderada	
Acima de 10	Intensidade Elevada	

Fonte: Caldas (2020).

A Tabela 21 expõe as médias, coeficientes de variação e desvios-padrão de cada dimensão. Observa-se que há predominância de médias classificadas de intensidade alta-moderada e que há um indicativo que as médias das práticas de cidadania dos conselheiros na esfera difusa, classificadas de intensidade baixa-moderada, são menores que as das esferas civil, política e social.

Tabela 21 - Análise das práticas de cidadania, por dimensão e por indicadores (continua)

Dimensão	Indicador	Média	Variância	Desvio-Padrão
Práticas Civis	<b>Civis</b>	<b>9,034</b>	<b>3,027</b>	<b>1,740</b>
	PC_2	9,102	2,674	1,635
	PC_3	9,273	2,413	1,553
	PC_4	8,727	3,863	1,966
Práticas Políticas	<b>Políticas</b>	<b>8,869</b>	<b>3,515</b>	<b>1,875</b>
	PP_1	8,837	4,678	2,163
	PP_2	8,816	3,454	1,858

Tabela 21 - Análise das práticas de cidadania, por dimensão e por indicadores (conclusão)

<b>Dimensão</b>	<b>Indicador</b>	<b>Média</b>	<b>Variância</b>	<b>Desvio-Padrão</b>
Práticas Políticas	<b>Políticas</b>	<b>8,869</b>	<b>3,515</b>	<b>1,875</b>
	PP_3	8,755	3,235	1,799
	PS_5	9,069	2,680	1,637
Práticas Sociais	<b>Sociais</b>	<b>8,468</b>	<b>4,723</b>	<b>2,173</b>
	PS_1	8,571	3,648	1,910
	PS_2	8,106	7,448	2,729
	PS_3	8,661	3,815	1,953
	PS_4	8,535	3,856	1,964
Práticas Difusas	<b>Difusas</b>	<b>6,109</b>	<b>12,829</b>	<b>3,582</b>
	PA_1	7,037	9,298	3,049
	PA_2	6,584	9,949	3,154
	PA_3	5,694	9,730	3,119
	PC_1	5,837	15,375	3,921
	PC_5	5,392	18,149	4,260

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

A primeira dimensão a ser analisada é a dimensão Práticas Cívicas, tem por base os direitos cívicos que estão relacionados à autonomia e liberdade individual, como por exemplo a integridade física, direito de ir e vir, igualdade perante a lei, liberdade de imprensa, liberdade de pensamento, fé e propriedade. Para Carvalho (2016) esses são os direitos que garantem relações civilizadas entre os indivíduos, e até mesmo a sobrevivência da sociedade civil. No contexto brasileiro, a ordem e a maneira como a cidadania se desenvolveu foi distinta da perspectiva Marshalliana, uma vez que os direitos cívicos emergiram por último no Brasil (Carvalho, 2016).

A Tabela 21 apresenta os valores para esta dimensão. Ao analisar os resultados, a média obtida foi de 9,034, com desvio padrão de 1,740 e coeficiente de variância de 3,027. Esses resultados mostram uma convergência significativa entre as respostas e corrobora com os do estudo de Amorim (2018) que também encontrou médias elevadas. No entanto, se contrapõe aos achados de Caldas (2020) e Ferraz (2017) que apresentaram médias relativamente baixa-moderada. Essas divergências podem ser consideradas devido a existência de indivíduos que de alguma forma ainda desconhecem seus direitos cívicos ou não têm acesso de fato aos mesmos (Carvalho, 2016). Com isso, faz-se necessário aprofundar as investigações acerca desse resultado.

A segunda dimensão, Práticas Políticas, expressa nos direitos políticos a garantia de

participação da sociedade no governo. Dos resultados obtidos nesta dimensão (ver Tabela 21), observou-se média– 8,869, com desvio padrão de 1,875 e coeficiente de variância moderadamente intenso (3,515). O primeiro indicador é considerado alto-moderado e mostra a convergência nas respostas. Isso reflete o contexto no qual os voluntários da amostra em questão estão inseridos, um contexto de forte atuação política. Esse resultado fortalece a pesquisa realizada por Ferraz (2017), onde as médias obtidas nos direitos políticos também foram altas, isso nos leva a refletir que o exercício das atividades voluntárias direciona para uma cidadania mais ativa.

A terceira dimensão - Práticas Sociais, refere-se aos direitos sociais que são relacionados à atitude dos indivíduos frente ao direito mínimo de bem-estar econômico, segurança e garantia do padrão de vida de alguém inserido na dinâmica social (Marshall, 1967). De acordo com a Tabela 21, o fator obteve média alta-moderada (8,468), desvio padrão (2,173) e coeficiente de variância (4,723). O primeiro indicador é considerado alto-moderado e também mostra a convergência nas respostas. Ferraz (2017), também encontrou média alta nesta dimensão, afirma que os indivíduos com média alta para esse fator tendem a compreender como papel do governo o dever de dar essas condições mínimas a todos igualmente. Isso reflete a realidade dos resultados encontrados, pois, de acordo com Carvalho (2016) e Pinsky e Pinsky (2016), este pode ser influenciado pela história da passividade da cidadania do nosso país.

A última dimensão – Práticas Difusas, refere-se a novas questões que surgem com o desenvolvimento da sociedade, relacionadas a direitos e obrigações coletivos, pertinentes a grupos específicos da sociedade ou ao meio ambiente em geral (Caldas, 2020). Diante dos resultados obtidos nesta dimensão, conforme Tabela 21, verificou-se média baixa-moderada (6,109), desvio padrão (3,582) e coeficiente de variância (12,829). Esses resultados mostram uma divergência significativa entre as respostas. Esse resultado converge com os achados de Caldas (2020) que também apresentou média baixa. Por se tratar de práticas ligadas a discussões mais recentes, ainda não estão se encontram solidificados no contexto brasileiro, mas de alguma forma já são consideradas na amostra pesquisada.

De forma geral, esse predomínio de médias de intensidade alta-moderada acerca de práticas de cidadania se contrapõe aos achados de Caldas (2020), que no seu estudo obteve a dominância de médias de intensidade baixa-moderada. Tal fato pode ser explicado pela amostra em questão, os conselheiros voluntários do ODE, que buscam a construção de uma identidade coletiva, relacionada diretamente à participação cidadã na democracia, apontada por Makinen (2021) como características essenciais da cidadania.

Diante disso, o poder público deve considerar a importância de fomentar espaços de

participação cidadã, como os Conselhos Regionais do ODE, para ampliar e/ou melhorar o desempenho do cidadão.

#### 4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresenta como objetivo analisar as ações de cidadania desenvolvidas por conselheiros, que atuaram no ODE, a partir da Escala de Práticas de Cidadania proposta por Caldas (2020). O construto cidadania foi mensurado a partir das Práticas Cívicas (PC), as Práticas Políticas (PP), as Práticas Sociais (PS) e as Práticas Ambientais (PA), renomeadas nesse estudo para Práticas Difusas (PD).

A dimensão das práticas de cidadania com maior média foi a civil. Dentre as práticas que apresentaram maior média, merecem destaque as voltadas para associação entre as pessoas em busca da resolução de problemas coletivos, seguida da liberdade de expressão em prol de interesses coletivos e, as que se referem as ações de proteção e enfrentamento à discriminação humana.

A dimensão política ficou em segundo lugar nas médias de desempenho do cidadão entre os conselheiros voluntários. Esse resultado indica que as pessoas têm se preocupado com o envolvimento político. É um resultado empolgante, já que é a partir da ação política que os interesses e conflitos são direcionados no sentido de melhorar a vida em sociedade.

A terceira média obtida foi a dimensão social, indicando que as pessoas têm voltado a atenção para questões relacionadas à justiça social, pautando os direitos e deveres sociais, no sentido de dar condições mínimas de segurança e bem-estar principalmente aos desafortunados e oprimidos.

As práticas difusas de cidadania foram as que tiveram menores médias dos respondentes, classificadas como de intensidade baixa-moderada, convergindo com os achados de Caldas (2020), que também ficaram classificadas com a mesma intensidade, entretanto nos estudos de Caldas (2020) as práticas ambientais (difusas) apresentaram maior índice entre as médias.

De modo geral, o desempenho de cidadania encontrado na amostra estudada foi classificado como de intensidade alta-moderada. Considerando a ordenação das práticas nos âmbitos civil, social, político e difusa.

Vale ressaltar que é preciso aumentar o campo e escopo da amostra para outros contextos e realizar estudos comparativos. Ainda, a escolha metodológica e a limitação de tempo para realização da pesquisa não permitiram discussões mais aprofundadas de alguns

resultados alcançados pela pesquisa, como a realização de análises qualitativas.

Ainda, no que se refere aos estudos futuros merece destaque a necessidade de buscar um melhor refinamento da escala utilizada. Principalmente, na esfera difusa, uma vez que no trabalho de Caldas (2020), onde tal esfera era denominada ambiental, com três indicadores validados, e que nesse contexto foi ampliado para cinco, mas continuam com índices de intensidade baixa-moderada.

## 5 ESTUDO IV – Relações entre a Motivação para o Trabalho Voluntário e as Práticas de Cidadania com Conselheiros do Orçamento Democrático

### RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar as relações entre a motivação para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania por meio da percepção dos conselheiros voluntários. Para tanto, optou-se por uma abordagem quantitativa e a coleta dos dados foi realizada no contexto dos conselhos regionais do Orçamento Democrático Estadual do Estado da Paraíba, através da investigação de 245 conselheiros voluntários que atuaram no período de 2020-2022. Este processo foi executado através de questionário, aplicando duas escalas: a primeira, o Modelo Estrutural de Motivação no Trabalho Voluntário de Cavalcante (2016) e, a segunda, das Práticas de Cidadania de Caldas (2020). Os resultados confirmam a relação entre as motivações e as práticas de cidadania, embora esta não aconteça de maneira homogênea. Essa vinculação é explicada principalmente pelas motivações altruísta e de afiliação.

**Palavras-chave:** voluntariado; motivação; cidadania; conselho; Orçamento Democrático.

### ABSTRACT

This study aims to analyze the relationship between motivation for volunteer work and citizenship practices through the perception of volunteer councilors. To this end, a quantitative approach was chosen and data collection was carried out in the context of the regional councils of the State Democratic Budget of the State of Paraíba, through the investigation of 245 volunteer councilors who worked in the period 2020-2022. This process was carried out through a questionnaire, applying two scales: the first, Cavalcante's Structural Model of Motivation in Volunteer Work (2016) and the second, Caldas' Citizenship Practices (2020). The results confirm the relationship between motivations and citizenship practices, although this is not homogeneous. This link is mainly explained by altruistic and affiliation motivations.

**Keywords:** volunteering; motivation; citizenship; council; Democratic Budget.

### 5.1 INTRODUÇÃO

Algumas pesquisas pontuam o conceito de voluntariado relacionado à ideia de cidadania, revelando um entendimento de que há uma conexão positiva entre o voluntariado e a cidadania, pressupondo que o voluntário é um cidadão consciente e ativo (Ferraz; Caldas; Cavalcante, 2021; Caldas, 2020; Lemos *et al.*, 2019; Wilson; Musick, 2008).

Nesse mesmo sentido, Caldas (2020) defende que as motivações têm o potencial de influenciar nas práticas de cidadania, e que estas podem ser fomentadas pela atuação voluntária de cada indivíduo. Para Musick e Wilson (2008), qualquer tipo de comportamento humano parece estar relacionado às suas intenções, razões ou motivos, inclusive a prática do

voluntariado.

Embora venha se destacando o crescimento dos estudos sobre motivação no trabalho voluntário (Cavalcante, 2012; 2016; Ferraz, 2017; Amorim, 2018; Caldas, 2020; Vale, 2021), Caetano (2018) aponta a necessidade de se conhecer os aspectos motivacionais que podem influenciar no engajamento dos cidadãos e na efetivação da participação cidadã e Amorim (2018) pontua que se deve compreender a relação das motivações dos voluntários no exercício de sua cidadania. Estas lacunas teóricas oferecem um campo de estudo para investigar a vinculação entre a motivação do trabalho voluntário e ações de cidadania.

Este estudo considera que o trabalho voluntário fomenta a cidadania a partir do desempenho do cidadão. Para tanto, optou-se por testar em voluntários atuantes nos Conselhos Regionais do Orçamento Democrático (ODE) do Estado da Paraíba.

Com base na experiência do orçamento participativo do município de João Pessoa (PB) iniciada em 2005, o ODE foi implementado no Estado da Paraíba no ano de 2011. A sua institucionalização, advinda da Lei nº 11.262, de 29 de dezembro de 2018, demonstra os avanços relacionados ao fortalecimento e consolidação dos espaços democráticos entre o governo e a sociedade civil no âmbito estadual.

O ODE está estruturado em uma secretaria executiva, vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, e envolve 14 (quatorze) Conselhos Regionais, compostos por conselheiros voluntários, representantes da sociedade civil, eleitos pela população em votação digital presencial para um mandato de dois anos (PARAÍBA, 2020a).

A composição dos Conselhos Regionais, no período de 2020-2022, contou com 390 conselheiros que atuaram voluntariamente nesses espaços, sendo 326 titulares e 64 suplentes, representantes das 14 regiões geoadministrativas, eleitos durante assembleias microrregionais realizadas em 2019, e empossados em junho de 2020 (PARAÍBA, 2020c). Todavia, identifica-se que há um abandono significativo dos conselheiros voluntários ao longo do período de atuação para o qual foram eleitos, dos 390 conselheiros eleitos, em 2022 restaram apenas 293 conselheiros, representando uma redução de 24,87% do número de conselheiros voluntários.

Nesse contexto, é oportuno investigar a relação entre a motivação para o voluntariado e as práticas de cidadania, utilizando como lócus de pesquisa os Conselhos Regionais do ODE no Estado da Paraíba, visando conhecer os fatores que motivam os conselheiros a permanecerem na atividade voluntária no âmbito destes espaços participativos e seu efeito sobre o desempenho do cidadão, com o intuito de possibilitar ao poder público elementos para o fomento e auxílio na gestão dos voluntários.

Para efeitos deste artigo, o Conselho Regional do Orçamento Democrático (CROD)

consiste em uma instância deliberativa, com caráter público e autônomo da sociedade civil, com participação do poder público, que visa proporcionar o direito dos cidadãos de exercer o controle social (PARAÍBA, 2023).

Diante disso, pretende-se analisar as relações entre a motivação para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania por meio da percepção dos conselheiros voluntários, aplicando duas escalas: a primeira, o Modelo Estrutural de Motivação no Trabalho Voluntário de Cavalcante (2016) e, a segunda, das Práticas de Cidadania de Caldas (2020). Para tanto, adota um viés funcionalista-positivista e uma abordagem quantitativa, com o intuito de solucionar a seguinte problemática: quais as relações entre a motivação para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania?

Do ponto de vista prático, a pesquisa fornecerá elementos que podem ser úteis aos gestores, tanto para fomentar o voluntariado como para melhorar a gestão dos voluntários. Isto é relevante ao considerar a possibilidade de impactar positivamente a cidadania local por meio do trabalho voluntário.

Este trabalho está estruturado em cinco seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda seção contempla o referencial teórico; a terceira apresenta os procedimentos metodológicos adotados; a quarta seção destaca os resultados e suas análises; e a última seção traz as considerações finais.

## 5.2 REFERENCIAL TEÓRICO

A cidadania é um fenômeno complexo que passou por diversos entendimentos ao longo da história (Yani; Hidayat, 2018; Pinsky; Pinsky, 2016; Dagnino, 2004). Deste modo, seus conceitos passaram por mudanças que a conectam a deveres e direitos: civis, baseados na possibilidade da vida social; políticos, garantindo a participação da sociedade no governo; e sociais, garantindo participação na riqueza coletiva (Marshall, 1967; Carvalho, 2016). A partir dos direitos civis, políticos e sociais, Marshall (1967) define a cidadania como um status concedido aos membros de uma nação e afirma que o cidadão pleno seria aquele que desfruta destes três direitos (Marshall, 1967; Carvalho, 2016).

Clemente (2015) aponta a obra Marshalliana como a referência básica e mais citada sobre o assunto, entretanto o conceito de cidadania apresentado por Marshall (1967) vem sendo criticado e alterado com base nas transformações sociais ocorridas ao longo do tempo devido a crescente diversidade da população (Caldas, 2020). Com isso, Ayola Betancourt (2021) alerta para a incorporação de novos direitos para atender demandas da sociedade atual.

Assim, pensar o conceito de cidadania passa por um processo construtivo e pode receber significados diferentes de acordo com a perspectiva de cada um. Deste modo, este estudo contemplará o construto cidadania a partir de uma perspectiva mais ampla, adotando a escala de práticas de cidadania desenvolvida por Caldas (2020), que tem por base as três áreas – civil, política e social - abordadas por Marshall (1967), acrescida de um outro fator, as práticas difusas, para medir a composição da cidadania, que foi proposta e alterada para práticas ambientais no estudo de Caldas (2020), mas na validação desse estudo foram integrados a esta dimensão fatores que levam a estrutura inicial proposta, as práticas difusas. O Quadro 9 sintetiza os quatro fatores e descreve cada um deles.

Quadro 9 - Práticas de Cidadania

<b>DIMENSÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>Práticas Cívicas (PC)</b>	Representam o envolvimento dos indivíduos em prol de relações civilizadas, relacionadas aos direitos e deveres necessários à liberdade individual e à vida em sociedade.
<b>Práticas Políticas (PP)</b>	Relativas à participação declarada dos indivíduos no exercício do poder político ou no governo da sociedade.
<b>Práticas Sociais (PS)</b>	Focadas na justiça social e se relacionam aos direitos e deveres sociais, no sentido de dar condições mínimas de segurança e bem-estar principalmente aos desafortunados e oprimidos.
<b>Práticas Difusas (PD)</b>	Demonstram a participação dos indivíduos na luta por novas demandas da sociedade, decorrentes da evolução da humanidade e da transformação desta no tempo. Também representam os direitos transindividuais (coletivos), aqueles que não podem ser identificáveis.

Fonte: Adaptado de Caldas (2019; 2020).

O envolvimento de cada indivíduo nos assuntos coletivos da comunidade a que pertence é fundamental para o desenvolvimento das localidades (Putnam, 2006). Uma das formas de envolvimento dos indivíduos em ações de cidadania é o voluntariado.

O conceito de voluntariado está relacionado à ideia de cidadania, pressupondo que o voluntário será um cidadão consciente e ativo (Lemos *et al.*, 2019). Nesse sentido, Cavalcante (2016) desenvolve um conceito que compreende o trabalho voluntário como uma atividade em que um indivíduo doa seu tempo ou conhecimento, que pode ter benefícios financeiros limitados ao custo de realização da atividade; de escolha individual, mesmo que estimulado a realizar uma tarefa; que permite receber benefícios, mentais ou físicos; de natureza eventual ou permanente; e que pode ou não ser executado sob a orientação de uma organização.

O voluntariado envolve a motivação dos indivíduos para se voluntariar, o que justifica a necessidade de se conhecer essas motivações, pois possibilita convencer mais pessoas a participar de trabalho voluntário (Clary *et al.*, 1998; 1994).

Para o alcance do objetivo desta pesquisa, a motivação é entendida como o motivo ou razão que impulsiona o comportamento de um indivíduo, sendo um processo complexo que resulta da interação do indivíduo com o meio em que está inserido (Lemos *et al.*, 2019). Geiser, Okun e Grano (2014) apontam a importância de usar uma abordagem embasada em mais de uma dimensão de motivação para o voluntariado.

Dessa forma, optou-se por utilizar um modelo quantitativo e multidimensional, elaborado e validado em contexto nacional por Cavalcante (2016), o qual aponta cinco fatores motivacionais dos voluntários: altruísta, justiça social, afiliação, aprendizagem e egoísta. Cada um dos fatores motivacionais é apresentado por um conjunto de características, conforme exposto no Quadro 10.

Quadro 10 - Modelo Estrutural de Motivação no Trabalho Voluntário

<b>CONSTRUTO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Altruísta	Retrata a percepção subjetiva de auto sacrifício por parte do voluntário, existe questionamento em torno das condições gerais de vida de seres humanos.
Justiça social e igualdade	Reúne motivos relativos ao sentimento de auxílio a sujeitos e comunidades em situações de exceção, estando o voluntário interessado no resgate da cidadania.
Afiliação	Almeja a afiliação a um grupo por meio da atividade voluntária.
Aprendizado	Busca o autodesenvolvimento por meio de ações que estimulam o intelecto via voluntariado.
Egoísta	Trata-se de um posicionamento centrado no eu, na satisfação própria através do trabalho voluntário.

Fonte: Cavalcante (2012; 2016).

Desse modo, conforme Cavalcante (2016), os motivos variam desde egoísta, voltados para a satisfação individual, até os centrados no altruísmo, que estão voltados às questões mais coletivas e, conseqüentemente, relacionadas com práticas de cidadania ativa.

Cabe ressaltar que o modelo de Cavalcante (2016) já foi validado tanto pelo autor como por Ageu (2015), Aquino (2015), Lemos (2016), Ferraz (2017), Amorim (2018), Caldas (2020) e Vale (2021) utilizaram grupos de voluntários de diversas áreas de atuação para validar esta escala. Aquino (2015), Ageu (2015), Lemos (2016), Caldas (2020) e Vale (2021) examinaram voluntários filiados a grupos religiosos. Ferraz (2017) e Amorim (2018), voluntários associados a ONGs envolvidas na educação e na saúde, respectivamente.

Para este trabalho, buscando compreender a relação entre as motivações do voluntariado e as ações de cidadania, desenvolveu-se um modelo teórico com quatro hipóteses a serem testadas, considerando que as motivações (altruísta, justiça social, afiliação, aprendizagem e

egoísmo) conduzem os indivíduos a atitudes cidadãs nas dimensões civil, político, social e difusa.

Com base no modelo teórico, quatro hipóteses serão testadas. A primeira hipótese relaciona o voluntariado com atitudes de cidadania civil. Os direitos civis contemplam os direitos que envolvem a liberdade individual, como a liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, de fé e o direito à propriedade (Ferraz, 2017). No contexto brasileiro, estes direitos foram desenvolvidos tardiamente (Avritzer, 2010; Carvalho, 2016; Pinsky; Pinsky, 2016), no entanto o voluntariado pode despertar as pessoas a conhecerem e acessarem esses direitos e serem mais responsáveis pela comunidade (Caldas, 2020). Para Musick e Wilson (2008), o voluntário se envolve mais intensamente na vida organizacional das organizações sem fins lucrativos, desenvolvendo neles competências cívicas e conhecimento dos seus direitos. Isso pode levar o indivíduo a desenvolver competências e habilidades, melhorar o bem-estar da comunidade e aprofundar vínculos com outras pessoas. Desta forma, temos a primeira hipótese de estudo:

**(H1) As motivações do voluntariado fomentam práticas civis de cidadania.**

Relacionando o voluntariado às atitudes de cidadania da esfera política, Ferraz (2017) afirma que os direitos políticos são aqueles que garantem a possibilidade de participação dos indivíduos no poder político, é a dimensão que concede ao cidadão a igual possibilidade de, perante a sociedade, eleger e de ser eleito. E, Amorim (2018) indica que os indivíduos que desenvolvem trabalho voluntário movidos pelo sentimento altruísta de levar esperança ao menos favorecidos, pela busca em colaborar com a comunidade ou pelo sentimento de pertencimento a uma rede de pessoas com as mesmas intenções, são os mesmos que acompanham, fiscalizam e até mesmo denunciam irregularidades políticas, exercendo, assim, os seus direitos e deveres políticos para além do voto. Nesta perspectiva Musick e Wilson (2008) relacionam o trabalho voluntário e a dimensão política, afirmando que as pessoas envolvidas no voluntariado se tornam mais conscientes quanto à necessidade de soluções políticas. Isso corrobora com os achados de Amorim (2018) que apresenta a prática do voluntariado voltada pela busca da cidadania e a melhoria da comunidade local está relacionada com a participação política dos voluntários. Nesse sentido, Putnam (2006) afirma que o voluntariado é parte integrante da boa cidadania e do envolvimento político. Com base nessas perspectivas, a segunda hipótese é:

**(H2) As motivações para o trabalho voluntário fomentam práticas políticas de cidadania.**

A terceira hipótese relaciona voluntariado e ações de cidadania na dimensão social. Para Ferraz (2017) essa dimensão consiste em um modo de reduzir a imensa diferença de qualidade de vida entre os membros de uma sociedade. A autora afirma que os voluntários tenderiam a se preocupar, em grande escala, com questões voltadas para os direitos sociais básicos. Para Lie, Baines e Wheelock (2009), o voluntariado é um instrumento de transformação do bem-estar econômico e social de indivíduos, famílias e comunidades. Assim, segue a terceira hipótese:

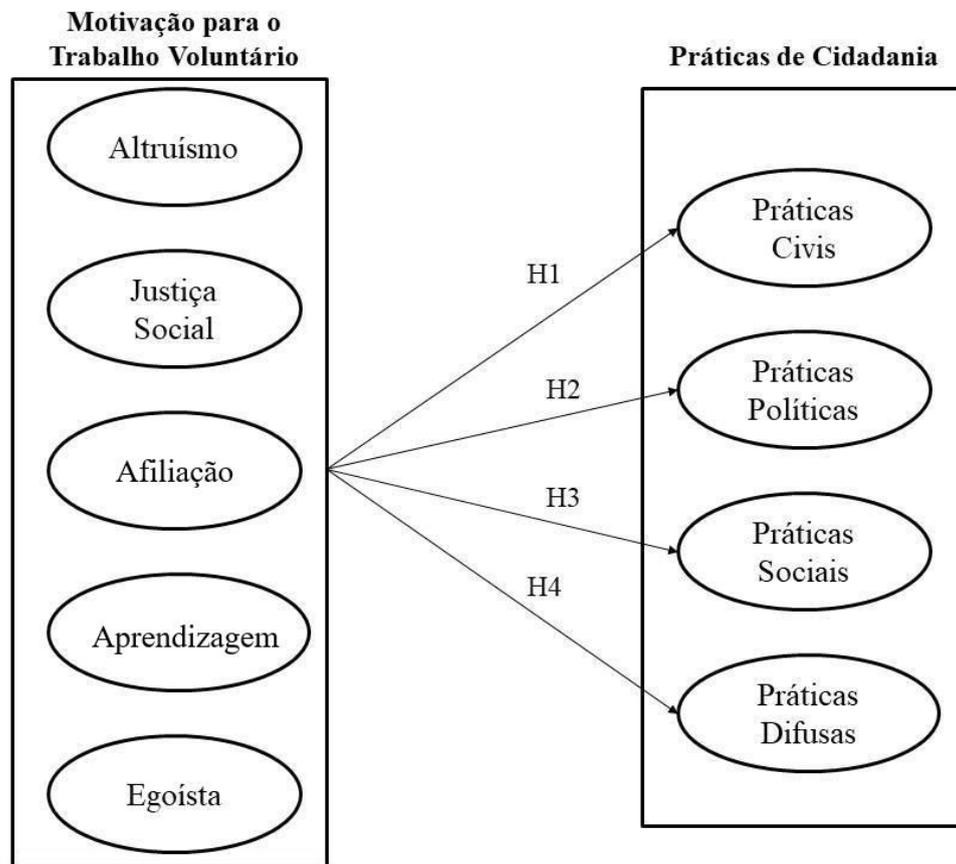
**(H3) As motivações para o voluntariado fomentam práticas sociais de cidadania.**

Por fim, a quarta hipótese relaciona o voluntariado às práticas difusas, que de acordo com Caldas (2020) estão voltadas às ações que demonstram a participação dos indivíduos na luta por demandas sociais atuais, decorrentes da evolução da humanidade e da transformação da sociedade no tempo. Nesse sentido, envolve questões sobre meio ambiente, discriminação, diversidade humana e racismo. Lie, Baines e Wheelock (2009) abordaram a cidadania integrada à diversidade humana em um grupo da terceira idade e constataram que o voluntariado é visto em termos instrumentais como uma rota de volta ao trabalho remunerado para aqueles que atualmente não estão ativos no mercado de trabalho por qualquer motivo. Kauchakje (2002) reflete sobre os novos formatos da participação social da sociedade civil organizada no contexto brasileiro, compreendendo a participação e gestão social como uma alternativa à ausência da mediação das políticas públicas e dos direitos relacionados à igualdade, na construção de laços sociais e de civilidade nas relações societárias, tendo como perspectiva a cidadania e a civilidade nas relações da sociedade. Assim, segue a quarta hipótese:

**(H4) As motivações para o trabalho voluntário fomentam práticas difusas de cidadania.**

A Figura 4 a seguir ilustra o modelo teórico a ser testado, estabelecendo as relações entre motivação e cidadania, considerando que a primeira influencia a segunda.

Figura 4 – Modelo teórico e hipóteses de pesquisa



Fonte: Caldas (2020)

Dessa forma, propõe-se analisar as relações entre a motivação voluntária e seus possíveis impactos sobre a cidadania, a partir da constatação empírica dos fatores motivacionais para o exercício do voluntariado e a ocorrência das dimensões das práticas de cidadania. A seguir, serão explicitados os aspectos metodológicos que serão percorridos nesta pesquisa.

### 5.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando o enfoque dessa proposta de estudo, que assume a percepção da realidade de forma mais concreta e objetiva, na qual existe um mundo igual para todos, fixo, estável, padronizável, que podem ser estudadas através de abordagens derivadas das ciências naturais pautadas na relação de causa e efeito (Burrell; Morgan, 2017). Deste modo, o direcionamento onto-epistemológico desse estudo segue o paradigma funcionalista e positivista, pois compreende uma realidade mais concreta e mensurável a partir de métodos quantitativos.

Quanto à natureza da pesquisa, esta é categorizada como aplicada, pois apresenta como

objetivo a geração de conhecimento para aplicação prática e imediata, dirigido à solução de problemas específicos.

Quanto à abordagem do problema, considera-se a pesquisa quantitativa, uma vez que será medida as relações entre dois fenômenos: motivação para o voluntariado e a cidadania, a partir do uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, coeficiente de variação, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, modelagem de equações estruturais).

Quanto aos objetivos da pesquisa, este trabalho pode ser classificado como um estudo descritivo, pois se propõe a descrever as características e analisar a percepção dos conselheiros voluntários sobre sua motivação para voluntariar e sobre suas práticas de cidadania.

É importante salientar que o GETS está executando o projeto de pesquisa “Efeitos comportamentais da participação cidadã em conselheiros voluntários dos Conselhos Regionais do Orçamento Democrático na Paraíba”, objetivando analisar a relação entre as motivações para o voluntariado e as práticas de cidadania. Deste modo, o presente trabalho compartilha deste mesmo objetivo, com isso terá como universo de pesquisa os conselheiros voluntários, membros dos 14 Conselhos Regionais do ODE no estado da Paraíba, que atualmente com 390 voluntários. A amostra foi composta por 245 conselheiros que atuaram voluntariamente nos Conselhos Regionais no período de 2020-2022.

A coleta de dados ocorreu entre novembro de 2022 e janeiro de 2023, via questionários enviados por aplicativos de mensagens, utilizando *Google Forms*, ou por chamada telefônica. Para tanto, foram utilizados como instrumentos dois questionários: um elaborado e validado por Cavalcante (2016), objetivando categorizar as motivações voluntárias, e outro elaborado e validado por Caldas (2020), para mensurar as práticas de cidadania. A seguir, são apresentadas no Quadro 11 as variáveis de pesquisa das duas escalas.

Quadro 11 – Itens de mensuração do instrumento (continua)

Dimensão	Indicador	Item de mensuração
<b>Motivação para o Trabalho Voluntário</b>		
<b>Altruísta (ALT)</b>	ALT_1	Permaneci porque tenho conseguido ajudar pessoas.
	ALT_2	Permaneci porque tenho conseguido mudar a vida das pessoas.
	ALT_3	Permaneci porque tenho levado esperança aos menos favorecidos.
	ALT_4	Permaneci porque vejo que as pessoas a que ajudo têm tido oportunidade de viver melhor.
	ALT_5	Permaneci porque considero meu trabalho importante.

Quadro 11 – Itens de mensuração do instrumento (continua)

<b>Dimensão</b>	<b>Indicador</b>	<b>Item de mensuração</b>
<b>Motivação para o Trabalho Voluntário</b>		
<b>Justiça Social (JUST)</b>	JUST_1	Permaneci porque sinto que estou ajudando as comunidades.
	JUST_2	Permaneci porque estou corrigindo injustiças sociais nas comunidades.
	JUST_3	Permaneci porque estou melhorando a qualidade de vida das comunidades.
	JUST_4	Permaneci porque estou colaborando na busca dos direitos sociais nas comunidades.
<b>Afiliação (AFIL)</b>	AFIL_1	Permaneci porque estou com pessoas com os mesmos interesses.
	AFIL_2	Permaneci porque sinto que estou fazendo parte de um grupo.
	AFIL_3	Permaneci porque estou fazendo novos amigos.
<b>Aprendizagem (APREN)</b>	APREN_1	Permaneci porque estou aprendendo a lidar com pessoas.
	APREN_2	Permaneci porque estou aprendendo novos conhecimentos.
	APREN_3	Permaneci porque estou tendo novos desafios e experiências.
	APREN_4	Permaneci porque estou aprendendo algo.
<b>Egoísta (EGO)</b>	EGO_2	Permaneci porque estou sendo reconhecido.
	EGO_3	Permaneci porque estou me sentindo melhor como pessoa.
	EGO_4	Permaneci porque estou com boa autoestima.
	EGO_5	Permaneci porque me sinto importante fazendo esse trabalho.
<b>Práticas de Cidadania</b>		
<b>Práticas Cívicas (PC)</b>	PC_2	Utilizo minha liberdade de expressão em prol de interesses coletivos: para participar, cobrar e opinar sem denegrir terceiros, por exemplo.
	PC_3	Associo-me com outras pessoas para procurar soluções de problemas coletivos.
	PC_4	Engajo-me em ações de proteção e enfrentamento à discriminação humana (de gênero, raça, idade, credo ou classe social).
<b>Práticas Políticas (PP)</b>	PP_1	Participo de ações que possam influenciar políticos ou representantes, como: protestos, manifestos, audiências públicas, conselhos etc.
	PP_2	Fiscalizo as ações realizadas por gestores públicos ou representantes da minha comunidade.
	PP_3	Participo ativamente do debate de propostas e da tomada de decisão em organizações políticas, públicas ou sociais.
	PS_5	Participo de discussões sobre questões sociais públicas, relacionadas à educação, saúde, segurança, transporte etc.

Quadro 11 – Itens de mensuração do instrumento (conclusão)

Dimensão	Indicador	Item de mensuração
<b>Práticas de Cidadania</b>		
<b>Práticas Sociais (PS)</b>	PS_1	Participo de ações sociais que atendam desafortunados e oprimidos.
	PS_2	Engajo-me em ações que busquem melhorias sociais para os grupos trabalhistas dos quais faço parte.
	PS_3	Engajo-me em ações que protegem os direitos humanos em prol da dignidade e igualdade entre as pessoas.
	PS_4	Denuncio quando os serviços sociais públicos não estão sendo bem ofertados, como nos casos de saúde, educação ou segurança.
<b>Práticas Difusas (PD)</b>	PA_1	Reutilizo, reaproveito e reciclo tudo o que for possível.
	PA_2	Realizo práticas de consumo consciente, como: comprar apenas o necessário, preferir produtos recicláveis ou sem utilização de mão-de- obra escrava etc.
	PA_3	Pratico ações de consumo colaborativo: troco, empresto ou compro produtos usados, evitando adquirir peças novas.
	PC_1	Procuro meios para mudar leis injustas.
	PC_5	Participo de discussões sobre temas que influenciam a integridade humana (aborto, desarmamento, pena de morte etc.).

Fonte: Adaptado de Caldas (2020); Cavalcante (2016)

Após a coleta, os dados foram exportados para uma planilha do Excel e, em seguida, as análises posteriores foram realizadas com o uso do pacote lavaan no RStudio, por meio do qual realizou-se a modelagem de equações estruturais (MEE) por apresentar um alto potencial de inter-relacionar conceitos e variáveis sociais, destacando-se, entre os métodos quantitativos de pesquisa social, devido a sua capacidade de articulação de variáveis sociais (McDonald; Ringo Ho, 2002; Vinokur; Schul, 2002).

A MEE permite avaliar um conjunto de relações dependentes que são testadas empiricamente por meio de modelos que operacionalizam a teoria (Hair *et al.*, 2009). Este método difere de outros por representar a relação entre variáveis dependentes e independentes e poder realizar análise fatorial e regressão múltipla simultaneamente (Hair *et al.*, 2009). Assim, esse método permitirá verificar a relação entre os construtos de motivação do voluntariado (Cavalcante, 2016) e de práticas de cidadania (Caldas, 2020).

## 5.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise fatorial exploratória (AFE) dos dois construtos, Motivação e Práticas de Cidadania, a partir do Modelo Estrutural de Motivação no Trabalho Voluntário (Cavalcante, 2016) e Escala de Práticas de Cidadania (Caldas, 2020) indicou algumas alterações nos modelos aplicados.

Nesse sentido, se faz relevante destacar que o instrumento aplicado, o modelo de Cavalcante (2016), após a AFE a escala ficou com 20 itens (ver quadro 11), devido a remoção do item tempo livre. Já a escala proposta por Caldas (2020), embora tenha sido validada no contexto nacional, após a AFE realizou-se as adaptações das variáveis, principalmente agrupando a dimensão ambiental com outros 2 itens, e renomeando para dimensão difusa, conforme quadro 11.

Após a AFE, foi realizada a análise fatorial confirmatória (AFC) em cada construto para confirmar as estruturas propostas no quadro 11. E, por fim, foi aplicada a modelagem de equações estruturais nos construtos e verificação das hipóteses.

### **Motivação**

A partir do método de estimação de máxima verossimilhança ou *Maximum Likelihood* (ML), utilizado na AFC, observa-se um bom ajuste global, conforme a maioria das medidas presentes na Tabela 22. Entretanto, percebe-se que o nível de significância, GFI, PGFI e RMSEA não ficaram adequados aos valores de referência, mostrando a necessidade de se analisar outras medidas estatísticas, que indicaram resultados satisfatórios.

Apesar do bom ajuste, o software indica sugestões de melhorias para o modelo. Com isso, criou-se um segundo modelo (M2) contendo cinco correlações entre os itens da mesma dimensão para manter uma coerência teórica. As correlações foram: no fator Altruísta entre os itens ALT\_1 e ALT\_2, no fator Afiliação entre os itens AFIL\_1 e AFIL\_2 e no fator Egoísta entre os itens EGO\_2 e EGO\_3, entre EGO\_2 e EGO\_4 e entre EGO\_4 e EGO\_3. Assim, estabeleceu-se as covariâncias de erro no intuito de abrandar a variância interna das dimensões. Diante destas modificações incluídas no modelo M2, percebe-se que as medidas melhoraram e foram consideradas aceitáveis, embora o qui-quadrado normalizado ( $\chi^2/g.l.$ ) não seja considerado excelente (entre 0 e 3).

Tabela 22 - Medidas de ajustamento do modelo de motivação

	Modelo M1	Modelo M2	Nível de aceitação
Qui-quadrado ( $\chi^2$ )	747,503	683,046	-
Graus de liberdade (g.l.)	160,000	155,000	Maior que 1
Nível de probabilidade	0,000	0,000	Maior que 0,05
Média padronizada dos resíduos (SRMR)	0,083	0,082	Inferior a 1
Índice da bondade do ajustamento (GFI)	0,771	0,790	Maior que 0,90
Qui-quadrado normalizado (/g.l.)	4,672	4,407	Menor que 5
Índice de ajustamento comparativo (CFI)	0,869	0,882	Próximo a 1
Índice de ajustamento normalizado (NFI)	0,840	0,854	Próximo a 1
Índice de ajustamento Tucker-Lewis (TLI)	0,844	0,856	Próximo a 1
IFI	0,870	0,883	Próximo a 1
Índice de parcimônia ajustado (PGFI)	0,587	0,583	Maior que 0,60
Índice de parcimônia normalizado (PNFI)	0,707	0,696	Maior que 0,60
Raiz do erro quadrático médio aprox. (RMSEA)	0,122	0,118	Inferior a 0,08

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Seguindo para a verificação da validade e da confiabilidade do modelo referente à validade da dimensão, trazemos a validade convergente (que mede a convergência de indicadores do construto) e a discriminante (refere-se ao grau em que duas medidas, designadas para medir construtos diferentes são realmente diferentes). Analisando as cargas fatoriais dos itens na Tabela 23, observa-se que todas estão aceitáveis, pois todas as cargas fatoriais estão acima de 0,6, indicando um bom resultado.

Tabela 23 - Escores fatoriais e grau de significância das dimensões da motivação

Fator/Item	Sig.	Escore Fatorial	Fator/Item	Sig.	Escore Fatorial
Altruísta			Afiliativo		
ALT_1	0,00	0,755	AFIL_1	0,00	0,691
ALT_2	0,00	0,854	AFIL_2	0,00	0,745
ALT_3	0,00	0,887	AFIL_3	0,00	0,722
ALT_4	0,00	0,945	Aprendizado		
ALT_5	0,00	0,652	APREN_1	0,00	0,637
Justiça Social			APREN_2	0,00	0,944
JUST_1	0,00	0,899	APREN_3	0,00	0,926
JUST_2	0,00	0,860	APREN_4	0,00	0,904
JUST_3	0,00	0,935	Egoísta		
JUST_4	0,00	0,772	EGO_2	0,00	0,727
			EGO_3	0,00	0,779
			EGO_4	0,00	0,771
			EGO_5	0,00	0,711

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

A análise da variância extraída do construto (AVE), da confiabilidade e do alpha de Cronbach, sendo referenciados pela confiabilidade composta ( $CC \geq 0,7$ ), alpha de Cronbach ( $\alpha \geq 0,7$ ) e  $AVE \geq 0,5$ , pois as AVEs maiores que 0,50 admite-se que o modelo converge a um

resultado satisfatório (Fornell e Larcker, 1981).

Após se garantir a Validade Convergente por meio da AVE, foram observados os valores da consistência interna, alfa de Cronbach (AC) e Confiabilidade Composta (CC), para se avaliar se a amostra está livre de vieses e/ou verificar se as respostas são confiáveis em seu conjunto. São considerados adequados em pesquisas exploratórias valores do AC acima de 0,60 e 0,70 e são considerados satisfatórios valores de 0,70 e 0,90 do CC (Hair et al., 2014).

Com isso, a Tabela 24 mostra as correlações geradas pelo modelo, os índices de confiabilidade (alpha de Cronbach e CC), uma matriz quadrada para análise da validade discriminante e destacada em negrito, na diagonal principal, os valores da raiz quadrada da AVE e nas demais células a variância compartilhada. Os resultados apresentam evidências de confiabilidade do conjunto dos itens da escala.

Tabela 24 - Índices para a análise de validade convergente e discriminante obtidos pelo método ML dos construtos da motivação.

	1	2	3	4	5	Total
Altruísta	<b>0,838</b>					
Justiça Social	0,938	<b>0,868</b>				
Afiliação	0,669	0,714	<b>0,718</b>			
Aprendizagem	0,596	0,623	0,920	<b>0,836</b>		
Egoísta	0,598	0,617	0,758	0,552	<b>0,746</b>	
Alpha de Cronbach	0,910	0,921	0,793	0,897	0,823	0,947
CC	0,912	0,926	0,727	0,909	0,841	0,944
AVE	0,703	0,754	0,516	0,699	0,557	0,642

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

De modo geral, a escala apresenta bons índices com CC (0,944) e alpha de Cronbach (0,947). Ao observar de maneira individualizada a confiabilidade composta percebemos que tanto a CC como o alpha de Cronbach de todos estão acima do nível de aceitação, apresentando bons resultados. Ainda, os valores da AVE também foram analisados e todos os fatores apresentaram-se acima do valor de referência, mostrando um bom resultado entre os fatores.

Embora o modelo tenha apresentado um bom resultado, foi realizada a avaliação das dimensões reunindo seus itens em uma só dimensão. Assim, seis novos modelos (M3, M4, M5, M6, M7 e M8) foram criados, para avaliar a associação entre os fatores, a partir do teste da diferença do qui-quadrado, por meio da anova (ver Tabela 25). Com isso, para essa análise fixou-se a correlação entre dois fatores como sendo um e verificou se há diferença significativa entre o modelo (fixado) e o modelo livre por meio do teste da diferença do qui-quadrado ( $\chi^2$ ).

Tabela 25 - Teste da diferença do qui-quadrado ( $\chi^2$ ) dos construtos da motivação

	$\chi^2$	gl	P		GFI	CFI	TLI	RMSEA	SRMR	Teste
M2	683.046	155	0,00	4.406	0.79	0.882	0.856	0.118	0.082	
M3 (ALT=JUST)	758.366	163	0,00	4.652	0.765	0.867	0.845	0.122	0.084	M3-M2 (8)=75,32 p=0,00
M4 (ALT=AFIL)	872.169	163	0,00	5.350	0.734	0.842	0.816	0.133	0.113	M4-M2 (8)=189,12 p=0,00
M5 (ALT=APREN)	851.945	163	0,00	5.226	0.739	0.846	0.821	0.131	0.114	M5-M2 (8)=168,9 p=0,00
M6 (JUST=AFIL)	856.897	163	0,00	5.257	0.742	0.845	0.819	0.132	0.109	M6-M2 (8)=173,85 p=0,00
M7 (JUST=APREN)	838.924	163	0,00	5.146	0.747	0.849	0.824	0.13	0.109	M7-M2 (8)=155,88 p=0,00
M8 (AFIL=APREN)	751.415	163	0,00	4.609	0.77	0.869	0.847	0.121	0.083	M8-M2 (8)=68,369 p=0,00

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Conforme os dados na Tabela 25, observa-se que a diferença foi estatisticamente significativa ( $p < 0,05$ ) entre os modelos criados e o M2 e, portanto, não se pode afirmar que os fatores são iguais. Como o modelo livre (M2) apresenta melhor ajuste ( $< \chi^2$ ), percebe-se que há validade discriminante no modelo. Com isso, o modelo livre (M2) será mantido como base para a confirmação do modelo conceitual.

Na Figura 5 a seguir, verificamos como ficou a estrutura dos construtos e seus itens que fazem parte da dimensão motivação essa estrutura foi validada pela análise.

Figura 5 - Diagrama das dimensões e itens que compõem o construto motivação.



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Então, a partir dessas análises verificamos que cada dimensão é importante para o modelo e que a estrutura adotada apresenta resultados que indicam que o modelo é válido apresentando resultados de confiabilidade e escala que contribuem para esta análise.

### Práticas de Cidadania

Após verificarmos o construto Motivação onde o resultado é que a sua estrutura é válida, vamos fazer a AFC do construto Práticas de Cidadania. Iniciando as análises da AFC a partir do método de estimação máxima verossimilhança ou *Maximum Likelihood* (ML), observa-se um bom ajuste global, conforme a maior parte das medidas presentes na Tabela 26. Embora o nível de significância não tenha ficado adequado ao valor de referência ( $p > 0,05$ ) e o GFI ficou bem próximo do nível de aceitação, a análise das outras medidas estatísticas mostraram-se satisfatórias.

Apesar do bom ajuste, o software sugeriu recomendações de melhorias para o modelo ao estabelecer covariâncias entre os erros de mensuração das variáveis. Diante disso, criou-se um segundo modelo (M2) contendo três correlações indicadas pelo programa, entre itens da mesma dimensão para manter uma coerência teórica. As correlações foram: no fator Práticas Políticas entre os itens PP\_2 e PS\_5, no fator Práticas Difusas entre os itens PA\_1 e PC\_5 e entre PC\_1 e PC\_5. Assim, estabelecendo essas covariâncias de erro no intuito de diminuir a variância interna das dimensões. Diante das modificações incluídas no modelo M2, observa-se que as medidas melhoraram e embora o qui-quadrado normalizado ( $\chi^2/g.l.$ ) não seja considerado excelente (entre 0 e 3), é aceitável devido ao tamanho da amostra.

Tabela 26 - Medidas de ajustamento do modelo de Práticas de Cidadania (continua)

	Modelo M1 Inicial	Modelo M2 Reespecificado	Nível de aceitação
Qui-quadrado ( $\chi^2$ )	345,489	293,920	-
Graus de liberdade (g.l.)	98,000	95,000	Maior que 1
Nível de probabilidade	0,000	0,000	Maior que 0,05
Média padronizada dos resíduos (SRMR)	0,086	0,079	Inferior a 1
Índice da bondade do ajustamento (GFI)	0,848	0,872	Maior que 0,90
Qui-quadrado normalizado (/g.l.)	3,525	3,094	Menor que 5
Índice de ajustamento comparativo (CFI)	0,883	0,906	Próximo a 1
Índice de ajustamento normalizado (NFI)	0,846	0,869	Próximo a 1
Índice de ajustamento Tucker-Lewis (TLI)	0,857	0,881	Próximo a 1
IFI	0,884	0,907	Próximo a 1

Tabela 26 - Medidas de ajustamento do modelo de Práticas de Cidadania (conclusão)

	Modelo M1 Inicial	Modelo M2 Reespecificado	Nível de aceitação
Índice de parcimônia ajustado (PGFI)	0,611	0,609	Maior que 0,60
Índice de parcimônia normalizado (PNFI)	0,691	0,688	Maior que 0,60
Raiz do erro quadrático médio aprox. (RMSEA)	0,102	0,092	Inferior a 0,08

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Analisando as cargas fatoriais dos itens de cada dimensão, para verificar a validade e a confiabilidade do modelo. No que se refere à validade do construto, temos a validade convergente (que mede a convergência de indicadores da dimensão) onde a significância de todos os itens indica que os itens são válidos e a discriminante que são as cargas também apresentam resultados bons. Analisando as cargas fatoriais dos itens na Tabela 27, observa-se que todas estão acima de 0,6, apresentando um bom resultado.

Tabela 27 - Escores fatoriais e grau de significância das dimensões das Práticas de Cidadania

Fator/Item	Sig.	Escore Fatorial	Fator/Item	Sig.	Escore Fatorial
Práticas Cívicas			Práticas Sociais		
PC_2	0,00	0,660	PS_1	0,00	0,784
PC_3	0,00	0,640	PS_2	0,00	0,693
PC_4	0,00	0,751	PS_3	0,00	0,812
Práticas Políticas			PS_4	0,00	0,672
PP_1	0,00	0,575	Práticas Ambientais		
PP_2	0,00	0,606	PA_1	0,00	0,743
PP_3	0,00	0,781	PA_2	0,00	0,876
PS_5	0,00	0,900	PA_3	0,00	0,638
			PC_1	0,00	0,750
			PC_5	0,00	0,685

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

A Tabela 28 apresenta a tabela de correlações gerada pelo modelo, os índices de confiabilidade (alpha e CC), uma matriz quadrada para análise da validade discriminante e destacada em negrito, na diagonal principal, os valores da raiz quadrada da AVE (variância extraída da dimensão) e nas demais células a variância compartilhada. De modo geral, a escala apresenta ótimos índices em relação à confiabilidade composta (0,949) e ao alpha de Cronbach (0,800), com todas as dimensões apresentando a confiabilidade composta e o alpha de Cronbach acima de 0,7, mostrando que as dimensões mostram bons resultados.

Tabela 28 - Índices para a análise de validade convergente e discriminante obtidos pelo método ML das dimensões da Prática de Cidadania

	1	2	3	4	Total
Práticas Cívicas	<b>0,695</b>				
Práticas Políticas	0,931	<b>0,703</b>			
Práticas Sociais	0,957	0,841	<b>0,732</b>		
Práticas Difusas	0,451	0,333	0,635	<b>0,736</b>	
Alpha de Cronbach	0,720	0,765	0,817	0,855	0,880
CC	0,732	0,835	0,817	0,837	0,949
AVE	0,484	0,495	0,536	0,542	0,530

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Ainda, ao analisar os valores AVE (referência  $AVE \geq 0,5$ ), percebe-se que o fator Práticas Cívicas (0,484) e Práticas Políticas (0,495) ficaram abaixo do valor ideal, porém muito próximos do valor de referência, representando um resultado aceitável. No entanto, o modelo ainda não se valida, mostrando assim, a necessidade de avaliação das variáveis reunindo seus itens em uma só dimensão. Desta forma, três novos modelos (M3, M4 e M5) foram criados, para avaliar a associação entre os fatores, a partir do teste da diferença do qui-quadrado, por meio da anova (ver Tabela 29). Em seguida, foi fixado a correlação entre dois fatores como sendo um e verificou se há diferença significativa entre o modelo (fixado) e o modelo livre por meio do teste da diferença do qui-quadrado ( $\chi^2$ ).

Tabela 29 - Teste da diferença do qui-quadrado ( $\chi^2$ ) das dimensões das práticas de cidadania

	$\chi^2$	Gl	P		GFI	CFI	TLI	RMSEA	SRMR	Teste
M2	293.92	95	0,00	3.093	0.872	0.906	0.881	0.092	0.079	
M3 (PS=PP)	327.246	97	0,00	3.373	0.857	0.891	0.865	0.098	0.091	M3-M2 (2)=33,326 p=0,00
M4 (PS=PC)	314.338	97	0,00	3.240	0.859	0.897	0.873	0.096	0.084	M4-M2 (2)=20,418 p=0,00
M5 (PP=PC)	314.338	97	0,00	3.240	0.859	0.897	0.873	0.096	0.084	M5-M2 (2)=17,269 p=0,00

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

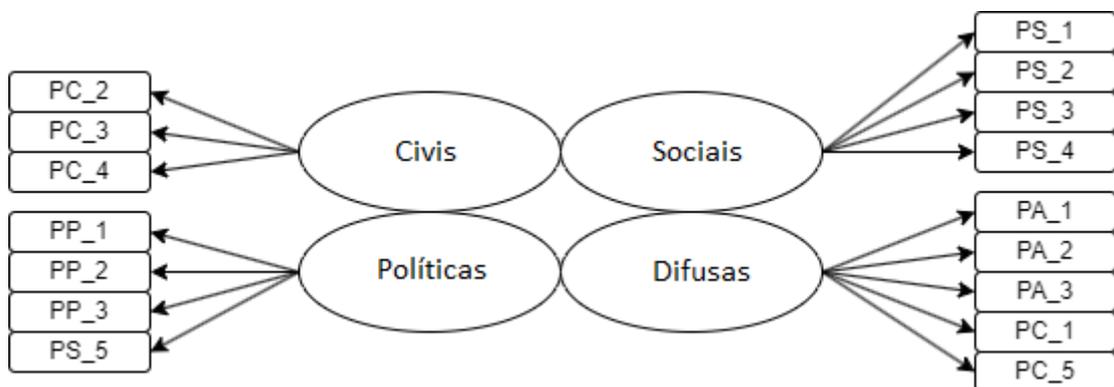
Conforme a Tabela 29, observa-se que a diferença foi estatisticamente significativa ( $p < 0,05$ ) entre os modelos (M3, M4 e M5) e o M2 e, portanto, não se pode afirmar que os fatores são iguais. O modelo livre (M2) apresenta melhor ajuste ( $< \chi^2$ ), percebe-se que há validade discriminante no modelo. Nesse sentido, o modelo livre (M2) será mantido como base para a

confirmação do modelo conceitual. Outro resultado interessante é o erro nos modelos em RMSEA e SRMR, onde os modelos M3, M4 e M5 apresentam um aumento quando comparado com o modelo M2.

A seguir, na Figura 6, verificamos como ficou a estrutura dos construtos e seus itens que fazem parte da dimensão práticas de cidadania essa estrutura foi validada pela análise.

Figura 6 - Diagrama das dimensões e itens que compõem o construto práticas de cidadania

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).



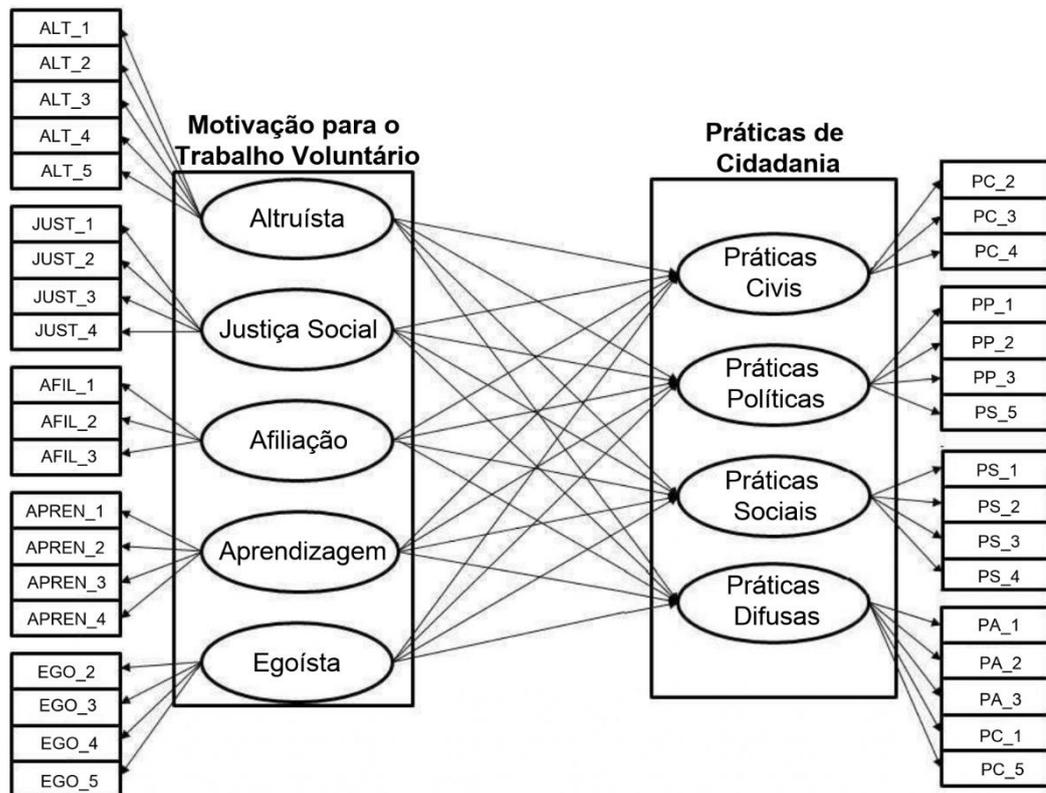
A partir dessas análises, verificamos que cada dimensão é importante para o modelo e que o padrão formado a partir da estrutura adotada, apresentam resultados que indicam que o modelo é válido apresentando resultados de confiabilidade e escala que contribuem para esta análise.

### **Equações estruturais nas dimensões e verificando as hipóteses.**

O presente estudo propõe que as motivações podem explicar as práticas de cidadania. Considerando o modelo estrutural de motivação para o trabalho voluntário proposto por Cavalcante (2016), é possível identificar cinco perfis motivacionais: altruísta, justiça social, afiliação, aprendizagem e egoísta. E, com a escala de práticas de cidadania desenvolvida por Caldas (2020), que aborda as áreas civil, política, social e difusa.

Nesse sentido, propõe-se o teste do modelo teórico estabelecido (Figura 7), a partir das duas escalas que mensuram os construtos de pesquisa: i) a motivação do trabalho voluntário, proposta por Cavalcante (2016), e ii) as práticas de cidadania, desenvolvida por Caldas (2020).

Figura 7 - Modelo teórico de avaliação da influência da motivação para o trabalho voluntário sobre as práticas de cidadania



Fonte: Adaptado de Caldas (2020)

Com o intuito de analisar a relação entre os construtos motivação e práticas de cidadania usamos o modelo de equações estruturais com esses dois construtos e todas as suas dimensões. Utilizando o método de estimação da Máxima Verossimilhança (MV), inicia-se os procedimentos de avaliação da qualidade do ajustamento do modelo, ou seja, avaliar o quão bem o modelo teórico é capaz de reproduzir a estrutura correlacional das variáveis. Inicialmente, observa-se que apresenta um ajuste aceitável do modelo, conforme as medidas presentes na Tabela 30, na coluna de Modelo Inicial (M1). Apenas o nível de significância, o GFI, o CFI e o NFI não ficaram tão adequados aos valores de referência.

Para melhorar a qualidade do modelo, o software sugeriu estabelecer covariâncias entre alguns erros de mensuração das variáveis. Assim, criou-se um segundo modelo (M2), acatando as modificações sugeridas de correlações apenas entre itens da mesma dimensão para manter uma coerência teórica. Ao todo, foram seis correlações efetuadas, no intuito de minimizar a variância interna das dimensões. Com as modificações incluídas, percebe-se que as medidas

apresentaram um melhor resultado, onde os valores se aproximaram do aceitável. De modo geral, M2 apresentou bons resultados, validando o modelo.

Tabela 30 - Medidas de ajustamento do modelo de motivação e práticas de cidadania

	Modelo M1 Inicial	Modelo M2 Reespecificado	Nível de aceitação
Qui-quadrado ( $\chi^2$ )	1.784,501	1.683,956	-
Graus de liberdade (g.l.)	558,000	552,000	Maior que 1
Nível de probabilidade	0,000	0,000	Maior que 0,05
Média padronizada dos resíduos (SRMR)	0,087	0,086	Inferior a 1
Índice da bondade do ajustamento (GFI)	0,702	0,716	Maior que 0,90
Qui-quadrado normalizado (/g.l.)	3,198	3,051	Menor que 5
Índice de ajustamento comparativo (CFI)	0,830	0,843	Próximo a 1
Índice de ajustamento normalizado (NFI)	0,772	0,785	Próximo a 1
Índice de ajustamento Tucker-Lewis (TLI)	0,808	0,821	Próximo a 1
IFI	0,832	0,845	Próximo a 1
Índice de parcimônia ajustado (PGFI)	0,588	0,594	Maior que 0,60
Índice de parcimônia normalizado (PNFI)	0,684	0,688	Maior que 0,60
Raiz do erro quadrático médio aprox. (RMSEA)	0,095	0,091	Inferior a 0,08

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Analisando a confiabilidade individual das variáveis manifestas (Tabela 31), observa-se que em todos os fatores, tanto de motivação como de práticas de cidadania, as variáveis latentes tiveram p-valor significativo ( $p < 0,05$ ), em que cada variável latente (fator) pode ser explicada pelas variáveis observadas.

Tabela 31 - Análise da confiabilidade individual das variáveis manifestas (continua)

	Itens	P- valor	$\beta$	Confia.		Itens	P- valor	$\beta$	Confia.
<b>Motivação</b>					<b>Práticas de Cidadania</b>				
Altruísta	ALT_1	0,00	1,704	a=0,910 CC=0,911 AVE=0,702	Práticas Civis	PC_2	0,00	1,041	a=0,720 CC=0,731 AVE=0,482
	ALT_2	0,00	1,914			PC_3	0,00	1,034	
	ALT_3	0,00	1,931			PC_4	0,00	1,464	
	ALT_4	0,00	1,920		Práticas Políticas	PP_1	0,00	1,286	
	ALT_5	0,00	0,966			PP_2	0,00	1,051	
Justiça Social	JUST_1	0,00	1,742	a=0,921 CC=0,928 AVE=0,756	Práticas Políticas	PP_3	0,00	1,303	a=0,765 CC=0,744 AVE=0,440
	JUST_2	0,00	1,836			PS_5	0,00	1,304	
	JUST_3	0,00	1,861		Práticas Sociais	PS_1	0,00	1,490	
	JUST_4	0,00	1,544			PS_2	0,00	1,876	
Afiliação	AFIL_1	0,00	1,548	a=0,793 CC=0,810 AVE=0,573	Práticas Sociais	PS_3	0,00	1,578	a=0,817 CC=0,817 AVE=0,535
	AFIL_2	0,00	1,511			PS_4	0,00	1,337	

Tabela 31 - Análise da confiabilidade individual das variáveis manifestas (conclusão)

	Itens	P-valor	$\beta$	Confia.		Itens	P-valor	$\beta$	Confia.
<b>Motivação</b>					<b>Práticas de Cidadania</b>				
	AFIL_3	0,00	1,569		Práticas Difusas	PA_1	0,00	2,257	a=0,855 CC=0,843 AVE=0,547
Aprendizagem	APREN_1	0,00	1,572	a=0,897 CC=0,921 AVE=0,707		PA_2	0,00	2,730	
	APREN_2	0,00	1,841			PA_3	0,00	1,978	
	APREN_3	0,00	1,664			PC_1	0,00	3,000	
	APREN_4	0,00	1,695			PC_5	0,00	2,929	
Egoísta	EGO_2	0,00	2,509	a=0,823 CC=0,886 AVE=0,597					
	EGO_3	0,00	1,911						
	EGO_4	0,00	2,172						
	EGO_5	0,00	1,517						

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Ao analisar as regressões do modelo (Tabela 32), percebe-se que a influência dos fatores motivacionais difere dependendo da prática de cidadania a que se relaciona: as práticas no âmbito civil só podem ser explicadas pelos fatores altruísmo e afiliação ( $p < 0,05$ ); as práticas políticas sofrem influência dos fatores altruísmo, justiça social e afiliação; as práticas sociais sofrem influência do fator altruísta com ( $P < 0,05$ ); e, as práticas difusas sofrem influência apenas do fator aprendizagem com ( $p < 0,05$ ). Esses resultados estão considerando o nível de significância de 5% e se baseiam na amostra. Vale salientar que, por se tratar de ciências sociais e do estudo do comportamento humano, há sempre a concorrência entre conceitos para a tentativa de explicação de um fenômeno. Nesse sentido, não há linearidade exclusiva de que a motivação possa explicar 100% do comportamento cidadão, mas há evidências significativas de interferência.

Tabela 32 - Resultados das regressões múltiplas da MEE

	$\beta$	P-valor	$\beta$	P-valor	$\beta$	P-valor	$\beta$	P-valor	$\beta$	P-valor
	Altruísta		Justiça Social		Afiliação		Aprendizagem		Egoísta	
Civis	0,317	0,032	-0,174	0,202	0,532	0,035	-0,047	0,771	-0,080	0,102
Políticas	0,718	0,003	-0,633	0,021	0,775	0,038	-0,079	0,738	-0,068	0,285
Sociais	0,675	0,001	-0,278	0,191	0,450	0,091	-0,216	0,252	0,005	0,940
Difusas	0,305	0,393	0,537	0,160	0,076	0,828	-0,678	0,020	0,075	0,473

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Com as múltiplas regressões, conseguimos verificar as hipóteses da relação entre o construto motivação e práticas de cidadania. Um p-valor abaixo de 0,05 indica que o fator A fomenta ou influencia o fator B, considerando um nível de significância de 5%. É importante lembrar que os resultados obtidos nos modelos são baseados na amostra estudada. Portanto, se

o fator A fomenta o fator B, esse resultado ocorreu nesta amostra e pode não ocorrer em outras amostras.

Analisando por tipo de motivação, as motivações altruístas têm potencial de explicação sobre as dimensões civil, política e social. Pelo entendimento das características da motivação altruísta, já se esperava a influência desta nas ações de cidadania. O fator altruísta agrega uma percepção social e universal por parte dos conselheiros voluntários, com ações voltadas para o outro (Cavalcante, 2016). Por apresentar essa característica mais universal, ele tende a se preocupar mais com os outros do que consigo mesmo e, portanto, com o coletivo, aproximando o conceito de cidadania, neste caso, com as práticas civis (voltadas mais para uma boa relação entre as pessoas), políticas (buscando a participação social no governo) e sociais (com foco no bem-estar da sociedade, principalmente, dos desafortunados e oprimidos).

Nesse sentido, pesquisas empíricas revelam o fator altruísta como uma das principais motivações para o exercício do trabalho voluntário, corrobora com os achados de Ageu (2015), Aquino (2015) e Lemos (2016) que desenvolveram estudos de motivação voluntária identificando em seus resultados o altruísmo como uma das maiores médias presentes nos voluntários. Convergentemente, os estudos de Ferraz (2017), Amorim (2018) e Caldas (2020) encontraram nas motivações altruístas potencial de explicação sobre as dimensões civil, política e social.

No que se refere a gestão de voluntários, os indivíduos com o perfil motivacional altruísta tendem a apresentar um melhor desempenho cidadão nas três esferas das práticas de cidadania (civil, política e social) e, por isso, devem ser ponderados pelos gestores públicos como forma de fomentar a cidadania, quando for ocorrer a formação dos conselhos.

O fator justiça social apresenta influências nas práticas políticas de cidadania. Este fator apresenta indicadores característicos de justiça social e igualdade, envolvendo motivos relativos ao comportamento vinculado à busca da cidadania em perspectiva local (Cavalcante, 2016). Percebe-se que os voluntários envolvidos nos conselhos possuem um nível de motivação voltada para a melhoria da localidade onde estão inseridos e para o auxílio a aqueles que se encontram em maiores necessidades, sejam em suas comunidades e municípios ou no contexto regional, considerando o campo de atuação dos conselheiros voluntários participantes deste estudo. Estes achados corroboram com os estudos anteriores realizados por Caldas (2020), Amorim (2018), Ferraz (2017) e Cavalcante (2016).

As motivações de afiliação também apresentaram potencial poder sobre as práticas de cidadania nas dimensões civil e política. Esse fator de afiliação reúne as motivações vinculadas ao bem-estar social por meio da partilha de pertencimento a um contexto (Cavalcante, 2016).

Nesse sentido, Ferraz (2017) aponta que ao mesmo tempo em que os voluntários contribuem, também consideram importante conhecer amigos, fortalecer laços de amizade e/ou fazer parte de um grupo que partilhe dos mesmos interesses. Os achados de Ferraz (2017) corroboram com os resultados deste estudo.

O quarto fator analisado, a aprendizagem, reúne o interesse do voluntário em autodesenvolver-se por meio de ações que estimulam o intelecto como a aquisição de novas habilidades e competências à medida que o mesmo promove o bem do próximo Cavalcante (2016). Nesse sentido, a análise da motivação para a aprendizagem influencia as práticas difusas, que envolve a participação dos indivíduos na luta por novas demandas da sociedade, decorrentes da evolução da humanidade e da transformação desta no tempo (Caldas, 2020). Esse resultado pode ser compreendido devido as questões abordarem temas atuais como meio ambiente, discriminação, diversidade humana e racismo, buscando assim conhecer os temas emergentes. Cabe ressaltar que o fator aprendizagem apresentou relação apenas com as práticas difusas, esse não era um resultado esperado. Diante disso, se faz necessário investigar (com outras formas ou metodologias) em estudos futuros o porquê da ausência de relação com as demais práticas.

Por fim, as motivações egoístas não apresentaram nenhuma influência no desempenho cidadão da amostra nas esferas civil, política, social e difusa. Tal resultado leva a refletir que as práticas de cidadania estão alinhadas aos interesses coletivos. Cavalcante (2016) aponta as motivações egoístas como aquelas centradas no eu, na satisfação própria, na sensação de privilégios, de status e de proteção, estando o voluntário interessado na construção e projeção da autoimagem ou na promoção pessoal junto aos indivíduos e coletividades. Isso diverge do perfil apresentado pela amostra, possivelmente, uma explicação pode estar relacionada ao contexto analisado, uma vez que os conselhos em questão se debruçam por interesses coletivos e regionais. No entanto, faz-se necessário um maior aprofundamento sobre a ausência dessas relações.

Ao sintetizar os resultados, percebe-se que as motivações de altruísmo e afiliação são as que mais apresentam potencial de explicação das práticas de cidadania, confirmando a premissa de pesquisa de que, quanto mais próximos às motivações altruístas e de afiliação, mais os voluntários tendem a se envolver com questões coletivas e, conseqüentemente, com a cidadania.

As motivações de justiça social e de aprendizado apresentou influência sobre as práticas políticas e difusas de cidadania, respectivamente. E a motivação egoísta não influenciou nenhuma das práticas de cidadania. O Quadro 12 retoma as hipóteses, considerando cada fator.

Quadro 12 – Resultado do teste hipóteses do modelo teórico através da regressão

Hipótese	Descrição	p-valor	Decisão
<b>H1 – As motivações para o trabalho voluntário fomentam práticas civis de cidadania</b>	As motivações altruístas fomentam práticas civis de cidadania.	$p < 0,05$	Confirmar
	As motivações de justiça social fomentam práticas políticas de cidadania.	$p \geq 0,05$	Rejeitar
	As motivações afiliativas fomentam práticas civis de cidadania.	$p < 0,05$	Confirmar
	As motivações de aprendizado fomentam práticas civis de cidadania.	$p \geq 0,05$	Rejeitar
	As motivações egoístas fomentam práticas civis de cidadania.	$p \geq 0,05$	Rejeitar
<b>H2 – As motivações para o trabalho voluntário fomentam práticas políticas de cidadania</b>	As motivações altruístas fomentam práticas políticas de cidadania.	$p < 0,05$	Confirmar
	As motivações de justiça social fomentam práticas políticas de cidadania.	$p < 0,05$	Confirmar
	As motivações afiliativas fomentam práticas políticas de cidadania.	$p < 0,05$	Confirmar
	As motivações de aprendizado fomentam práticas políticas de cidadania.	$p \geq 0,05$	Rejeitar
	As motivações egoístas fomentam práticas políticas de cidadania.	$p \geq 0,05$	Rejeitar
<b>H3 – As motivações para o trabalho voluntário fomentam práticas sociais de cidadania</b>	As motivações altruístas fomentam práticas sociais de cidadania.	$p < 0,05$	Confirmar
	As motivações de justiça social fomentam práticas sociais de cidadania.	$p \geq 0,05$	Rejeitar
	As motivações afiliativas fomentam práticas sociais de cidadania.	$p \geq 0,05$	Rejeitar
	As motivações de aprendizado fomentam práticas sociais de cidadania.	$p \geq 0,05$	Rejeitar
	As motivações egoístas fomentam práticas sociais de cidadania.	$p \geq 0,05$	Rejeitar
<b>H4 – As motivações para o trabalho voluntário fomentam práticas difusas de cidadania</b>	As motivações altruístas fomentam práticas difusas de cidadania.	$p \geq 0,05$	Rejeitar
	As motivações de justiça social fomentam práticas difusas de cidadania.	$p \geq 0,05$	Rejeitar
	As motivações afiliativas fomentam práticas difusas de cidadania.	$p \geq 0,05$	Rejeitar
	As motivações de aprendizado fomentam práticas difusas de cidadania.	$p < 0,05$	Confirmar
	As motivações egoístas fomentam práticas difusas de cidadania.	$p < 0,05$	Rejeitar

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Os resultados deste estudo confirmam a relação entre as motivações e as práticas de cidadania, embora esta não ocorra de maneira homogênea. Essa conexão é explicada principalmente pelas motivações altruístas e de afiliação. Com isso, confirma-se que existem

tanto evidências teóricas da relação entre voluntariado e cidadania quanto à comprovação pelos resultados empíricos deste estudo. Esse resultado corrobora com os achados de Caldas (2020), Amorim (2018) e Ferraz (2017).

## 5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo contempla os construtos motivação e cidadania. Para o primeiro, optou-se por analisá-lo à luz das motivações do trabalho voluntário, adotando o Modelo Estrutural de Motivação no Trabalho Voluntário proposto por Cavalcante (2016), que explica as motivações de permanência em atividades voluntárias em cinco dimensões: altruísta, justiça social, afiliação, aprendizagem e egoísta. E, o segundo, a partir da escala de práticas de cidadania desenvolvida por Caldas (2020), que considera o conceito de cidadania a partir dos três direitos - civil, político e social - apontados por Marshall (1967), acrescido de um outro fator, as práticas difusas, para medir a composição da cidadania.

Diante disso, o presente estudo teve por objetivo analisar as relações entre a motivação para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania por meio da percepção dos conselheiros voluntários que atuaram no ODE, no período de 2020-2022. Para tanto, adotou-se uma abordagem quantitativa, com o intuito de solucionar a seguinte problemática: quais as relações entre a motivação para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania?

O resultado deste trabalho aponta que há relações entre o voluntariado com as práticas de cidadania, considerando que as ações voluntárias tendem a desenvolver e/ou melhorar o desempenho do cidadão. Esse resultado, corrobora com as contribuições teóricas e achados de autores como Musick e Wilson (2008), Pinsky e Pinsky (2016), Ferraz (2017), Amorim (2018) e Caldas (2020) que defendem a relação entre o voluntariado e a prática ativa da cidadania.

Os resultados confirmam que há tanto evidências teóricas como empíricas da relação entre voluntariado e cidadania, corroborando com os achados de Caldas (2020), Amorim (2018) e Ferraz (2017).

Uma limitação deste estudo é a tentativa de capturar um fenômeno altamente subjetivo por meios quantitativos, bem como a limitação do tempo, que impossibilitou discussões mais aprofundadas. No entanto, a partir das análises aqui realizadas, constatou-se que a atuação voluntária está relacionada de forma positiva com o entendimento e exercício de uma cidadania ativa, esse resultado está de acordo com os estudos Ferraz (2017), Amorim (2018) e Caldas (2020).

Outro fator limitante diz respeito à escala abordar questões subjetivas importantes que

podem induzir ao viés da conformidade social, ou seja, os sujeitos responderem aquilo que se espera (teoria esposada) e não aquilo que se pratica (teoria em uso).

Quanto às novas pesquisas, deve ser destacada a necessidade de buscar a elaboração de um novo instrumento voltado para a mensuração da motivação do trabalho voluntário no primeiro setor, considerando que o resultado não pode ser generalizado, uma vez que as validações anteriores do instrumento proposto por Cavalcante (2016) ocorreram no contexto do terceiro setor. Outro ponto, refere-se ao a dimensão “egoísta” não ter apresentado relação com as práticas de cidadania. Apesar da comprovação do nível de valor deste item na dimensão egoísta em outros estudos realizados no contexto não governamental, essa interpretação parece ser insuficiente. Isso se faz pertinente para uma futura análise sobre o entendimento do fato dos voluntários da amostra não considerarem o preenchimento do tempo livre como elemento motivador para conservar-se no trabalho voluntário.

Ainda, no que se refere aos estudos futuros deve ser considerada a necessidade de um melhor refinamento da escala proposta por Caldas (2020), principalmente, na esfera difusa, uma vez que no trabalho de Caldas (2020), iniciou como esfera difusa, passou a ser denominada ambiental, e após a validação no artigo 3 foi renomeada como prática difusa. Mesmo com essas mudanças e validações em contextos diferentes, continuam com índices baixos.

Por fim, pretende-se que este trabalho contribua para fornecer aos gestores públicos de voluntários e a sociedade civil informações para que no processo de gestão de voluntários se considere os fatores motivacionais para minimizar os impactos associados a saída dos voluntários desse tipo de atividade, uma vez que esses resultados contribuem para a compreensão dos fatores motivacionais que influenciam o engajamento voluntário e fornecem percepções importantes para a pesquisa nessa área. Ainda, espera-se que forneça subsídios para os governos que estão buscando cultivar programas de voluntariado para um melhor envolvimento e desempenho dos cidadãos no contexto da gestão pública.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS GERAIS

Com a proposta de contribuir para o campo da motivação para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania, esta pesquisa buscou responder o seguinte questionamento: Quais as relações entre a motivação para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania?

Para responder essa inquietação, foi delimitado como objetivo geral compreender as relações entre a motivação para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania, tendo como foco os conselheiros que atuam no orçamento democrático no Estado da Paraíba. Para tanto, foram realizados quatro estudos visando alcançar os quatro objetivos específicos definidos, que serão abordados a seguir.

O primeiro estudo teve o objetivo de descrever o que está sendo pesquisado sobre cidadania e voluntariado, com o intuito de identificar os temas já consolidados neste campo de pesquisa, bem como as novas tendências. Para o alcance deste objetivo foi realizada uma revisão integrativa da literatura.

Por meio da revisão, foi possível constatar que os trabalhos analisados ampliam a abordagem de políticas participativas de promoção da cidadania ativa com a inclusão de novas perspectivas analíticas, reforçando que o mundo onde as pessoas se identificam e atuam como cidadãos é espacialmente multifacetado.

Outra constatação é a preocupação com os aspectos motivacionais que levam o indivíduo à prática voluntária, considerando a relevância da temática para a adoção de práticas de incentivo ao voluntariado e gestão dos voluntários.

Diante disso, considerou-se a necessidade de compreensão desses aspectos para atender ao objetivo geral desta pesquisa. Assim, o segundo artigo teve o objetivo de identificar a motivação para o trabalho voluntário dos conselheiros que atuaram no ODE. Para tal, foi realizado um estudo quantitativo a partir do Modelo Estrutural de Motivação no Trabalho Voluntário proposto por Cavalcante (2016), que explica as motivações de permanência em atividades voluntárias em cinco dimensões: altruísta, justiça social, afiliação, aprendizagem e egoísta.

Como resultados do segundo estudo, constatou-se que os motivos altruísta, justiça social, afiliação, aprendizagem e egoísta têm relevância na motivação dos indivíduos para permanecerem em atividades voluntárias, ratificando os achados de Ageu (2015), Aquino (2015), Lemos (2016), Ferraz (2017), Amorim (2018), Caldas (2020) e Vale (2021). Embora, estes estudos tenham validado a escala anteriormente, essas validações ocorreram em contextos de organizações não governamentais. Isso pode não permitir maior amplitude de entendimento

do sentimento dos pesquisados no contexto governamental.

Outra constatação do segundo artigo mostra que as razões para continuar a trabalhar como voluntários nos conselhos regionais estão relacionadas com o autodesenvolvimento e o pertencimento a um grupo que busca contribuir com o bem-estar da sociedade.

O terceiro estudo teve como objetivo identificar as ações de cidadania desenvolvidas por conselheiros que atuaram no ODE. Para tal, foi realizado um estudo quantitativo a partir da Escala de Práticas de Cidadania proposta por Caldas (2020), que adota quatro dimensões para mensurar as práticas de cidadania: civil, políticas, sociais e ambientais, esta última foi renomeada neste estudo para difusas.

Os achados do terceiro estudo mostraram que o desempenho de cidadania encontrado na amostra estudada foi classificado como de intensidade alta-moderada, considerando a ordenação das práticas nos âmbitos civil, social, político e difusa. Esse predomínio de médias de intensidade alta-moderada acerca de práticas de cidadania se contrapõe aos achados de Caldas (2020), que no seu estudo obteve a dominância de médias de intensidade baixa-moderada. Tal fato pode ser explicado pela amostra em questão, os conselheiros voluntários do ODE, que buscam a construção de uma identidade coletiva, relacionada diretamente à participação cidadã na democracia, apontada por Makinen (2021) como características essenciais da cidadania.

O quarto estudo teve por objetivo analisar as relações entre a motivação para o trabalho voluntário e as práticas de cidadania, por meio da percepção dos conselheiros voluntários que atuaram no ODE no período de 2020-2022, aplicando duas escalas: a primeira, o Modelo Estrutural de Motivação no Trabalho Voluntário de Cavalcante (2016) e, a segunda, das Práticas de Cidadania de Caldas (2020).

O resultado deste trabalho aponta que há relações entre o voluntariado com as práticas de cidadania, considerando que as ações voluntárias tendem a desenvolver e/ou melhorar o desempenho cidadão, essa vinculação é explicada principalmente pelas motivações altruísta e de afiliação. Esse resultado corrobora com as contribuições teóricas e achados de autores como Musick e Wilson (2008), Pinsky e Pinsky (2016), Amorim (2018) e Caldas (2020) que defendem a relação entre o voluntariado e a prática ativa da cidadania.

Diante disso, a principal contribuição do estudo está em ampliar a teoria e a literatura sobre o voluntariado apoiado pelo gestor de voluntários mostrando que ele também existe no serviço público e que pode ser uma poderosa ferramenta no aperfeiçoamento da oferta de serviços públicos bem como uma possibilidade de fortalecimento de Organizações da Sociedade Civil. Com isso, os resultados colaboram para a gestão dos voluntários, a partir da

identificação dos motivos para o voluntariado, possibilitando aos gestores públicos e os conselhos regionais do ODE um melhor acompanhamento dos seus voluntários, bem como alcançar melhores resultados nas atividades voluntárias, por meio da diminuição de problemas relacionados a desistência dos conselheiros e planejamento com relação a gestão de pessoal que atuam nos conselhos.

A partir da análise teórica e do contexto dos Conselhos Regionais do ODE foi possível validar os modelos propostos por Cavalcante (2016) e Caldas (2020). No entanto, deve ser destacada a necessidade de buscar a elaboração de um novo instrumento voltado para a mensuração da motivação do trabalho voluntário no primeiro setor, considerando que o resultado não pode ser generalizado, uma vez que as validações anteriores do instrumento proposto por Cavalcante (2016) ocorreram no contexto do terceiro setor.

Apesar desta pesquisa representar um esforço no sentido de compreender as relações entre as motivações para voluntariado e as práticas de cidadania, faz necessário ampliar as pesquisas sobre outros contextos, agregando outros aspectos de análise e outras perspectivas, a exemplo das experiências realizadas pelo poder público e por organizações não governamentais.

Outro ponto, refere-se ao a dimensão “egoísta” não ter apresentado relação com as práticas de cidadania. Apesar deste item ter sido comprovado seu nível de valor na dimensão egoísta em outros estudos realizados no contexto não governamental, essa interpretação parece ser insuficiente. Isso, faz considerar pertinente uma análise futura para o entendimento do fato dos voluntários da amostra não considerarem o preenchimento do tempo livre como elemento motivador para conservar-se no trabalho voluntário.

Ainda, no que se refere a estudos futuros deve ser destacada a necessidade de buscar melhorar a escala de práticas de cidadania proposta por Caldas (2020), principalmente, na esfera difusa, uma vez que no trabalho de Caldas (2020), iniciou como esfera difusa, sendo validados apenas três indicadores, passou a ser denominada ambiental, após a validação no artigo 3 foi ampliada para cinco indicadores e renomeada como prática difusa.

## REFERÊNCIAS

- ADAMTEY, R.; AMOAKO, C.; DOE, B. Resourcing local government in Ghana: the potential of volunteering to deliver basic services. **Commonwealth Journal of Local Governance**, 25, 2021, p. 79-96. DOI: <https://doi.org/10.5130/cjlg.vi25.8040>
- AGEU, J. D. **Motivações de permanência no trabalho voluntário**: um estudo na fundação Cidade Viva João Pessoa-PB. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal da Paraíba, 2015.
- AGUIAR, C. C.; CUNHA, F. S. A Participação Social Pós-Constituição de 1988: O que se Tem Discutido a Respeito?. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 22, n. 71, p. 23-38, 2017.
- AGUIAR-BARBOSA, A. D. P.; FUMI CHIM-MIKI, A. El Surgimiento de la Perspectiva de la Competitividad Turística Social: Mapeo y clusterización de Redes Bibliométricas. **Estudios y perspectivas en turismo**, v. 29, n. 2, 2020, p. 390-405.
- ALVES, J. A. G. R.; PEREIRA, L. M. L.; CAVALCANTE, C. E. Luzes em Unísono: Gestão de Pessoas no Voluntariado Informal. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 12, n. 33, p. 2455-2479, set./dez. 2018. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/50673/luzes-em-unissono--gestao-de-pessoas-no-voluntariado-informal>. Acesso em: 3 ago. 2022.
- AMBROSINI, M.; ARTERO, M. Immigrant Volunteering: A Form of Citizenship from Below. **Voluntas**, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11266-022-00454-x>
- AMORIM, A. F. A. **Semeando no voluntariado para colher cidadania**: um estudo sobre motivações para o trabalho voluntário e atitudes cidadãs com voluntários da Saúde no Estado da Paraíba. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2018.
- ANGELUCCI, A. Spaces of Urban Citizenship: Two European Examples from Milan and Rotterdam. **Social Inclusion**, v. 7, n. 4, 2019, p. 131–140. DOI: 10.17645/si.v7i4.2341
- AQUINO, M. A. G. DE. **Expectativas, adesão e desligamento no trabalho voluntário**: estudos de motivos do voluntariado da fundação Cidade Viva. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- AQUINO, M. A. G. de; CAVALCANTE, C. E.; CALDAS, P. T.; MENDES, J. da S. Em Busca de Retenção: Voluntários em uma Ong Brasileira. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 13, n. 1, p. 144-164, jan./mar. 2020. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/56953/em-busca-de-retencao--voluntarios-em-uma-ong-brasileira>. Acesso em: 3 ago. 2022.
- AVRITZER, L. The different designs of public participation in Brazil: deliberation, power sharing and public ratification. **Critical Policy Studies**, 6(2), p 113-127, 2012.

AYOLA BETANCOURT, V. Cidadanías ciudadanas: un estudio exploratorio sobre representaciones sociales de la ciudadanía en Francia y Colombia. **Desafíos**, 33(2), 2021, 1-38. DOI: <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/desafios/a.8680>

BARTELS, K. P. R.; COZZI, G.; MANTOVAN, N. “The Big Society,” Public Expenditure, and Volunteering. **Public Administration Review**, v. 73, n. 2, 2013, p. 340–351. DOI: 10.1111/puar.12012.

BISHOP, P.; DAVIS, G. Mapping public participation in policy choices. **Australian Journal of Public Administration**, 61(1), p 14-29, 2002.

BLACKMORE, A. **The reform of public services: the role of the voluntary sector**, London: NCVO, 2005.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, 2011, p. 121-136. DOI: <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>

BOVAIRD, T.; VAN RYZIN, G. G.; LOEFFLER, E; PARRADO, S. Activating citizens to participate in collective co-production of public services, **Journal of Social Policy**, v. 44, n. 1, 2015, p. 1–23.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1888**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 21 fev. 2022.

BUIJS, A.; HANSEN, R.; VAN DER JAGT, S.; AMBROSE-OJI, B.; ELANDS, B.; RALL, E.L.; MATTIJSSSEN, T.; PAULEIT, S.; RUNHAAR, H.; OLAFSSON, A.S.; MOLLER, M.S. Mosaic governance for urban green infrastructure: Upscaling active citizenship from a local government perspective. **Urban Forestry & Urban Greening**, v. 40, 2019, 53–62. <https://doi.org/10.1016/j.ufug.2018.06.011>

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organisational analysis: Elements of the sociology of corporate life**. Routledge, 2017.

CAETANO, B. P. **Uma Proposta para Participação Cidadã na Solução de Problemas da Sociedade**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Engenharia de Sistemas e Computação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

CALDAS, P. T. **Relações entre voluntariado e cidadania à luz das motivações**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020.

CALDAS, P. T.; CAVALCANTE, C. E. Sentidos e Percepções de Especialistas sobre Práticas de Cidadania. In: XLIII Encontro da ANPAD - EnANPAD 2019. São Paulo. **Anais...** São Paulo: 2019. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/abrir\\_pdf.php?e=MjY4MTI=](http://www.anpad.org.br/abrir_pdf.php?e=MjY4MTI=). Acesso em: 25 abr. 2022.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em psicologia**, v. 21, n. 2, 2013, p. 513-518. DOI: <https://doi.org/10.9788/TP2013.2-16>

CAVALCANTE, C. E. **Motivação no trabalho voluntário**: expectativas e motivos na Pastoral da Criança. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

CAVALCANTE, C. E. **Motivação de voluntários**: teoria e prática. Curitiba: Appris, 2016.

CHEN, C. CiteSpace II: Detecting and visualizing emerging trends and transient patterns in scientific literature. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, 57(3), 2006, p. 359–377. <https://doi.org/10.1002/asi.20317>

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CLARY, E. G.; SNYDER, M.; RIDGE, R. D.; MIENE, P.; HAUGEN, J. Matching Messages to Motives in Persuasion": A Functional Approach to Promoting Volunteerism. **Journal of Applied Social Psychology**, v. 24, n. 13, 1994, p. 1129-1149. DOI:10.1111/j.1559-1816.1994.tb01548.x.

CLARY, E. G.; SNYDER, M.; RIDGE, R. D.; COPELAND, J.; STUKAS, A. A.; HAUGEN, J.; MIENE, P. Understanding and Assessing the Motivations of Volunteers. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 74, 1998, p. 1516-1530. DOI:10.1037/0022-3514.74.6.1516.

CLARY, E. G.; SNYDER, M. The Motivations to Volunteer: Theoretical and Practical Considerations. **Current Directions in Psychological Science**, v. 8, n. 5, 1999, p. 156-159. <https://www.jstor.org/stable/20182591>

CLEMENTE, A. J. **O conceito de cidadania nas Ciências Sociais brasileiras**: uma análise a partir do Scielo (1989-2013). Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2015.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In: **Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DALMORO, M.; et al. Dominância Epistemológica em Estudos do Campo: São Ainda os Administradores Positivistas? XXXI Encontro da ANPAD: Rio de Janeiro, 2007.

DIAS, T. M. G. G. **O voluntariado como promotor da vivência de valores e construtor de uma cidadania ativa**. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014.

FERRAZ, T. V. **Por Civismo ou Por Amor?** Um estudo sobre as relações existentes entre motivação do trabalho voluntário e cidadania em ONGs de educação no Estado da Paraíba. [s.l.] Universidade Federal da Paraíba, 2017.

FERRAZ, T. V.; CALDAS, P. T.; CAVALCANTE, C. E. Volunteering and Citizenship: Empirical Evidences of the Positive Impact in Brazil. **Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 18, n. 2, 2021. DOI: 10.4013/base.2021.182.01

FINKELSTEIN, M. A. Intrinsic vs. Extrinsic Motivational Orientations and the Volunteer Process. **Personality and Individual Differences**, v. 46, 2009, p. 653–658. DOI:10.1016/j.paid.2009.01.010.

FORNELL, C.; LARCKER, D.F. Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error. **Journal of Marketing Research**. v.18, n. 1, p. 39-50, 1981.

FRISCH, M. B.; GERRARD, M. Natural helping systems: A survey of Red Cross volunteers. **American Journal of Community Psychology**, v. 9, n. 5, 1981, p. 567–579. <https://doi.org/10.1007/BF00896477>.

GALEANO, Eduardo. **As palavras andantes**. Gravuras de J. Borges. Traduzido por Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM, 2017.

GEISER, C. OKUN, M. GRANO, C. Who is motivated to volunteer? A latent profile analysis linking volunteer motivation to frequency of volunteering. **Psychological Test and Assessment Modeling**, v. 56, n. 1, 2014, p. 3-24.

HAIR, Jr. J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. Tradução Adonai Schlup Sant'Anna. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HAIR, J.F.; HULT, T.M.; RINGLE, C.M.; SARSTEDT, M. **A Primer on Partial Least Squares Structural Equation Modeling (PLS-SEM)**. Los Angeles: SAGE, 2014.

HAKLI, J. The subject of citizenship - Can there be a posthuman civil society? **Political Geography**, v. 67, 2018, p. 166-175. <http://dx.doi.org/10.1016/j.polgeo.2017.08.006>

HASKI-LEVENTHAL, D.; LUCAS C.P.M. MEIJS, L.C.P.M.; LOCKSTONE-BINNEYC, L.; HOLMESD, K.; OPPENHEIMERE, M. Measuring Volunteerability and the Capacity to Volunteer among Non-volunteers: Implications for Social Policy. **Social Policy & Administration**, v. 52, n. 5, 2018, p. 1139–1167. DOI: 10.1111/spol.12342

HASKI-LEVENTHAL, D.; HUSTINX, L.; HANDY, F. What money cannot buy: The distinctive and multidimensional impact of volunteers, **Journal of Community Practice**, v. 19, n. 2, 2011, p. 38–58.

HASKI-LEVENTHAL, D.; MEIJS, L.C.P.M.; HUSTINX, L. The third party model: Enhancing volunteering through governments, corporations and educational institutes. **Journal of Social Policy**, v. 39, n. 1, 2010, p. 139-158.

HEATER, D. **A Brief History of Citizenship**. New York City: New York University Press. 2004.

HOEKSTRA, M. S. Creating active citizens? Emotional geographies of citizenship in a diverse and deprived neighbourhood. **Politics and Space**, v. 37, n. 3, 2019, p. 480–497. DOI: 10.1177/2399654418789408

HOLMES, K. Volunteering, citizenship and social capital: A review of UK government policy, **Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events**, v. 1, n. 3, 2009, p. 265–69.

HOLT, S. B. Giving time: examining sector differences in volunteering intensity. **Journal of Public Administration Research and Theory**, 2020, p. 22–40. DOI:10.1093/jopart/muz007

KALLIO, K. P.; WOOD, B. E.; HÄKLI, J. Lived citizenship: conceptualising an emerging field, **Citizenship Studies**, v. 24, n. 6, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/13621025.2020.1739227>.

KAUCHAKJE, S.. Participação Social no Brasil Diante da Desestruturação das Políticas Sociais: novas configurações da sociedade civil organizada como alternativa para recompor os laços sociais e a civilidade nas relações societárias. **Emancipação**, v.2, n.1, p.159-176, 2002. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/242409777>. Acesso em: 2 nov. 2021.

KENDALL, J.; KNAPP, M. A loose and baggy monster: boundaries, definitions and typologies. *In*: J. Davis Smith, C. Rochester and R. Hedley (eds), **An introduction to the voluntary sector**, London: Routledge, 1994.

LEITE, S. P. Participação social: o que e como está sendo abordada nos estudos nacionais. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 13, n. 2, p. 224-239, abr./mai./jun. 2022. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-684X.2022.002.0015>

LEMOS, S. L. L. **Motivação para expectativa, entrada, permanência e saída**: um estudo longitudinal no voluntariado da fundação Cidade Viva. [s.l.] Universidade Federal da Paraíba, 2016.

LEMOS, S. L. L.; CAVALCANTE, C. E.; CALDAS, P. T.; VALE, S. C.; ALVES, J. A. G. R.. "Apaixonei-me e Quero Conhecer Você": Estudo Longitudinal sobre Motivação de Recém-Voluntários. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 1-28, jul./ago. 2019. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/54380/-apaixonei-me-e-querer-conhecer-voce---estudo-longitudinal-sobre-motivacao-de-recem-voluntarios>. Acesso em: 3 ago. 2022.

LEMOS, S. L. L.; CAVALCANTE, C. E.; CALDAS, P. T.; LEITE, L. M. P.. Estudo Longitudinal com Candidatos Voluntários em uma Fundação Brasileira. **Revista Alcance**, Itajaí, v. 27, n. 2, p. 233-250, mai./ago. 2020. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/59922/estudo-longitudinal-com-candidatos-voluntarios-em-uma-fundacao-brasileira>. Acesso em: 3 ago. 2022.

LIE, M.; BAINES, S.; WHEELLOCK, J. Citizenship, volunteering and active ageing. **Social Policy and Administration**, v. 43, n. 7, p. 702–718, 2009. DOI:10.1111/j.1467-9515.2009.00690.x.

LIMA-SILVA, F.; ABREU, K.; LEBLANC, E. Participação Consultiva no Brasil: O Caso do Conselho da Cidade de São Paulo. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 2, p. 321-339, 2020.

LIU, W.; GU, M.; HU, G.; LI, C.; LIAO, H.; TANG, L.; SHAPIRA, P. Profile of developments in biomass-based bioenergy research: A 20-year perspective. **Scientometrics**, v. 99, n. 2, 2014, p. 507–521. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11192-013-1152-z>

MAINARDES, E. W.; LAURETT, R.; LASSO, S. V.; NOVAES, C. B.; SPINASSE, G. M. Doação de Tempo: Fatores que Influenciam o Voluntariado. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 151-174, jul./set. 2017. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/47255/doacao-de-tempo--fatores-que-influenciam-o-voluntariado>. Acesso em: 3 ago. 2022.

MCDONALD, R.P.; RINGO HO.; MOON-HO. Principles and practice in reporting structural equation analyses. **Psychological Methods**, Washington D.C, v. 7, n. 1, 2002, p. 64-82.

MAKINEN, K. Scales of participation and multi-scalar citizenship in EU participatory governance. **Politics and Space**, v. 39, n. 5, 2021, p. 1011–1029. DOI: 10.1177/2399654420981379

MARCHAND, P.; RATINAUD, P. L'analyse de similitude appliquée aux corpus textuels: les primaires socialistes pour l'élection présidentielle française. **Journées Internationales d'Analyse Estatistique Des Données Textuelles**, 2012, p. 13–15.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1967.

MATTIJSEN, T.J.M.; BUIJS, A.A.E.; ELANDS, B.H.M.; ARTS, B.J.M.; VAN DAM, R.I.; DONDERS, J.L.M. The Transformative Potential of Active Citizenship: Understanding Changes in Local Governance Practices. **Sustainability**, v. 11, 5781, 2019. DOI:10.3390/su11205781

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Florianópolis: **Contexto Enfermagem**, v. 17, n. 4, 2008, p. 758-764.

MOLINA NEIRA, J. **Tutorial para el análisis de textos con el software Iramuteq**. Barcelona, España: Grupo de Investigación DHIGES, Universidad de Barcelona, 2017. [https://www.researchgate.net/publication/315696508\\_Tutorial\\_para\\_el\\_analisis\\_de\\_textos\\_con\\_el\\_software\\_IRAMUTEQ](https://www.researchgate.net/publication/315696508_Tutorial_para_el_analisis_de_textos_con_el_software_IRAMUTEQ).

MUSICK, M. A.; WILSON, J. **Volunteers: a social profile**. Bloomington: Indiana University Press, 2008.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Measuring volunteering: a practical toolkit**, a joint project of independent sector and United Nations volunteers. In: DINGLE, A. (Ed.). United Nations, Germany. [s.l.] ONU, 2001.

ORSINI, A. C. R.; SOUZA, A. S. P. de. Gestão no terceiro setor: análise da predisposição ao trabalho voluntário. **Caderno de Administração**, Maringá, v. 26, n. 2, p. 98-117, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/64050/gestao-no-terceiro-setor--analise-da-predisposicao-ao-trabalho-voluntario>. Acesso em: 3 ago. 2022.

PARAÍBA. **Lei nº 11.262, de 29 de dezembro de 2018**. Institucionaliza o Orçamento Democrático no âmbito do Estado da Paraíba e dá outras providências. João Pessoa: Palácio do Governo do Estado da Paraíba, 2018. Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2019/01/Diario-Oficial-30-12-2018-Total.pdf>. Acesso em: 24 set. 2021.

PARAÍBA. Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Orçamento Democrático Estadual**. João Pessoa, 2020a.

PARAÍBA. **Paraíba de Desenvolvimento e Inclusão**. Paraíba, jan. 2020b.

PARAÍBA. **Orçamento Democrático Estadual empossa conselheiros eleitos**. João Pessoa, 2020c. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/orcamento-democratico-estadual-empossa-conselheiros-eleitos>. Acesso em: set. 2021.

PARAÍBA. **Decreto nº 43.459, de 07 de março de 2023**. Regulamenta a Lei nº 11.262, de 29 de dezembro de 2018, que instituiu o Orçamento Democrático Estadual - ODE. João Pessoa: Palácio do Governo do Estado da Paraíba, 2023. Disponível em: <https://auniaio.pb.gov.br/servicos/doe/2023/marco/diario-oficial-08-03-2023.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2023.

PICOLLI, P.; GODOI, C. K. Motivação para o trabalho voluntário contínuo: uma pesquisa etnográfica em uma organização espírita. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 19, n. 62, p. 399-415, jul./set. 2012. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/8578/motivacao-para-o-trabalho-voluntario-continuo--uma-pesquisa-etnografica-em-uma-organizacao-espirita>. Acesso em: 3 ago. 2022.

PINSKY, J.; PINSKY, C. B. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2016.

PUTNAM, R. D. The Prosperous Community: Social Capital and Public Life. **The American Prospect**, n. 13, 1993, p. 35–42.

PUTNAM, R. D. **Bowling alone**: the collapse and revival of American community. New York: Simon and Schuster, 2000.

REIS, E. Cidadania: história, teoria e utopia. In: PANDOLFI, D. C. et al. **Cidadania, Justiça e Violência**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

ROBISON, J. Valuing Politics: Explaining Citizen's Normative Conceptions of Citizenship. **Political Behavior**, 2022. <https://doi.org/10.1007/s11109-022-09773-7>

SALAMON, L. M.; SOKOLOWSKI, S. W. Beyond nonprofits: Re-conceptualizing the third sector. **Voluntas: International journal of voluntary and nonprofit organizations**, v. 27, n. 4, 2016, p. 1515-1545.

SALVIATI, M. E. **Manual do Aplicativo Iramuteq, compilação, organização e notas. Iramuteq.** Org. Planaltina, DF, 31, 2017.

SANTOS, N. C. dos; CORREIA, D. A.; SPERS, V. R. E.; CREMONEZI, G. O. G.; CASTRO, D. S. P. de; OSWALDO, Y. C. A retenção de talentos não remunerados: um modelo de gestão dos voluntários que atuam no Terceiro Setor Brasileiro. **Revista Organizações em Contexto**, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 47-80, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/38661/a-retencao-de-talentos-nao-remunerados-um-modelo-de-gestao-dos-voluntarios-que-atuam-no-terceiro-setor-brasileiro->. Acesso em: 3 ago. 2022.

SILVA JÚNIOR, E. J. da. **A contribuição da democracia participativa na construção de outro modelo de gestão pública:** A implementação do Orçamento Democrático no Estado da Paraíba (2011-2014). Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Gestão Pública. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SILVA, M. L. dos S.; SANTANA, R. H. de; ALMEIDA, J. Á. J. de; SILVA, F. F. Motivação para o trabalho voluntário: Estudo de caso na Fundação Alice Figueira. **Caderno Profissional de Administração UNIMEP**, Piracicaba, v. 9, n. 2, p. 1-24, ago./nov. 2020. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/61056/motivacao-para-o-trabalho-voluntario-estudo-de-caso-na-fundacao-alice-figueira>. Acesso em: 3 ago. 2022.

SILVA, F. E. R. da; RODRIGUES, L. B.; PINHO, A. P. M. Motivação para atuação no voluntariado: Estudo de caso em uma organização não-governamental. **Revista Eletrônica Gestão & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 14, n. 40, p. 3923-3952 | set./dez. 2020. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/59582/motivacao-para-atuacao-no-voluntariado-estudo-de-caso-em-uma-organizacao-nao-governamental>. Acesso em: 3 ago. 2022.

SIM, J. B. -Y. Social studies and citizenship for participation in Singapore: how one state seeks to influence its citizens. **Oxford Review of Education**, v. 37, n. 6, p 743-761, dec. 2011.

VALE, S. C. do. **Religiosidade e engajamento no trabalho voluntário.** Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

VINOKUR, A. D.; SCHUL, Y. The web of coping resources and pathways to reemployment following a job loss. **Journal of Occupational Health Psychology**, Washington D. C., v. 7, n. 1, 2002, p. 68-83.

VITALIS, A. A atuação voluntária na administração pública como instrumento de cidadania ativa, à luz do direito Português e Brasileiro. **Revista CEJ**, Brasília, n. 66, 2015, p. 80-87.

WALK, M.; ZHANG, R.; LITTLEPAGE, L. “Don't you want to stay?” The impact of training and recognition as human resource practices on volunteer turnover. **Nonprofit Management & Leadership**, v. 29, 2019, p. 509–527. DOI: 10.1002/nml.21344

WALK, K.; SCOTT, C.; LITTLEPAGE, L. It's Not All the Same: Implemented and Perceived HR Practices in the Volunteer Context. **Review of Public Personnel Administration**, 2021, p. 1-22. DOI: 10.1177/0734371X21994631

WEN, Q. J.; REN, Z. J.; LU, H.; WU, J. F. The progress and trend of BIM research: A bibliometrics-based visualization analysis. **Automation in Construction**, v. 124, Elsevier B.V, 2021. <https://doi.org/10.1016/j.autcon.2021.103558>

WILSON, J. Volunteerism research: A review essay, **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 41, n. 2, 2012, p. 176–212.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, v. 52, n. 5, 2005, p. 546-553. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x>

WOOSNAM, K.M.; STRZELECKA, M.; NISBETT, G.S.; KEITH, S.J. Examining Millennials' Global Citizenship Attitudes and Behavioral Intentions to Engage in Environmental Volunteering. **Sustainability**, v. 11, n. 8, 2324, 2019. DOI:10.3390/su11082324

YANI, A.A.; HIDAYAT, A.R. What is the Citizenship Quality of Our Community? Measuring Active Citizenship. **Public Administration Issues**, Special Issue II (electronic edition), 2018, p. 119–133. DOI: 10.17323/1999-5431-2018-0-6-119-133

ZAPPALA, G.; BURRELL, T. 'Understanding the factors associated with volunteer commitment: a case study of volunteers in community service'. **Third Sector Review**, v. 8, 2002, p. 5-30.

**APÊNDICE - Estudos selecionados sobre Cidadania e Voluntariado na Revisão Integrativa da Literatura**

<b>WOS</b>				
<b>Cód.</b>	<b>Autores</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Ano</b>
1	HARDILL, I.; BAINES, S.; SIX, P.	<i>Volunteering for all? Explaining patterns of volunteering and identifying strategies to promote it</i>	Examina até que ponto os padrões de voluntariado podem ser explicados pelos fatores institucionais subjacentes de regulamentação social forte e fraca e integração social.	2007
2	HUSTINX, L.; HANDY, F.	<i>Where Do I Belong? Volunteer Attachment in a Complex Organization</i>	Investiga se o vínculo dos voluntários é dirigido principalmente à organização como um todo, ou se os voluntários são mais propensos a desenvolver um vínculo localizado com o programa ou ramo em que participam.	2009
3	HASKI-LEVENTHAL, D.; MEIJS, L. C. P. M.; HUSTINX, L.	<i>The Third-party Model: Enhancing Volunteering through Governments, Corporations and Educational Institutes</i>	Avança um novo marco teórico, "o modelo de terceiros", que observa as formas pelas quais as lideranças políticas, corporações e institutos educacionais (buscam) aumentar o voluntariado.	2010
4	BARTELS, K. P. R.; COZZI, G.; MANTOVAN, N.	<i>The Big Society, Public Expenditure, and Volunteering</i>	Examina a consistência teórica e prática das expectativas talvez muito otimistas do plano da Grande Sociedade sobre o voluntariado após o abandono do gasto público.	2013
5	CHEN, C. A.; LEE, Y. J.	<i>A Closer Look at the Difference Between Public and Nonprofit Employees'</i>	Examina várias características individuais e contextos de trabalho que podem contribuir para as	2015

		<i>Volunteering</i>	diferenças na taxa de participação e intensidade do voluntariado de funcionários públicos e sem fins lucrativos.	
6	KEHL, D.; KIETZMANN, D.; SCHMIDT, S.	<i>Reasons for Volunteering in the Field of Civil Protection in Germany</i>	Investiga as razões pelas quais as pessoas se associam a organizações de proteção civil e porque continuam seu trabalho voluntário, levando em conta o tipo de organização voluntária e as principais características demográficas.	2017
7	HAKLI, J.	<i>The subject of citizenship - Can there be a posthuman civil society?</i>	Discute a noção de agência e sua relação com nosso entendimento dos atos de cidadania embutidos na sociedade civil.	2018
8	PEUCKER, M.	<i>On the (In)compatibility of Islamic Religiosity and Citizenship in Western Democracies: The Role of Religion for Muslims' Civic and Political Engagement</i>	Examina a compatibilidade do Islã com os princípios democráticos liberais.	2018
9	DOMINZAIN, S.	<i>Rights of Citizenship and Direct Democracy in Uruguay of the 90</i>	Analisa as contribuições teóricas sobre direitos da cidadania e democracia direta com base na experiência do Uruguai.	2018
10	HOLT, S. B.	<i>Giving Time: Examining Sector Differences in Volunteering Intensity</i>	Investiga a intensidade do voluntariado entre os trabalhadores do setor público e seus pares do setor privado.	2020

11	KROLL, A.; VOGEL, D.	<i>Changes in Prosocial Motivation over Time: A Cross-Sector Analysis of Effects on Volunteering and Work Behavior</i>	Examina a motivação prosocial dos funcionários nos setores público e privado, tendências potenciais de tempo e seus efeitos sobre o voluntariado e o comportamento no trabalho.	2018
12	YANI, A. A.; HIDAYAT, A. R.	<i>What is the citizenship quality of our community? Measuring active citizenship</i>	Busca capturar e desenvolver condições contextuais de cidadania local, especialmente no caso da Indonésia.	2018
13	HASKI-LEVENTHAL, D.; MEIJS, L. C. P. M.; LOCKSTONE-BINNEY, L.; HOLMES, K.; OPPENHEIMER, M.	<i>Measuring Volunteerability and the Capacity to Volunteer among Non-volunteers: Implications for Social Policy</i>	Desenvolve e testa medidas dos três componentes do conceito de voluntariado, a saber, vontade, capacidade e disponibilidade, para captar o potencial de voluntariado.	2018
14	MATTIJSEN, T. J. M.; BUIJS, A. A. E.; ELANDS, B. H. M.; ARTS, B. J. M.; VAN DAM, R. I.; DONDEERS, J. L. M.	<i>The Transformative Potential of Active Citizenship: Understanding Changes in Local Governance Practices</i>	Enfoca a compreensão do potencial transformador da cidadania ativa na governança do espaço verde.	2019
15	HENNEBRY-LEUNG, M.; BONACINA-PUGH, F.	<i>The emergence of 'citizenship' in popular discourse: the case of Scotland</i>	Explora as formas pelas quais a cidadania emergiu no discurso popular até a realização do referendo escocês.	2019
16	HOEKSTRA, M. S.	<i>Creating active citizens? Emotional geographies of citizenship in a diverse and deprived neighbourhood</i>	Explora como as políticas urbanas que formulam noções normativas de cidadania ativa se relacionam com as geografias emocionais dos residentes.	2019

17	HENLEY, D.; CALDWELL, I.	<i>Precolonial citizenship in South Sulawesi</i>	Compara conceitos e práticas desenvolvidos pelos Bugis e Makasar com os clássicos da cidadania grega e romana, e examina o status das mulheres Bugis.	2019
18	STUURMAN, S.	<i>Concluding observations: citizenship in cities, states and empires</i>	Identifica alguns temas, argumentos e resultados comuns sobre Estudos de Cidadania.	2019
19	WOOSNAM, K. M.; STRZELECKA, M.; NISBETT, G. S.; KEITH, S. J.	<i>Examining Millennials' Global Citizenship Attitudes and Behavioral Intentions to Engage in Environmental Volunteering</i>	Avalia atitudes de cidadania global entre aqueles com e sem experiência prévia de voluntariado ambiental e como essas atitudes podem explicar bem as intenções comportamentais de se engajar em projetos de voluntariado ambiental nesses dois grupos.	2019
20	BUIJS, A.; HANSEN, R.; VAN DER JAGT, S.; AMBROSE-OJI, B.; ELANDS, B.; RALL, E. L.; MATTIJSSSEN, T.; PAULEIT, S.; RUNHAAR, H.; OLAFSSON, A. S.; MOLLER, M. S.	<i>Mosaic governance for urban green infrastructure: Upscaling active citizenship from a local government perspective</i>	Investiga como a "governança do mosaico" tem potencial como uma estrutura para entender a cidadania ativa, seu potencial de expansão e sua relação com o planejamento estratégico da infraestrutura verde urbana (UGI).	2019
21	DEKKER, P.	<i>From Pillarized Active Membership to Populist Active Citizenship: The Dutch Do Democracy</i>	Compreende o desenvolvimento de visões dominantes sobre o envolvimento cívico ou social e político voluntário na Holanda.	2019
22	ANGELUCCI, A.	<i>Spaces of Urban Citizenship: Two European Examples from Milan and Rotterdam</i>	Destaca o surgimento de espaços de cidadania urbana em duas cidades europeias.	2019

23	EGGERS, T.; GRAGES, C.; PFAU-EFFINGER, B.	<i>Self-Responsibility of the Active Social Citizen: Different Types of the Policy Concept of Active Social Citizenship in Different Types of Welfare States</i>	Analisa como os estados de bem-estar diferem sobre como o conceito de cidadania social ativa.	2019
24	RUSSELL, A. R.; STORTI, M. A. H.; HANDY, F.	<i>Managing Volunteer Retirement among Older Adults: Perspectives of Volunteer Administrators</i>	Introduz o tema da aposentadoria dos voluntários e explora as perspectivas dos profissionais e as políticas organizacionais atuais que se relacionam com a gestão deste fenômeno.	2019
25	WALK, M.; ZHANG, R.D.; LITTLEPAGE, L.	<i>Don't you want to stay? The impact of training and recognition as human resource practices on volunteer turnover</i>	Investiga o efeito de duas práticas de RH – treinamento e reconhecimento – na rotatividade de voluntários.	2019
26	KALLIO, K. P.; WOOD, B. E.; HAKLI, J.	<i>Lived citizenship: conceptualising an emerging field</i>	Esclarece a tensão entre percepções territorialmente fundamentadas informando as políticas participativas que buscam fomentar a cidadania ativa.	2020
27	SCHNAUDT, C.; VAN DETH, J. W.; ZORELL, C.; THEOCHARIS, Y.	<i>Revisiting norms of citizenship in times of democratic change</i>	Reavalia a conceituação e a medição do apoio dos cidadãos às normas de cidadania.	2021
28	BETANCOURT, V. A.	<i>Citizen's Citizenships: An Exploratory Study of the Social Representations of Citizenship in France and Colombia</i>	Procura responder como os colombianos e os franceses entendem a noção de cidadania.	2021

29	Martinez, E. A. R.	<i>Security and citizenship in Mexico. Proposal for an effective exercise of citizenship</i>	Apresenta uma proposta para fortalecer as capacidades dos cidadãos no campo da segurança no contexto mexicano.	2021
30	Makinen, K.	<i>Scales of participation and multi-scalar citizenship in EU participatory governance</i>	Discute sobre as mudanças nas estruturas da participação e as escalas de mudança da cidadania.	2021
31	Clark, A.; James, T. S.	<i>Electoral administration and the problem of poll worker recruitment: Who volunteers, and why?</i>	Investiga as motivações e os incentivos para que os trabalhadores se voluntariem para administrar eleições.	2021
32	Adamtey, R.; Amoako, C.; Doe, B.	<i>Resourcing local government in Ghana: the potential of volunteering to deliver basic services</i>	Explora o potencial do voluntariado para contribuir para a provisão social a nível comunitário.	2021
33	Walk, M.; Scott, C.; Littlepage, L.	<i>It's Not All the Same: Implemented and Perceived HR Practices in the Volunteer Context</i>	Explora como os voluntários em uma grande organização percebem as práticas de RH de treinamento e reconhecimento.	2021
34	Alalouf-Hall, D.; Grant-Postras, D.	<i>COVID-19 and the Restructuring of Collective Solidarity: The Case of Volunteer Activity in Quebec</i>	Explora as principais formas de reestruturação que ocorreram dentro do setor voluntário do Quebec em resposta à pandemia da COVID-19.	2021
35	Robison, J.	<i>Valuing Politics: Explaining Citizen's Normative Conceptions of Citizenship</i>	Desenvolve uma teoria sobre a aceitação motivada das normas do dever cívico para complementar as abordagens existentes.	2022

36	Ambrosini, M.; Artero, M.	<i>Immigrant Volunteering: A Form of Citizenship from Below</i>	Aborda os níveis de inclusão social dos voluntários imigrantes, suas razões para o voluntariado e as ligações entre o voluntariado e outras formas de participação social e política.	2022
----	---------------------------	---	---	------

<b>SPELL</b>				
<b>Cód.</b>	<b>Autores</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Ano</b>
1	SILVA, M. L. S.; SANTANA, R. H.; ALMEIDA, J. A. J.; SILVA, F. F.	Motivação para o Trabalho Voluntário: Estudo de Caso na Fundação Alice Figueira	Descreve o perfil sociodemográfico e identifica os principais fatores motivacionais que influenciam os voluntários da Fundação Alice Figueira (FAF), com sede em Recife-PE.	2020
2	SILVA, F.E.R.; RODRIGUES, L.B.; PINHO, A. P. M.	Motivação para atuação no Voluntariado: Estudo de Caso em uma Organização Não-Governamental.	Analisa os fatores que motivam os membros de uma ONG da cidade de Fortaleza (CE) a atuarem no voluntariado.	2020
3	SANTOS, N. C.; CORREIA, D. A.; SPERS, V. R. E.; CREMONEZI, G. O. G.; CASTRO, D. S. P.; OSWALDO, Y. C.	A retenção de talentos não remunerados: um modelo de gestão dos voluntários que atuam no Terceiro Setor Brasileiro.	Propõe um modelo de gestão de pessoas voltado para a gestão de voluntários que atuam no terceiro setor.	2015

4	PICOLLI, P.; GODOI, C. K.	Motivação para o trabalho voluntário contínuo: uma pesquisa etnográfica em uma organização espírita.	Compreende os fatores que influenciam a motivação para o trabalho voluntário contínuo em um núcleo espírita localizado no sul do Brasil.	2012
5	ORSINI, A. C. R.; SOUZA, A. S. P.	Gestão no terceiro setor: análise da predisposição ao trabalho voluntário.	Analisa fatores preditores do trabalho voluntário, considerando a relevância da temática para a gestão das organizações sem fins lucrativos e para o terceiro setor.	2018
6	MAINARDES, E. W.; LAURETT, R.; LASSO, S. V.; NOVAES, C. B.; SPINASSE, G. M.	Doação de Tempo: Fatores que Influenciam o Voluntariado.	Identifica as variáveis que motivam indivíduos brasileiros a se envolverem com voluntariado.	2017
7	LEMONS, S. L. L.; CAVALCANTE, C. E.; CALDAS, P. T.; LEITE, L. M. P.	Estudo Longitudinal com Candidatos Voluntários em uma Fundação Brasileira.	Objetiva reduzir a dissensão das motivações de voluntários no Brasil e apoiar os gerentes em geral que interagem com os voluntários, por meio do recrutamento de novos candidatos.	2020
8	ISBOLI, G. H. P.; SENRA, K. B.; PÉPECE, O. M. C.	Voluntariar-se e Manter-se no Voluntariado: Um Olhar Através da TSR.	Desvenda a transformação no ciclo de vida do trabalho voluntário, envolvendo desde o que leva alguém a começar a ser voluntário até o que o mantém no voluntariado.	2020
9	GONÇALVES, T. D.; GRZYBOVSKI, D.; MOZZATO, A. R.; TOEBE, C. S.	Contradições no Agir do Voluntário nas Organizações da Sociedade Civil: Ensaio Teórico à Luz da Sociologia Pragmática Francesa.	Busca compreender o que está por trás da ação humana no comportamento do voluntário das organizações da sociedade civil (OSCs).	2017

10	FERRAZ, T. V.; CALDAS, P. T.; CAVALCANTE, C. E.	Voluntariado e Cidadania: Evidências Empíricas de Impacto Positivo no Brasil.	Analisa a relação entre o voluntariado e a cidadania, à luz das motivações.	2021
11	CAVALCANTE, C. E.; SOUZA, W. J.; BAPTISTA, E. C. S.; NASCIMENTO, M. A. A.; FERNANDES, L. T.	. “Por que sou voluntário?”: Etapa de construção de escala.	Analisa a validade de um instrumento quantitativo que permita conhecer o que conduz, o que mantém e o que faz deixar um voluntário a sua atividade.	2012
12	AQUINO, M. A. G.; CAVALCANTE, C. E.; CALDAS, P. T.; MENDES, J.	Em Busca de Retenção: Voluntários em uma Ong Brasileira.	<i>Analisa as motivações que levam os atuais e os pretensos voluntários a engajarem-se na atividade voluntária da Fundação Cidade Viva na cidade de João Pessoa-PB.</i>	2020
13	ALVES, J. A. G. R.; PEREIRA, L. M. L.; CAVALCANTE, C. E.	Luzes em Unísono: Gestão de Pessoas no Voluntariado Informal.	Busca entender fatores motivacionais que influenciam indivíduos a exercerem atividades voluntárias no projeto social Vagalumes.	2018

<b>SciELO</b>				
<b>Cód</b> .	<b>Autores</b>	<b>Título do Artigo</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Ano</b>
1	RIBEIRO, L. C. Q.	Desafios da construção da cidadania na metrópole brasileira.	Reflete sobre os desafios contemporâneos da construção da cidadania no Brasil decorrentes dos efeitos das tendências à segregação e segmentação residenciais das grandes cidades.	2007

2	TAVOLARO, S. B. F.; TAVOLARO, L. G. M.	A cidadania sob o signo do desvio: Para uma crítica da "tese de excepcionalidade brasileira".	Realiza uma consideração crítica do que denominamos de "tese da excepcionalidade normativa brasileira".	2010
3	ANDRADE, D. M.; CASTRO, C. L. C.; PEREIRA, J. R.	Cidadania ou "estadania" na gestão pública brasileira?	Apresenta os elementos centrais sobre democracia e cidadania e demonstra como a formação histórica do Estado brasileiro impulsionou o fortalecimento de uma "estadania" nacional em detrimento da cidadania.	2012
4	IIZUKA, E. S.; GONCALVES-DIAS, S. L. F.; AGUERRE, P.	Reflexões sobre o desenvolvimento territorial sustentável, gestão social e cidadania deliberativa: o caso da bacia do rio Almada (BA).	Discute o desenvolvimento territorial sustentável a partir da atuação de diferentes atores sob a ótica da gestão social e o processo de cidadania deliberativa.	2012
5	GONZÁLEZ-RÁBAGO, Y.	Engagement policies in favour of transnationalism: The expansion of transnational citizenship within colombian emigrants.	Examina o papel que a atitude proativa dos atores institucionais está desempenhando no possível envolvimento dos migrantes com seu país de origem e na criação de uma cidadania transnacional.	2015
6	CORRÊA, M. D. C.; SOUZA, K. C. A.	A CIDADANIA GOVERNAMENTALIZADA: um estudo de caso das Unidades Paraná Seguro em Curitiba.	Objetiva elucidar o perfil da cidadania circunscrita pela política híbrida desenvolvida no programa Unidades Paraná Seguro.	2022

## QUESTIONÁRIO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este questionário tem como objetivo analisar a relação entre a motivação para o trabalho voluntário e práticas de cidadania. Faz parte de uma pesquisa de mestrado vinculada ao Grupo de Estudos do Terceiro Setor (GETS) e ao Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Para respondê-lo, é necessário que você seja voluntário vinculado ao Conselho Regional do Orçamento Democrático do Estado da Paraíba. Esclarecemos que sua participação no estudo é anônima e voluntária.

Não é um teste, logo não há respostas certas ou erradas. Mas é importante que você seja sincero nas respostas. A pesquisa tem fins exclusivamente acadêmicos, os resultados serão analisados de forma conjunta e em nenhuma situação os seus dados individuais serão repassados a terceiros.

Em caso de dúvidas, entrar em contato pelo telefone (83) 99654-7187 ou pelo e-mail stellapereiraleite@gmail.com.

Desde já agradeço a sua contribuição e disponibilidade.

Stella Pereira Leite (GETS/PPGA/UFPB)

OBS.: Ao aceitar participar da pesquisa, você declara que foi devidamente esclarecido(a) e dá seu consentimento para publicação dos resultados.

1. Você é conselheiro(a) regional do Orçamento Democrático (ODE) do Estado da Paraíba?

Sim

Não

2. Em qual região?

1ª região

2ª região

3ª região

4ª região

5ª região

6ª região

7ª região

8ª região

9ª região

10ª região

11ª região

12ª região

( ) 13ª região

( ) 14ª região

### MOTIVAÇÃO – Por que eu permaneço no Conselho Regional do ODE?

Nesta sessão queremos conhecer as motivações que fazem você permanecer na prática no voluntariado no ODE.

Utilize a escala de 0 a 10 para concordar ou discordar de cada uma delas.

	Discordo Totalmente (0)					↔	Concordo Totalmente (10)				
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
3. Permaneço porque tenho conseguido ajudar pessoas.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
4. Permaneço porque tenho conseguido mudar a vida das pessoas.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
5. Permaneço porque tenho levado esperança aos menos favorecidos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
6. Permaneço porque vejo que as pessoas a que ajudo tem tido oportunidade de viver melhor.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
7. Permaneço porque considero meu trabalho importante.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
8. Permaneço porque sinto que estou ajudando as comunidades.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
9. Permaneço porque estou corrigindo as injustiças sociais nas comunidades.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
10. Permaneço porque estou melhorando a qualidade de vida das comunidades.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11. Permaneço porque estou colaborando na busca dos direitos sociais nas comunidades.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
12. Permaneço porque estou com pessoas com os mesmos interesses.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

Por favor, continue respondendo, atribuindo notas de 0 (discordo totalmente) a 10 (concordo totalmente).

	Discordo Totalmente (0)					↔	Concordo Totalmente (10)				
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
13. Permaneço porque sinto que estou fazendo parte de um grupo.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
14. Permaneço porque estou fazendo novos amigos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
15. Permaneço porque estou preenchendo meu tempo livre.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
16. Permaneço porque estou aprendendo a lidar com pessoas.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
17. Permaneço porque estou aprendendo novos conhecimentos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
18. Permaneço porque estou tendo novos desafios e experiências.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
19. Permaneço porque estou aprendendo algo.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
20. Permaneço porque estou sendo reconhecido.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
21. Permaneço porque estou me sentindo melhor como pessoa.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
22. Permaneço porque estou com boa autoestima.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
23. Permaneço porque me sinto importante fazendo este trabalho.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

## PRÁTICAS DE CIDADANIA

**Agora, queremos saber mais sobre suas práticas de cidadania. Para tanto, atribua notas de 0 a 10 para as afirmações a seguir. Considere que a nota 0 representa “Nunca realizo essa prática” e a nota 10 representa “Sempre realizo essa prática”.**

	Nunca (0) ← → Sempre (10)										
24. Associo-me com outras pessoas para procurar soluções de problemas coletivos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
25. Participo de ações que possam influenciar políticos ou representantes, como: protestos, manifestos, audiências públicas, conselhos etc.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
26. Procuo meios para mudar leis injustas.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
27. Reutilizo, reaproveito e reciclo tudo o que for possível.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
28. Engajo-me em ações que protegem os direitos humanos em prol da dignidade e igualdade entre as pessoas.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
29. Utilizo minha liberdade de expressão em prol de interesses coletivos: para participar, cobrar e opinar sem denegrir terceiros, por exemplo.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
30. Participo de ações sociais que atendam desafortunados e oprimidos.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
31. Engajo-me em ações de proteção e enfrentamento à discriminação humana (de gênero, raça, idade, credo ou classe social).	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
32. Fiscalizo as ações realizadas por gestores públicos ou representantes da minha comunidade.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
33. Engajo-me em ações que busquem melhorias sociais para os grupos trabalhistas dos quais faço parte.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

**Estamos quase terminando! Por favor, continue respondendo, atribuindo a nota 0 para “Nunca realizo essa prática” e a nota 10 para “Sempre realizo essa prática”.**

	Nunca (0) ← → Sempre (10)										
34. Participo de discussões sobre temas que influenciam a integridade humana (aborto, desarmamento, pena de morte etc.).	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
35. Utilizo a internet para me envolver em ações políticas, como discussões, movimentos sociais, protestos, petições etc.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
36. Realizo práticas de consumo consciente, como: comprar apenas o necessário, preferir produtos recicláveis ou sem utilização de mão-de- obra escrava etc.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
37. Participo ativamente do debate de propostas e da tomada de decisão em organizações políticas, públicas ou sociais.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
38. Denuncio quando os serviços sociais públicos não estão sendo bem ofertados, como nos casos de saúde, educação ou segurança.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
39. Pratico ações de consumo colaborativo: troco, empresto ou compro produtos usados, evitando adquirir peças novas.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
40. Participo de discussões sobre questões sociais públicas, relacionadas a educação, saúde, segurança, transporte etc.	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10

## CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE

**Queremos saber mais sobre você!**

**Esta é a última página do questionário!**

41. Sexo:  Masculino  Feminino  Outro

42. Estado civil:

Solteiro(a)

Casado(a)

União Estável

Separado(a)/Divorciado(a)

Viúvo(a)

43. Idade:

Entre 18 e 29 anos

Entre 30 e 39 anos

Entre 40 e 49 anos

Entre 50 e 59 anos

Acima de 60 anos

44. Escolaridade:

Analfabeto

Fundamental Incompleto (1º Grau)

Fundamental Completo (1º Grau)

Médio Incompleto(2º Grau)

Médio Completo(2º Grau)

Superior Completo

Pós-Graduação Completo

45. Renda familiar mensal:

Até R\$ 1.000,00

Acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 3.000,00

Acima de R\$ 3.000,00 até R\$ 5.000,00

Acima de R\$ 5.000,00 até R\$8.000,00

Acima de R\$ 8.000,00

46. Qual a sua ocupação (excetuando-se o trabalho voluntário)?

Autônomo

Servidor Público

Aposentado

Dona de casa

Agricultor

Estudante

Empregado de empresa privada

Outra

47. Algum outro familiar fez/faz trabalhos voluntários? (  Sim (  Não

48. Já havia feito outro trabalho voluntário antes desse? (  Sim (  Não

**Muito obrigada pela sua contribuição!**